



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diana Dianovsky

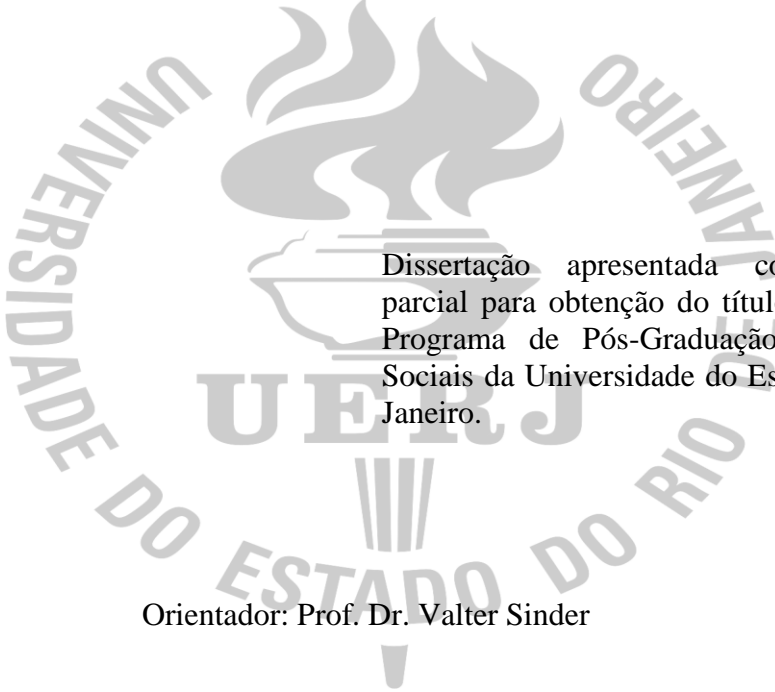
**Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos:
deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria**

Rio de Janeiro

2011

Diana Dianovsky

**Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos:
deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Valter Sinder

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

R175	<p>Dianovsky, Diana. Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos: deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria / Diana Dianovsky. 2011. 147 f.</p> <p>Orientador: Valter Sinder. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Bibliografia</p> <p>1. Ramos, Arthur, 1903-1949. 2. Arquivos e arquivamento (Documentos) – Teses. I. Sinder, Valter. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> <p>CDU 002</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Diana Dianovsky

**Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos:
deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 21 de dezembro de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valter Sinder (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a. Dr^a. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a. Dr^a. Luciana Quillet Heymann

Fundação Getúlio Vargas – FGV

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Para Paulo Miguel e Fernanda Valéria,
as personagens da minha novela mexicana.

AGRADECIMENTOS

Já é senso comum afirmar que trabalhos acadêmicos são exercícios solitários que, paradoxalmente, geram muitas dívidas coletivas, mas de fato é assim que ocorre.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu querido orientador, Valter Sinder, pela importância que teve na minha formação acadêmica e, sobretudo, por sua calma e segurança – excelente contraponto para meu desespero e ansiedade – e, novamente, por sua compreensão e paciência com minhas idas e vindas.

Devo também a todos os professores do Departamento de Ciências Sociais da UERJ pelo papel que desempenharam na minha formação durante a graduação. Agradeço ao próprio Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que, graças ao seu programa de estágio em parceria com o Conselho Nacional de Arquivos, me proporcionou contato com as instituições de guarda e apenas assim esse estudo foi possível. Agradeço especialmente às professoras Clarice Peixoto e Luitgarde Barros por seus comentários na avaliação da monografia que ajudaram a redesenhar os rumos desse estudo. A profa. Luitgarde agradeço também pela generosidade e disponibilidade que teve comigo no início da minha descoberta sobre Arthur Ramos.

Os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ foram imprescindíveis para os aprofundamentos que me propus fazer nesse estudo e sem eles a dissertação não existiria. Desta forma, agradeço, principalmente, a Márcia Contins, Rachel Aisengart Menezes, Carlos Eduardo Rebello, Ronaldo Castro, Myrian Sepúlveda e mais uma vez Clarice Peixoto e Luitgarde Barros. Ao prof. Ronaldo e ao prof. José Reginaldo Gonçalves serei eternamente grata pelos comentários, sugestões e críticas feitos no exame de qualificação, ainda que os rumos desse estudo tenham sido redirecionados desde então.

Uma dissertação sobre arquivos não teria sido possível sem o contato e o aprendizado que tive com as equipes do Arquivo Nacional e da Divisão de Música e Arquivo Sonoro e da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. Agradeço especialmente a Carmen Moreno, Vera Faillace e Suzana Martins pela paciência e pelo ensino. A Carmen e a Vera agradeço também a ajuda que me deram ao desbravar o arquivo de Arthur Ramos. A Beatriz Betancourt, Mila de Paula e Vinícius Martins, meus colegas de trabalho, que se tornaram grandes amigos, agradeço pelas risadas, conversas e carinho.

Agradeço também ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, em especial, a todos da equipe do Departamento do Patrimônio Imaterial em Brasília. Em um momento tão delicado como foi a minha mudança radical para essa cidade, eles foram calorosos e receptivos, ajudando a transformar o processo turbulento em algo mais tranquilo. Devo especialmente às minhas chefes, Célia Corsino, Ana Gita de Oliveira e Claudia Vasques, pelo apoio e compreensão que tiveram nessa reta final. Às outras “meninas do Registro”, Fabíola Cardoso, Luciana Luz e Yeda Barbosa, agradeço pelo ombro que tantas vezes me emprestaram, por ouvirem minhas lamúrias e me ajudarem a dar conta de tanto trabalho, quando tudo que eu queria era me dedicar à dissertação. Agradeço também a D. Lourdinha pelo carinho e cuidado que tem com todas nós. A Desirée Tozi sou grata pela companhia no início dessa jornada (meio compartilhada), pois talvez sem isso eu não tivesse conseguido suportar os primeiros meses no planalto central. A Michelle Cheibub e ao Maurício Médice agradeço imensamente por terem nos deixado entrar em suas vidas, nos acolhido e, assim, amainado a seca do cerrado.

Ao Axel Lischke, Bruno Zilli, Camila Castello Branco, Nívia de Schueler e Tatiana de Laai, pelos finais de semana de diversão e risos, dos quais sinto tanta saudade.

A minha família agradeço por tudo, por toda uma vida. A minha mãe, que sempre me incentivou e me apoiou. A minha vó Lena, “vózinha” Lu, meus irmãos (e amigos), Nando e Sarah, e minha “tiamadrinha” Polly. Pelo amor e pela compreensão que sempre tiveram comigo, com minhas ausências e por me respeitarem, mesmo quando não entendiam o que queria ou fazia.

Ao meu amor agradeço por tantas coisas que é até difícil elencar. Ao Paulo agradeço por dividir a vida, por estar ao meu lado e me acompanhar nas minhas aventuras desvairadas. Por segurar a minha mão e me ajudar a ir em frente. Por seu carinho, companheirismo e troca intelectual. “Devo agora e espero continuar devendo para sempre”.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos de abril de 2009 a fevereiro de 2010 e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela bolsa de estudo *Faperj Nota Dez* entre março e agosto de 2010. Sem esse apoio talvez não tivesse sido possível cursar o mestrado, realizar as disciplinas e dar cabo da análise que me propus.

RESUMO

DIANOVSKY, Diana. *Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos: deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O objetivo do presente trabalho é analisar o arquivo pessoal de Arthur Ramos, intelectual que teve uma destacada participação nos debates sobre a democracia racial e na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Através de seu acervo, custodiado pela Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, procurou-se perceber quais processos sociológicos que podem incidir sobre a formação do patrimônio documental, além das estratégias de construção e re-elaboração desta memória. Foram debatidas as teorias e práticas da arquivista para mapear diferentes formas de deslocamentos, ressignificação e reclassificação dos arquivos em geral e desse caso particular. Para isto, foram analisados o processo de compra do fundo Arthur Ramos, os relatórios de atividades, o inventário analítico do fundo, além de entrevistas informais.

Palavras-chave: Patrimônio. Arquivo. Arthur Ramos, 1903-1949.

ABSTRACT

DIANOVSKY, Diana. *Creating meaning in Arthur Ramos' archive: displacement, classification, individuality and authorship*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

The objective of this study is to examine the personnel archive of Arthur Ramos, an intellectual who had outstanding participation in the debates about racial democracy and the institutionalization of Social Sciences in Brazil during 1930 and 1940. Through its archive, guarded by the Manuscript Division of the National Library Foundation, we seek to understand what sociological processes influenced the formation of the documentary heritage, in addition to strategies for building and re-elaboration of this memory. We discuss the theories and practices of archival work to identify different forms of transformation, re-signification and reclassification that focus on the archives. For this, we analyzed the buying process of the Arthur Ramos' archive, activity reports, inventory, and we did informal interviews.

Keywords: Heritage. Archive. Arthur Ramos, 1903-1949.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAR	Arquivo Arthur Ramos
AN	Arquivo Nacional (Brasil)
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos (Brasil)
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FBN	Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)
FBN-MSS	Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
ISAD (G)	Norma geral internacional de descrição arquivística
ISAAR (CPF)	Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias
Nobrade	Norma brasileira de descrição arquivística
PROEDES	Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
UDF	Universidade do Distrito Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	A TRAJETÓRIA DE ARTHUR RAMOS	18
1.1	O pensamento social brasileiro no início do século XX	18
1.2	Os caminhos de Arthur Ramos	23
1.3	Esquecimento e memória	34
1.4	Arquivos enquanto patrimônios	39
2	ARQUIVOS E DESLOCAMENTOS: O ARQUIVO ARTHUR RAMOS ..	47
2.1	Teoria arquivística	47
2.2	Os arquivos privados pessoais	60
2.3	O arquivo Arthur Ramos: deslocamento e composição	67
2.3.1	<u>Aquisição da “Biblioteca Arthur Ramos”</u>	67
2.3.2	<u>A fragmentação do conjunto</u>	74
3	A CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS E NO ARQUIVO ARTHUR RAMOS	84
3.1	As formas de classificação na teoria antropológica	84
3.2	A classificação na teoria arquivística	91
3.2.1	<u>Classificação e arranjo</u>	91
3.2.2	<u>A descrição dos documentos</u>	99
3.3	As dimensões do arquivo Arthur Ramos	104
3.4	Arquivos: o eu, o outro e os muitos autores	120
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	FONTES	131
	REFERÊNCIAS	133
	ANEXO A – modelo dos níveis de arranjo	142
	ANEXO B – exemplo de quadro de arranjo funcional	145
	ANEXO C – exemplo de descrição nível 4 (dossiês)	146
	ANEXO D – exemplo de descrição nível 1 (fundo)	147
	ANEXO E – levantamento dos possíveis livros da Biblioteca Arthur Ramos ...	148

INTRODUÇÃO

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro já há alguns anos estabeleceu um convênio com o Conselho Nacional de Arquivos, em que a UERJ disponibiliza bolsas de estágio para as instituições de guarda de acervo associadas ao Conarq. Foi através dos meus estágios no Arquivo Nacional (AN) e na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) que travei contato com arquivos, arquivistas, bibliotecários e a maneira com que eles “arranjavam” os acervos, com que os disponibilizavam para consulta. Desde aqueles dias, ainda no início da graduação, tenho me interessado pelo tema e me indagado sobre como as relações sociais travadas no ambiente dos arquivos podem organizar uma leitura sobre a documentação, sobre como a visão dos próprios arquivistas imprimem sentidos na documentação, as reorganizam como em um caleidoscópio. Assim, fui percebendo dimensões antropológicas pouco exploradas nos acervos e mesmo que novas abordagens sobre os arquivos podem ser construídas através da antropologia.

Agora, pensando retrospectivamente para minha aproximação com os arquivos, vejo que esses estágios foram o início de um trabalho de campo, ainda que assistemático e intuitivo. Foram, assim, o tipo de encontro que possibilita ao pesquisador uma experiência de tradução, em que tive que me passar por um intenso processo de aprendizagem de diferentes categorias e visões de mundo que acarretaram também uma reorganização de minhas expectativas pessoais e cultural. No mesmo momento em que eu era introduzida às lógicas de classificação em arquivos, eu era instigada pelos professores de metodologia de pesquisa em Ciências Sociais a problematizar e relativizar as categorias que organizam e dão sentido às práticas sociais. Portanto, foi com esse olhar da Antropologia que passei a entender os arquivos, a sala de consulta e a área técnica como espaços nos quais ocorrem trocas sociais e que supõe a circulação de documentos.

Desta forma, para qualificar as questões que desenvolvo na dissertação e esclarecer como cheguei ao tema, é preciso apresentar essas experiências ainda na graduação. No Arquivo Nacional, meu primeiro contato com os documentos em instituições de guarda, trabalhei com o acervo da Casa dos Contos, composto por documentação administrativa e

tributária da administração colonial portuguesa em Minas Gerais no século XVIII.¹ Era o arquivo de um órgão público. Grande parte do trabalho consistia em mapear a organização da instituição, as mudanças na estrutura e suas áreas de atuação para contextualizar a produção documental. Com isso, seria possível elaborar um quadro de arranjo e então ordenar os documentos da maneira mais “neutra” e coerente com a produção e acumulação dos documentos. Foi nessa época que aprendi quais eram os diversos tipos de documento (carta, ofício, recibo, ordem, portaria, etc) e que deveria iniciar a descrição informando a tipologia. Informaram-me também que o “produtor” do documento não é o autógrafo, o tal do “Francisco dos Santos”, mas sim a Tesouraria da Fazenda porque ele assina enquanto um funcionário do órgão. No Arquivo Nacional, fiz a Oficina Nobrade, quando aprendi sobre as normas de descrição dos documentos. Assim, fui apresentada as teorias e práticas nos arquivos – questões que procurarei problematizar durante a dissertação.

Depois dessa passagem pelo Arquivo Nacional, fui tratar a Coleção Mario Barreto da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional.² Diferente dos fundos do Arquivo Nacional, que tinham sido produzidos e acumulados no decorrer de uma atividade gerencial, esse conjunto de documentos era considerado uma coleção. Mario Barreto, no curso de suas pesquisas sobre a Guerra do Paraguai, havia reunido documentos originais e cópias sobre o tema e que depois foram doados. Quando cheguei à FBN logo percebi uma diferença da forma como a instituição tratava seu acervo. Isto se deve, em grande medida, ao perfil da instituição que é distinto do Arquivo Nacional, este é o arquivo oficial do poder executivo do governo federal. Sendo assim, a natureza de seus papéis é a dos órgãos públicos.

Em geral, documentos como os depositados no Arquivo Nacional são considerados “fundos arquivísticos”, ou seja, o conjunto de documentos de uma mesma proveniência, origem. A distinção de um documento de arquivo para um item de biblioteca ou museu é a intrínseca vinculação que aquele tipo de registro tem com as funções exercidas por entidades ou pessoas. A área de atuação de uma pessoa física ou jurídica sem dúvida irá marcar o conteúdo dos documentos por ela produzidos; assim como suas redes de relacionamentos irão

¹ O trabalho de organização dos códices gerou um inventário publicado pela PucMinas com o apoio da FAPEMIG, ver BOSCHI; FIGUEIREDO; MORENO, 2006.

² Esse trabalho também resultou em um inventário, ver DIANOVSKY; CARVALHO; SARMENTO; MEIRELLES; FREITAS, 2008.

determinar quais outras entidades coletivas figuram como produtores/ acumuladores do acervo. É fácil perceber que relatórios de trabalho, cronogramas de atividades, processos e outros registros são instrumentos ou subprodutos de um trabalho humano. Esta mesma definição pode ser aplicada à troca de correspondências entre intelectuais, por exemplo, que no curso de suas atividades de pesquisa pediram informações, trocaram favores. Desta forma, pode-se dizer que a produção e/ ou acumulação de documentos é uma consequência natural do desempenho destas atividades cotidianas e muitas vezes burocráticas.³

Essa distinção entre objeto de biblioteca e objeto de arquivo revela também a outra abordagem que as instituições dão ao seu acervo. Na Biblioteca Nacional é a depositária da “memória editorial do país” e, neste sentido, seu acervo é oriundo dos expoentes da literatura e ciência nacional, dos autores dos livros publicados, dos grandes homens da nação. A maior parte do acervo da Divisão de Manuscritos era composta por arquivos privados pessoais, muitos de literatos e intelectuais, em que a figura do autor dos documentos era o centro de organização lógica do conjunto. Assim, por exemplo, o “autor” do documento era o nome que assinava, devia-se, inclusive, registrar se o documento era um autógrafo. Descrevia-se, em geral, documento por documento e não mais por grandes dossiês. Outra grande diferença que identificava de forma disseminada no trabalho era a predileção pelas cartas. A distância e a neutralidade que os técnicos do Arquivo Nacional procuravam estabelecer já não era uma grande questão.

Após terminar esse acervo, fui trabalhar em outro setor da Biblioteca Nacional, na Divisão de Música e Arquivo Sonoro, com as correspondências e fotografias de musicólogos e folcloristas lá depositadas. Novamente me deparei com outra maneira de organizar os documentos. Enquanto, por exemplo, no Arquivo Nacional era preciso respeitar o fundo e “a ordem original interna” dos documentos e, assim, não separar os anexos dos papéis principais, o que também se tentava na Divisão de Manuscritos, quando possível, na Divisão de Música as partituras iam para um local, os discos, fotografias, correspondências manuscritas, obras raras e gerais para outro. Formavam-se vários conjuntos de gêneros e tipos documentais que não necessariamente estabeleciam relações entre si, ainda que fossem de uma mesma coleção

³ Entende-se por arquivo o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (AN, 2005, p. 27).

ou fundo e até que uma determinada partitura fosse o anexo de uma carta. Essa reorganização que era feita na Divisão de Música fazia com os documentos não dialogassem com o seu contexto de produção. Entretanto, estabelecia novos vínculos com outros papéis. Assim, as partituras – os documentos privilegiados nesse setor – ao serem reorganizadas e reagrupadas em outras lógicas possibilitavam também diferentes leituras agora a partir do contexto de guarda.

Através dessas experiências fui percebendo os diferentes “regimes de classificação” que eram estabelecidos para os documentos a partir dos perfis das instituições e dos técnicos envolvidos no trabalho. Mesmo no Arquivo Nacional em que existia um maior distanciamento em relação aos documentos, também havia uma grande parcela de subjetividade e arbitrariedade na organização. Essa descrição da minha própria trajetória no campo dos arquivos é importante não apenas para informar como cheguei ao tema, mas também do lugar que eu ocupava. Tendo ocupado o lugar de técnico de instituição, possuía uma percepção diferente da massa documental do que outros pesquisadores que nunca estiveram “do outro lado do balcão”. Ao mesmo tempo, já parti de certas premissas sobre o trabalho nos arquivos em geral.

O objetivo dessa dissertação é analisar os processos de formação sociológica e antropológica de um patrimônio documental. Perceber como são realizadas operações lógicas que constroem narrativas e elaboram personagens através dos documentos e por meio da ação de diversos atores, como os arquivistas⁴ envolvidos na sua organização. Para isso, optei por analisar a documentação de Arthur Ramos (1903-1949), depositada na Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. É preciso destacar que este trabalho não versa sobre o intelectual Arthur Ramos, sua carreira e suas redes de sociabilidade nem sua obra, suas pesquisas e seus conceitos.⁵ O foco, aqui, é a *documentação* acumulada por Arthur Ramos e a

⁴ Daqui em diante ao nos referirmos a “arquivistas” ampliamos o termo de forma que abarque qualquer profissional que trata documentos considerados de arquivo a partir das teorias e metodologias desenvolvidas pela Arquivologia e outras áreas do conhecimento. Desta forma nos referimos não somente a arquivistas com graduação na área, mas também àqueles que se tornaram arquivistas pela experiência profissional: documentalistas, historiadores, cientistas sociais, administradores, entre outros.

⁵ Outros trabalhos tiveram o intelectual e sua obra como objeto principal. Na área das Ciências Humanas e Sociais, é possível citar alguns: Luitgarde Barros, ao longo do estágio de pós-doutorado, estudou a pessoa de Arthur Ramos com o objetivo de compreender sua trajetória intelectual e suas redes de sociabilidade; já Maria José Campos, em sua dissertação de mestrado, analisou a obra de Arthur Ramos com o intuito de ampliar as

produção social da qual ela foi objeto. A vida e os trabalhos de Ramos só são relevantes na medida em que possibilitam delinear o universo dos documentos.

Encontrei o arquivo Arthur Ramos através do seu inventário analítico (FBN, 2004b). Fiquei instigada porque era o arquivo de um antropólogo sobre o qual nunca havia encontrado referência durante a graduação de Ciências Sociais. Comecei a folhear o inventário despreziosamente e na leitura dos verbetes pude perceber as formas de classificação dada pelos técnicos ao acervo. Aceitando os conselhos de Heather McNeill (2005), tomei *Arquivo Arthur Ramos: inventário analítico* (FBN, 2004b) como um texto cultural no qual existem mais informações do que os verbetes propriamente. Pois, nele há a tentativa de conferir coerência e afirmar autenticidade da documentação. Dessa forma, os processos de indexação, listagem e mesmo descrição são extremamente instigantes para a identificação de novas narrativas e atribuições de sentido. Imaginei ainda que essas questões ficassem um pouco mais claras para mim devido a minha experiência com arquivos. De certa forma as indagações que motivaram esse estudo são oriundas de algumas constatações feitas no decorrer das minhas outras experiências. A papelada acumulada em instituições de guarda contém características muito específicas e caso essas especificidades não estejam claras para o pesquisador, ele não pode analisar o arquivo a contento e pode ainda cometer algumas imprecisões no seu estudo.

Um equívoco relativamente comum é largar-se à imaginação quando em contato com o arquivo, principalmente o arquivo de pessoas, e iludir-se que aquelas páginas são caminhos diretos para a memória da personagem. Trabalhos atuais esforçam-se para destacar os processos sociais que incidem sobre a produção e re-elaboração da documentação. Em vez de espelhos inteiros, os documentos estariam mais próximos a cacos esparsos e muitas vezes não complementares. Então, quando se olha para um arquivo, não se vê refletida a realidade dos fatos como aconteceram na época do registro. Muitos documentos (que formariam essa totalidade) se perderam ao longo dos anos; além disso, o que está escrito nos papéis que sobraram é meramente uma representação feita pelo autor e que o arquivista irá retrabalhar e reorganizar para tornar o acervo disponível para consulta, todas essas ações re-elaboram o conjunto de documentos. Desta forma, o estudo sobre documentos, como ora se pretende,

análises sobre os discursos da democracia racial no Brasil; Julio Claudio da Silva, também em seu mestrado, buscou resgatar Arthur Ramos dentro de suas atividades políticas e assim rever o movimento negro no Brasil e o antirracismo.

torna-se uma análise de narrativas, de como se escrevem as trajetórias das personagens a partir destes fragmentos.

A partir da década de 1980 diversos intelectuais, principalmente historiadores, rediscutiram os mecanismos de formação de memória e o *status* dado às fontes. Nesse contexto, destaca-se a importância de Pierre Nora e seus colaboradores na construção do conceito de “lugares de memória” e o quanto isso fermentou a discussão internacional dentro do novo marco intelectual. No Brasil, diversas pesquisas foram inspiradas por eles e por outros. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas teve um papel relevante na disseminação das ideias no que tange ao campo dos arquivos em particular.

À parte da discussão mais geral sobre patrimônio e memória, alguns trabalhos sobre arquivos tiveram uma grande influência nas questões abordadas aqui. Luciana Heymann (1997, 2005), em particular, desmistifica a relação direta entre documento pessoal e manifestação concreta da memória individual ao analisar os processos sociológicos que incidem sobre a formação do acervo. Desde os mecanismos de seleção e descarte realizados no dia a dia do titular e familiares, passando pela doação ou compra para uma instituição de guarda até chegar ao tratamento arquivístico e disponibilização para consulta, ela destaca que se deve estar atento às inúmeras ações *a posteriori* que dotam de novos sentidos o conjunto documental. Ainda que tenham sido acumulados organicamente no decorrer das atividades, como se destacou acima, os arquivos privados pessoais passam a conter também características memoriais mais amplas do que se imagina. Eles congregam não apenas a subjetividade parcial do seu titular, como inclusive de todos os que participaram das intervenções que o documento sofreu (familiares, empregados, arquivistas, etc).

Pelo exposto, se delinearam as seguintes questões: quais seriam as múltiplas intervenções sofridas por um conjunto documental; quais eram as lógicas de classificação que orientavam a organização do acervo; de que forma o tratamento arquivístico modelaria ou não a produção social sobre este patrimônio; se os novos sentidos e narrativas afetariam as pesquisas baseadas no acervo.

O fundo de Arthur Ramos foi oferecido à venda pela viúva Luiza Ramos para o Ministério da Educação em 1954, cinco anos depois da morte de Ramos.⁶ Em 1956, o fundo deu entrada na Biblioteca Nacional, a instituição que tem como missão ser a depositária do patrimônio e memória escritos da nação. Como Heymann destaca (1997, p. 48-49), os conjuntos depositados em instituições de guarda sofrem um processo de monumentalização, pois as instituições são o *locus* para avaliação do capital simbólico do acervo no mercado de bens culturais. Nesse caso é deveras significativa a trajetória do fundo Arthur Ramos. Entretanto, uma vez na Biblioteca Nacional, o acervo ficou esquecido em caixas até meados de 1980, quando uma pequena doação de novos documentos de A. Ramos trouxe à tona o descaso com que o fundo fora tratado (BARROS, 2007, p. 276-278). Ainda assim, apenas entre 1998 e 1999 o trabalho técnico foi finalizado e o acervo posto à consulta de forma satisfatória.

Todas essas questões me levaram a refletir que as atividades que os técnicos realizam sobre a documentação, apesar da suposta neutralidade, produzem ecos nas pesquisas, o que muitas vezes não é identificado. Ecos que seriam feitos através dos inúmeros mecanismos de seleção que as documentações sofrem: o titular que rasga algumas cartas, o secretário que as arruma, os familiares e avaliadores que escolhem quais itens irão para guarda definitiva e os técnicos que organizam a massa documental para a consulta. Na ponta do processo, o pesquisador lê esses documentos e muitas vezes não percebe as inúmeras vozes que falam junto com o titular.

Um segundo elemento foi que a pouca divulgação do arquivo e a dificuldade de acesso colaboraram para a manutenção do esquecimento de Arthur Ramos. Na década de 1980, muitos antropólogos foram instigados pelos novos debates teóricos – principalmente sobre construção de narrativas – a revisitarem e reverem antigos autores clássicos, especialmente os que foram abandonadas com o surgimento da Escola Paulista de Sociologia e as análises de estrutura. Porém, Ramos se manteve no ostracismo e só foi retomado no final de 1990. Coincidência à parte, foi à mesma época da conclusão da organização definitiva do acervo.

⁶ RAMOS, Luiza de Araújo. Processo de aquisição da Biblioteca de Artur Ramos. Rio de Janeiro, 22 jun. [1954]. 05 doc. (14 p.) Orig. Dat. FBN-MSS, Fundo Biblioteca Nacional, 65,4,001 n° 011.

Pode-se dizer que a documentação desse intelectual teve a mesma sorte de sua imagem e de sua obra.

Para dar conta dessa proposta de estudo, analisei detidamente os instrumentos de pesquisa elaborados sobre esse arquivo, os documentos relativos ao processo de compra/ doação do fundo Arthur Ramos e os relatórios de atividades da Biblioteca Nacional. Além disso, realizei algumas entrevistas informais e assim colhi informações sobre o trabalho com os antigos técnicos e pessoas envolvidas no processo de compra/ doação. Muito me valí também da minha própria experiência prévia em arquivos e, em especial, na Biblioteca Nacional.

Para perseguir essas questões, no *primeiro capítulo*, busquei estabelecer as possibilidades de atuação de Arthur Ramos em vida. Partindo da ideia de que o seu acervo constitui um fundo arquivístico e que esses conjuntos têm por características serem o resultado orgânico e natural da atuação do agente produtor, avalei ser interessante estabelecer o contexto de produção através da trajetória profissional de Ramos, já que a maior parte da documentação se refere a essa esfera de sua vida. Isso é importante também porque o primeiro sentido dado aos documentos, de acordo com a teoria arquivística, é o de sua produção. Ainda nesse capítulo, procurei analisar a trajetória de Arthur Ramos e o seu acervo dentro da discussão sobre produção de memória (e esquecimento) através principalmente de Michael Pollak e Pierre Nora. Então, através do debate de José Reginaldo Gonçalves e Ulpiano T. Bezerra de Meneses, qualifiquei os documentos produzidos em vida por Arthur Ramos como objetos materiais que informam a respeito das visões de mundo de quem os produzem e também de quem deles se apropriam. Nesse sentido, podendo perceber esses documentos como patrimônios.

No *segundo capítulo*, apresentei o entendimento do campo da arquivística sobre o que constitui um fundo e uma coleção, o que são os documentos de arquivo e a natureza de sua constituição. Imaginei ser importante estabelecer as teorias que orientam o trabalho dos técnicos para apreender a maneira com que serão tratados nos arquivos. Procurei estabelecer também a distinção entre os arquivos públicos e institucionais e os arquivos privados pessoais para a teoria arquivística. Além disso, descrevi também a forma com que os arquivos pessoais passaram a ser alvo de interesse de pesquisadores nas últimas décadas. Como isso, busquei dissecar os processos e as produções sociais que incidem sobre o acervo, já que é

imprescindível que se entenda claramente qual é a postura do profissional à frente deste trabalho. Sem isso se perderia boa parte das nuances das formas de construção das narrativas e das atribuições de diferentes sentidos. Acredito ainda que tanto essa discussão quanto a do primeiro capítulo, auxiliam na compreensão dos deslocamentos dos papéis de Arthur Ramos de seu gabinete de estudos para os arcazes da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Ainda nesse capítulo, apresento o processo de compra do arquivo e as posteriores dispersões, seleções e desmembramentos que o conjunto foi alvo.

No *terceiro capítulo*, procurei analisar o inventário analítico do arquivo Arthur Ramos para perceber as diferentes lógicas de classificação que orientaram a organização do acervo. Para tanto, iniciei a seção apresentando a discussão antropológica sobre categorias nativas. Então, abordei a maneira que a teoria arquivística entende as formas de classificação, arranjo e descrição de documentos em arquivos. Essa revisão foi motivada pela compreensão de que era preciso ter clareza das práticas e linguagens que se usa nesse campo específico para então apontar com mais precisão as eleições feitas no tratamento do arquivo Arthur Ramos. Demonstrando assim como documentos são fatos construídos cultural e socialmente. Por último, aponte as aproximações entre os arquivos, os escritos autobiográficos e a relação entre o eu e o outro através das noções de autoria e leitor.

Na última seção, de caráter conclusivo, faço um arrazoado dos principais argumentos levantados no decorrer da dissertação.

Com essa dissertação, espero colocar em foco as esferas antropológicas da produção e circulação dos documentos através de um exercício de estranhamento dos espaços sociais dos arquivos, das categorias e das práticas arquivísticas, remetendo-me ao estudo de caso que o arquivo de Arthur Ramos possibilita.

1 A TRAJETÓRIA DE ARTHUR RAMOS

1.1 O pensamento social brasileiro no início do século XX

Para se compreender a trajetória de um homem é preciso antes de tudo localizá-lo dentro dos limites de seu tempo, pois uma vida é feita através das escolhas dadas pelo leque de opções do seu momento. Desde um homem comum ao mais influente, todos são produtos de sua época, na medida em que apenas vivem dentro das possibilidades que o período permite. A trajetória de um intelectual é igualmente marcada pelo contexto em que se vive, em que se produz uma obra e no qual se estabelece uma carreira, e com Arthur Ramos não seria diferente. Para apreciá-lo a partir de um ângulo coerente com seu tempo, é preciso antes destacar o contexto da produção intelectual brasileira no qual ele se insere.

É comum indicar como ponto forte e constante do pensamento social brasileiro a preocupação geral que os estudiosos depositaram no problema da nação: o que a caracteriza, qual a sua identidade e a sua cultura. Assim, essa produção intelectual teria uma marca dupla, pois além de gerada em solo brasileiro, tem como eixo principal a difícil tarefa de definir o Brasil como um país moderno.

A emergência do debate sobre a nação ocorreu no século XIX em todo o mundo; sendo *O que é uma nação?*, de Ernest Renan o texto inaugural sobre o assunto. A configuração daquilo que se identifica como Estado-nação suscita uma grande curiosidade a respeito da característica desse corte arbitrário que é uma nação e o que faz com que as pessoas se identifiquem sob ela. No Brasil, em particular, esta discussão se fez premente por conta da própria história local: recém-independente e formado através de um longo período de colonização portuguesa, o que seria genuinamente nacional? Melhor, o que seria genuinamente nacional e como descrevê-lo? O fato do século XIX ser o momento em que se configurou o Brasil como Estado-nação afetou profundamente a constituição de um discurso sobre a nação.

Foi visando responder à pergunta sobre Estado-nação que, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inaugurou, no século XIX, seu concurso de s com o tema “Como se escreve a História do Brasil?”. Da mesma forma, o movimento literário romântico brasileiro buscou realçar aquilo que identificou como autenticamente nacional: a herança indígena; ainda que esse índio seja descrito a partir de certo padrão europeu.

É possível também perceber as matrizes e o surgimento das Ciências Sociais em contraposição ao discurso literário. Em uma larga perspectiva, a distinção clara entre ficção e realidade – que desembocou na reorganização do campo dos saberes – ocorreu ao longo dos séculos XVIII e XIX na Europa. Só a partir de então se constituem as ciências específicas capazes de dissertar sobre “a verdade dos fatos”. É claro que a forma como a Literatura é compreendida nos diversos países irá afetar o diálogo entre a narrativa literária e a sociológica.

Como destacou Antonio Candido (2000), no Brasil, até o início do século XX a expressão do pensamento se dava através da Literatura tanto por motivos externos – como a grande influência europeia no prestígio das humanidades clássicas – quanto internos – a deficiência política-institucional para instrução da população. De qualquer forma, houve um desenvolvimento mais intenso das letras e do direito do que das ciências humanas e naturais e “ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [a literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento” (CANDIDO, 2000, p. 120).

Ainda que a questão nacional seja norteadora da teoria social brasileira, existe uma gama de análises vasta e muito diferenciada. Entretanto, é possível delinear três grandes rupturas do pensamento social brasileiro: o paradigma da raça (predominante a partir de 1870 até 1930), o paradigma da cultura (de meados de 1930 até a década de 1950) e o paradigma da estrutura social (muito profícuo dos anos de 1950 a 1970). Evidente, esses grandes esquemas não fazem jus às sutilezas da realidade e esmaecem as diferenças teóricas entre pensadores postos sob o mesmo rótulo. As rupturas indicadas, na verdade, se referem ao conceito principal utilizado para explicar as indagações teóricas. Portanto, ideias deveras díspares podem ter um eixo comum (raça, cultura, estrutura, etc) e ainda assim articular diferentes problemas para chegar a conclusões distintas (SINDER, 1997, p. 1).

Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e outros seriam os precursores de estudos de inspiração sociológica para um entendimento da realidade brasileira. A explicação que eles desenharam para entendimento da realidade brasileira perpassava pela questão racial. Como não poderia deixar de ser, já que o final do século XIX e início do XX foi o grande momento de proliferação das teorias raciais para responder às questões intelectuais. A mistura das raças era considerada degenerativa e prejudicial para as nações, o que no caso do Brasil era uma “sentença de morte”. Silvio Romero argumentou que, uma vez freada a imigração de população negra, o país passaria por um processo de branqueamento inevitável graças à superioridade branca sobre outras raças. Foi desta forma que o pensador resolveu o problema da inviabilidade nacional decorrente do determinismo biológico. Nina Rodrigues se distanciou das conclusões de Romero, porém também teria como base a inferioridade racial do negro e os efeitos nocivos da mestiçagem. Contudo, esses autores e todos os ensaístas até os anos de 1930 teriam a sociologia meramente como uma inspiração, um “ponto de vista” em vez de ser a explicação teórica rígida da análise objetiva da realidade gerada a partir de uma rotina metodológica para coleta de dados.

Antonio Candido (2000) vê o início da virada paradigmática de superação da leitura jurídico-retórico no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902. A partir dos anos de 1930 as discussões raciais para explicação do Brasil perdem peso. É possível identificar uma ruptura no pensamento e nas artes, quando se impõe uma nova compreensão sobre a realidade brasileira distante daquelas que propôs Euclides da Cunha, Silvio Romero, Nina Rodrigues e outros. Há uma ruptura com as teorias anteriores e “as nossas *deficiências*, supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridade*. [...] O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura” (CANDIDO, 2000, p. 110, grifo do autor).

Diversos intelectuais passaram a problematizar o determinismo biológico e colocaram em evidência a cultura como o elemento que influencia a configuração da realidade. A mudança paradigmática, que levou ao distanciamento dos conceitos raciais para conceitos culturais, influenciou diversas áreas de atuação e saberes e auxiliou na valorização do que é adquirido e não apenas herdado. Nesse contexto, a cultura enquanto prática adquirida – e não mais biologicamente determinada – pode ser perdida (RUBINO, 2002, p. 145). Essa mudança

paradigmática das teorias sociais sobre a nacionalidade do eixo racial para o cultural talvez também tenha colaborado para o fortalecimento do debate sobre os patrimônios históricos e artísticos, sobre os monumentos que simbolizam a nação.

Desta forma, a necessidade de se proteger as preciosidades da nação das ações destruidoras de “proprietários sem escrúpulos ou ignorantes” se torna cada vez mais urgente. Isto porque a ideia de patrimônio, enquanto um conjunto de bens de valor cultural que são propriedade da nação, quando associada ao projeto de construção da identidade nacional, cumpre funções simbólicas de reforçar a noção de cidadania, objetivar essa entidade ideal e ainda compõem os documentos e provas materiais que corroboram a história oficial da nação e seu mito de origem. Segundo José Reginaldo Gonçalves (2002), os patrimônios culturais objetivam, conferem realidade e legitimidade à “comunidade imaginada”⁷ e auxiliam na (re)construção de identidades coletivas.

Contudo, o novo enfoque na questão cultural não significa que a “raça” sumiu da discussão. De fato continuou-se a debater sobre a raça e vários intelectuais se dedicaram aos “estudos sobre o negro”, contudo a chave analítica não estava nas teorias raciais, mas nas teorias culturais boasianas. Assim, nesse contexto intelectual, foi sendo desenhada uma ressignificação da mistura das raças e o que antes era a deficiência do Brasil, passou a ser o seu elemento diferenciador e original.

Gilberto Freyre – que havia estudado na *Columbia University* com Franz Boas – publicou, em dezembro 1933, o ensaio *Casa-Grande & Senzala* no qual caracterizou a cultura brasileira a partir do processo de formação do seu povo. Arthur Ramos, poucos meses depois de Freyre, publicou *O Negro Brasileiro* que versava sobre as religiões afrobrasileiras. Essas obras marcaram a mudança de paradigma, que será desenhada a seguir pela trajetória de Arthur Ramos.

⁷ Termo cunhado por Benedict Anderson, que consiste em entender a nação enquanto “[...] uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32).

1.2 Os caminhos de Arthur Ramos⁸

Arthur Ramos desenvolveu seus trabalhos e se estabeleceu profissionalmente num período de mudanças das bases de organização do campo científico. Assim, sua formação e trajetória comportam as características de seu tempo. É preciso esclarecer que, mesmo o objetivo não sendo desenvolver uma biografia ou um estudo de sua obra, será descrita, em algumas linhas, sua trajetória de acordo com as atuais teorias sobre biografias.⁹

Carlos Antonio Aguirre Rojas (2000, p. 14) alertou que a construção da narrativa de uma trajetória não deve conter meramente a indicação dos fatos em ordem cronológica nem ser uma simples história de vida. Esse tipo específico de escrita exige a completa recuperação de um destino individual dentro das perspectivas da história social e sem perder de vista os processos de individualização dos sujeitos, que remontam ao século XVIII. Michel Foucault (2007) reforçou que, ao tratar da individualização dos sujeitos, deve-se levar em conta que a liberdade que os indivíduos usufruem existe em variados graus ao longo de diferentes períodos da história e até em um mesmo período, pois muda de acordo com as estruturas sociais e o papel do sujeito na sociedade. Inclusive porque não se deve pensar a realidade de forma causal, mas sim admitir que múltiplos vetores incidem sobre ela.

A construção do conceito de “ilusão biográfica” por Pierre Bourdieu (2001) foi de grande importância para a crítica da forma como se escreviam biografias. Ele denunciou o caráter teleológico dessa narrativa; que seria elaborada no intuito de estabelecer uma sequência lógica e cronológica para os acontecimentos. Desta forma, a vida da personagem retratada seria descrita como um todo coerente em que se desvelaria a intenção de um projeto de vida; o indivíduo desde sua origem caminharia firmemente para seu fim no “duplo sentido de término e finalidade”. Bourdieu também recusou uma compreensão causal da realidade ao afirmar que uma biografia deve apresentar as marcas da descontinuidade do real, do

⁸ A maioria das informações aqui apresentadas se deve aos levantamentos e trabalhos de Luitgarde Barros (2005; 2007).

⁹ Paulo Miguel Fonseca (2009) monta um breve panorama sobre o uso de trajetórias individuais para a escrita da História e sobre as discussões teóricas atuais; trabalho no qual nos baseamos. Ver FONSECA, 2009, p. 212-215.

amontoado aleatório e incoerente de eventos. Além da crítica à história de vida, o sociólogo indicou as possibilidades e as formas de se realizar um estudo sobre os agentes que

conduz à construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. [...] Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de posição a outra [...] evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado dessas posições num espaço orientado (2001, p. 189-190, grifo do autor).

Articulando, então, os conceitos de campo e capital torna-se mais interessante traçar a trajetória meteórica de Arthur Ramos. De outra forma seria difícil se desvincular da escrita linear e teleológica, pois como explicar que um homem nascido no interior da província de um país sem grandes tradições intelectuais morreu na capital francesa ocupando um importante cargo na Unesco com apenas 46 anos de idade?¹⁰ Mesmo através de uma análise superficial das correspondências e de outros documentos de Ramos, já se ressalta a impressão de que ele tinha aguda consciência das maneiras de se movimentar nos espaços sociais do mundo acadêmico de sua época.

Ainda que nascido na cidade do Pilar, interior de Alagoas, em 1903, Arthur Ramos desfrutou de um intenso ambiente artístico e intelectual em sua casa. Seu pai, o médico Manoel Ramos, dispunha de uma vasta biblioteca e incentivava saraus musicais entre a família, onde o filho Arthur tocava o piano. O seu irmão Nilo o acompanhou nas empreitadas literárias e fundando periódicos (BARROS, 2005, p. 20-22). Arthur Ramos nunca abandonou a prática de publicar artigos em jornais, apenas se afastou da ficção e colocou sua atenção nos trabalhos científicos.

Após um período que passou em Maceió realizando estudos preparatórios, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia nos primeiros anos da década de 1920. Josué de Castro, Theo Brandão, Péricles Madureira de Pinho e Lamartine Andrade Lima, alguns colegas de faculdade, caracterizam-no, em depoimentos, como um aluno excepcional, dedicado, já atento

¹⁰ Barros (2005; 2007) indica as redes de sociabilidade estabelecidas por Arthur Ramos para situá-lo dentro dos limites e perspectivas de atuação daquele contexto histórico, mas o faz a partir do conceito de “dinâmicas sociais” de Georges Balandier.

para as questões sociais e culturais, de vasto conhecimento e que inspirava respeito nos professores e admiração nos colegas. Isto, inclusive, por publicar em um periódico local alguns artigos científicos. Já nessa época Arthur Ramos buscava legitimação através de correspondências com grandes nomes do cenário acadêmico internacional, como Freud, Lévy-Bruhl e Smith Ely Jelliffe (BARROS, 2005, p. 23-26; 2007, p. 279-282).

Talvez esses depoimentos contenham indícios de uma “ilusão biográfica”, pois, como são posteriores à morte de Arthur Ramos, as testemunhas conheciam o “ponto de chegada” da sua trajetória. Então, poderiam re-elaborar suas memórias sobre esse período visando corroborar o “ponto de chegada” da vida de Ramos. De qualquer forma, o interessante dos relatos é que parecem indicar o quanto Ramos via com clareza as formas de inserção e a configuração do campo intelectual, assim como o espaço que ocupava nele. Tanto que, em 1927, encaminhou a Sigmund Freud uma cópia de sua tese intitulada *Primitivo e Loucura*,¹¹ de inspiração psicanalítica, que apresentou ao término da faculdade para obter o título de doutor em Ciências Médicas.

Ainda em Salvador, Ramos assumiu um trabalho como psiquiatra no Hospício São João de Deus. Tornou-se também médico legista no Serviço Médico-legal do Estado da Bahia,¹² onde travou contato com as teorias e os levantamentos etnográficos de Nina Rodrigues. Nesse momento teve suas primeiras experiências com a antropologia física e iniciou estudos sobre candomblé, negros e mestiços.

Ramos se inseriu dentro dos debates sobre civilização que proliferaram no mundo ocidental desde o século XVIII. Como dito anteriormente, a questão do Brasil enquanto país moderno e civilizado ocupava o cerne do pensamento social brasileiro. Arthur Ramos também se interessou por esta questão e mais especificamente sobre o estatuto da população negra. Porém, em vez de tratá-la pelas teorias raciais como faziam os intelectuais da geração de 1870,

¹¹ FREUD, Sigmund. Cartão a Arthur Ramos agradecendo a remessa de sua tese *Primitivo e Loucura* e desculpando-se por não dominar a língua portuguesa. Viena, 20 maio 1927. 2 doc. Inglês. Trad. em português. Orig. FBN-MSS, AAR, I-35,29,1304. Além dessa, contam também mais outras três cartas de Freud no Arquivo Arthur Ramos e em todas o assunto é o envio de obras de Ramos.

¹² De acordo com Mariza Correa (1998) as atuações profissionais no serviço público eram inevitáveis para os intelectuais brasileiros, principalmente nesse período e nos anteriores, por conta da falta de instituições autônomas que dessem suporte a projetos intelectuais. Contudo, essas atuações não seriam meramente burocráticas, mas sim com um caráter de ação transformadora na sociedade civil através das instituições do Estado.

ele a transformou em um problema educacional. Ramos, Gilberto Freyre, Roger Bastide e outros colaboraram para o decréscimo da influência da concepção discriminante das relações raciais.

Luiz Fernando Dias Duarte (2004, p. 12-13) chama atenção que, no movimento da intelectualidade no início do século XX, a educação era um conceito central e com ela se realizaria a transformação do diferente em civilizado para a construção do Brasil moderno. Foi nessa relação entre educação individual e civilização que Ramos se instalou. Sua leitura das teorias freudianas se deram através da “oposição entre um 'inconsciente' mais 'primitivo' [...] e uma 'consciência' capaz de se 'educar'” em um modelo subordinado ao trinômio Civilização/ Nação/ Educação (DUARTE, 2004, p. 15). Os temas e instrumentos psicanalíticos marcaram o início da carreira de Ramos, quando buscou estabelecer conexões entre a Psicanálise, a Psicologia, a Educação e as Ciências Sociais ainda em formação no Brasil. Ao longo do tempo sua ênfase na Psicanálise diminuiu, porém nunca a abandonou completamente.¹³

Foi por volta de 1933 que Arthur Ramos começou a tratar mais direta e praticamente a questão da educação e da infância. Nesse ano ele se mudou para o Rio de Janeiro a fim de assumir a chefia da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental da prefeitura do, então, Distrito Federal. Junto com Anísio Teixeira, buscou pôr em prática um plano de modernização do sistema educacional distrital. Ao aplicar o serviço de higiene mental nas escolas, teve contato com as populações de morro, penetrou nos centros de macumba e aproveitou a oportunidade para coletar material etnográfico (CAMPOS, 2004, p. 36). Afrânio Peixoto teria sido quem “atraiu” Arthur Ramos para a capital e colaborado para sua inserção profissional. Um discurso de Ramos proferido ainda na sua época de estudante da Faculdade de Medicina da Bahia teria causado um boa impressão em Peixoto e, assim, eles teriam travado contato (BARROS, 2005, p. 61-65).

De acordo com Mariza Correa (2004, p. 35-36), na década de 1930, alguns intelectuais, que nasceram ou fizeram carreira na Bahia, migraram para o Rio de Janeiro. Correa

¹³ Luiz Fernando Dias Duarte insere Arthur Ramos também em um quadro mais amplo de “psicologização” do campo intelectual brasileiro, em que Ramos teria sido pioneiro no uso da psicologia e psicanálise para a interpretação da vida coletiva brasileira. Essa psicologização teria existido em dois períodos e se baseado em dois “regimes” conceituais diferentes: o heroico dos anos de 1920 a 1940 e o crítico de 1970 a 1980. Para uma apreciação da análise da psicologização e seus dois regimes conceituais, ver DUARTE, 2004, p. 17-24.

identificou três gerações de baianos simbolizadas por Afrânio Peixoto (1876-1947), Anísio Teixeira (1900-1971) e Arthur Ramos (1903-1949). Os dois primeiros desempenharam importante papel na área da educação e no processo de institucionalização das ciências em geral através da atuação na Secretaria de Educação do Distrito Federal, na criação de universidades no Rio de Janeiro (primeiro a Universidade do Distrito Federal e depois na Universidade do Brasil) e outras atividades.

Foi Arthur Ramos quem batizou esses baianos de “escola Nina Rodrigues”; ainda que alguns deles não reivindicassem pertença ao grupo, como o Anísio Teixeira, eram amigos de todos os outros. De fato, o nome de Nina Rodrigues foi muito utilizado por Ramos, que se autoclamava continuador dos seus estudos; possivelmente na tentativa de se legitimar através da associação com uma tradição intelectual. Apesar de se dizer continuador de Nina Rodrigues, Arthur Ramos rearticulou completamente os esquemas de Rodrigues. Ainda que tenha formado na Bahia a rede que possibilitou sua inserção, Ramos não se limitou a esse grupo e com o tempo foi se distanciando deles (CORREA apud BARROS, 2005, p. 67).

Outra forma de inserção comum era a divulgação de seus estudos,¹⁴ mas Ramos não continuou apenas a encaminhar textos para diversos intelectuais eminentes, como chegou a pedir a Afrânio Peixoto que escolhesse o nome de uma obra e fizesse o prefácio.¹⁵ Peixoto dirigia a coleção da Editora Guanabara que publicou, em 1933, dois livros de Ramos: *Freud, Adler e Jung e Psiquiatria e Psicanálise*. Ramos parece mesmo ter compreendido bem as formas de circulação e inserção no ambiente intelectual da época e ia desse modo reforçando seus vínculos e associações.

O ano de 1934 parece ter sido deveras importante na consolidação do espaço de Arthur Ramos na rede de intelectuais. Como Barros sublinhou (2007, p. 287-290), tão relevante para a modernização do país quanto a construção de universidades foi o estabelecimento de um mercado editorial que divulgasse a produção existente. Nesse ano, Arthur Ramos começou a

¹⁴ Parte significativa da documentação de Arthur Ramos que a história preservou se refere a remessas de obras e comentários sobre elas.

¹⁵ PEIXOTO, Julio Afrânio. Carta a Arthur Ramos sugerindo título e subtítulo para seu próximo livro *Freud, Adler e Jung...* e tratando das condições de publicação pela Editora Guanabara. Petrópolis, 3 mar. 1933. 1 p. Orig. FBN-MSS, AAR, I-36,1,2.092. Luitgarde Barros transcreveu parcialmente esta e outras cartas de Peixoto para Ramos, ver BARROS, 2005, p. 61-64.

dirigir, na Editora Civilização Brasileira, a coleção Biblioteca de Divulgação Científica – mesmo nome da extinta coleção dirigida por Afrânio Peixoto na Editora Guanabara.¹⁶ Correa (2004, p. 35) destacou que uma das estratégias de consolidação da influência da “Escola de Nina Rodrigues” se deu justamente pelo mercado editorial na divulgação de obras dos integrantes do grupo e re-edição das de Rodrigues.

O primeiro volume da Biblioteca de Divulgação Científica, em 1934, foi um estudo de autoria de Arthur Ramos: *O Negro Brasileiro* com o subtítulo de “etnografia religiosa e psicanálise”. Nesse livro Ramos se dedicou especialmente ao sincretismo religioso. Dessa forma colocou a questão da formação da sociedade brasileira a partir das suas características raciais, mas sem articular as explicações biológicas para comportamentos sociais; ao contrário, criticou essa prática comum nas gerações anteriores. Assinalou, assim, a contribuição dos negros para a cultura brasileira. *O Negro Brasileiro* teve uma recepção calorosa, recebeu boas críticas e colocou Ramos no círculo de estudiosos sobre a questão racial.

Por volta dessa época começou o seu contato com vários intelectuais estrangeiros que abordavam esse tema como Richard Patee, Donald Pierson, Melville Herskovits, Roger Bastide, Fernando Ortiz, Rudiger Bilden e outros. É realmente notável, no seu arquivo, a quantidade de cartas entre Ramos e pesquisadores internacionais nas quais trocavam informações, dados etnográficos, indicação bibliográfica, recomendações, etc. “Arthur Ramos foi um mestre na arte de tecer redes de influências, desde os tempos de estudantes, numa ampliação do espaço intelectual que o tornaria conhecido internacionalmente, mesmo antes da criação da UDF e da FNFⁱ” (BARROS, 2005, p. 197).

Foi só no ano seguinte, 1935, que foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF) com Anísio Teixeira na posição de reitor. Este convidou Arthur Ramos para assumir a cadeira de Psicologia Social; Ramos, apesar de já utilizar a etnografia, ainda era muito identificado com a Psicanálise e a Psiquiatria. Na área da Sociologia e Antropologia o catedrático era Gilberto Freyre, que havia publicado seu livro *Casa-Grande & Senzala* no final de 1933.¹⁷

¹⁶ Nessa época, outras editoras, como a Livraria do Globo e a Companhia Editora Nacional, dedicaram linhas editoriais para a publicação de trabalhos científicos brasileiros.

¹⁷ Freyre, em 1950, escreveu que já nessa época considerava Ramos “o maior africanologista brasileiro”. Disse também que, na UDF, teve um embate com Ramos onde o acusava de utilizar a Psicanálise em excesso, mas que este teria alargado sua visão intelectual ao entrar em contato com africanologistas americanos que ele, Freyre, indicou para Ramos. Alguns anos depois, Freyre chegou a afirmar que teria sido ele próprio quem havia

A UDF, cenário do encontro desses dois nomes do pensamento social brasileiro, teve uma vida curta. Muito abalada pelas disputas por cargos e hegemonia no modelo educativo, acabou extinta poucos anos depois de sua criação. Afrânio Peixoto e outros líderes deste momento tiveram suas influências progressivamente diminuídas. Gilberto Freyre se retirou da capital e da rede nacional de intelectuais; retornou ao Recife para fortalecer lá suas relações locais e regionais (BARROS, 2007, p. 296-297).

Em 1938, criou-se a Faculdade Nacional de Filosofia que, junto com as já existentes faculdades de Medicina, Direito, Engenharia (Politécnica), Música, Belas Artes e Farmácia, compôs a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ). Luitgarde Barros (2005, p. 170-171) destaca que foi grande o jogo de interesses políticos que atuou na seleção do corpo docente da recém-criada universidade através de recomendações e pedidos encaminhados por carta a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. Na relação de nomes recomendados pela diretora do Museu Nacional e ex-professora da UDF, Heloísa Alberto Torres, consta Arthur Ramos para as cadeiras de Psicologia e Antropologia. Em 1939, ele foi nomeado professor interino da cátedra de Antropologia e Etnologia da FNFi, se tornando catedrático através de concurso apenas em 1946.

Essa institucionalização das ciências através das universidades fez com que a cultura bacharelesca começasse a ceder progressivamente lugar a um discurso mais conclusivo, rigoroso e científico, mesmo que ainda na década de 1930 os grandes ensaios histórico-sociológicos ainda prevaleçam. Estes professores, segundo Barros (2005), fariam parte da última geração de intelectuais autodidatas e passariam a qualificar os futuros profissionais especializados.¹⁸

No final da década de 1930, Ramos produziu estudos nos saberes “psi”, como *Introdução a Psicologia Social* (1936), *Loucura e Crime* (1937), *A Mentira Infantil* (1937), *A Criança Problema: a higiene mental na escola primária* (1939) e outros; ainda que já tivesse

introduzido a Psicologia nos estudos sociais no Brasil (CAMPOS, 2004, p. 50). De qualquer forma, é interessante que, logo após a morte de Arthur Ramos, Gilberto Freyre elaborava um discurso em que reivindicava para si eminência e até mesmo uma certa influência sobre o seu grande “rival” no campo dos estudos brasileiros sobre o negro.

¹⁸ Curioso que uma das críticas feitas a Arthur Ramos é o fato dele ser médico psiquiatra por formação e ter chegada à Antropologia de forma autodidata, mas dadas as características de seu contexto o comentário pode soar um pouco impropriedade.

se aproximado da Antropologia e continuasse a publicar trabalho sobre a cultura negra, como *O Folclore Negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise* (1935) e *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937). Todavia, foi mesmo na década de 1940 que Arthur Ramos assumiu completamente a nova identidade profissional e se estabeleceu no campo das Ciências Sociais.

O contato de Arthur Ramos com intelectuais americanos por conta de *O Negro Brasileiro* parece ter modificado seu olhar e percebe-se a crescente influência do culturalismo em seus trabalhos. Olívia Cunha, no ensaio *Minha adorável lavadeira: uma etnografia mínima em torno do edifício Tupi* (2004a), analisou esse período da carreira de Arthur Ramos a fim de estabelecer as formas de produção do conhecimento etnográfico empreendidas por Arthur Ramos e o lugar das pesquisas de campo e da viagem aos Estados Unidos na sua carreira, como meio de conversão à antropologia e como trabalho de campo empreendido. Partindo de uma discussão em que problematiza as narrativas de viagem e notas de campo, Cunha (2004a, p. 67-72) aponta que na época de Ramos era comum avaliar que toda e qualquer viagem realizada por intelectuais, por profissionais da observação especializada poderia se tornar em uma determinada descrição. Assim como Arthur Ramos, outros intelectuais latino-americanos do mesmo período elaboraram narrativas sobre a questão da raça e da nação a partir de deslocamentos teóricos, sobretudo políticos, como Fernando Ortiz em Cuba e Eric Williams sobre o Haiti.

De fato, como James Clifford (2002) argumentou, o estabelecimento de uma autoridade específica do antropólogo-etnógrafo para a produção de uma descrição autorizada foi sendo construída a partir do início do século XX. Segundo Clifford, é possível delimitar um período, o de 1900 a 1960, em que uma nova concepção de pesquisa se estabeleceu como hegemônica para a antropologia na qual a nova concepção de pesquisa seria o trabalho de campo intensivo e realizado por especialistas treinados nas universidades. Destaco também para o que se segue que Clifford indica que a etnografia está imersa do início ao fim na escrita, que inclui no mínimo um processo de tradução de uma experiência pessoal para uma forma textual, que é complicado pelas ações de várias forças políticas acima do controle do autor. A escrita etnográfica comporta uma estratégia de autoridade, que segundo Clifford, envolve a aparência de ser a provedora da verdade.

Olívia Cunha (2004a, p. 72) afirma que Ramos, através de sua viagem aos Estados Unidos da América e dos os contatos profissionais e pessoais que estabeleceria lá, procurou

consolidar sua autoridade no campo dos estudos afrobrasileiros, assim como a posição política do Brasil nesse campo intelectual. A América Latina estava na agenda norte-americana do entreguerras por ser vista como uma espaço suscetível para o avanço nazifascista. Assim, com o apoio de diversas agências de fomento, fundações, universidades e órgão de Estado, os EUA institucionalizaram um determinado tipo de viagem enquanto “intercâmbio cultural”. Estabelecendo assim uma forma distinta de viagem que proporcionasse uma reconfiguração de antigas fronteiras. Ainda de acordo com Cunha (2004a, p. 73) é preciso enquadrar a viagem de Arthur Ramos aos Estados Unidos dentro desse contexto político e institucional.

Desde 1938 Ramos apresenta interesse em viajar aos Estados Unidos da América, mas por alguns motivos teve de adiar sua ida até setembro de 1940. Nesse segundo momento, uma importante rede de contatos que fizera ainda no Brasil foi crucial para a execução da empreitada. Ainda que tenha se candidatado a bolsas de estudos para a *Northestern University*, onde estava Melville Herskovits e para *University of Chicago*, onde estavam Robert E. Park e Robert Redfield, Arthur Ramos acabou indo aos EUA a partir de um convite de Thomas Lynn Smith para ministrar um curso sobre raça e relações raciais na *Lousiana State University*. De acordo com Guimarães (2000), Ramos proferiu também palestras em outras universidades fora de Baton Rouge e assistiu a um curso sobre aculturação lecionado por Melville Herskovits.

Olívia Cunha (2004a, p. 78-79) faz críticas à produção intelectual de Ramos sobre sua viagem e afirma que “como missionário e tradutor, seu papel era dirimir incompreensões e explicar um desconhecido Brasil 'entre círculos intelectuais'.” Seus projetos de fortes pretensões nacionalistas consistiam em comparar a situações dos negros no Brasil e no sul norte-americano, contudo as descrições de Ramos sobre o que viu em Baton Rouge – e não o que observou, nos termos de Cunha – era o Brasil e os brasileiros. Assim, não transformou em “observação tudo o que os outros queriam que ele não só visse, mas comparasse”.

Esta passagem pelos Estados Unidos teria colaborado para a projeção de Ramos como um importante antropólogo brasileiro. No âmbito das relações profissionais e pessoais de Arthur Ramos que possibilitaram sua inserção no cenário internacional dos estudos sobre os negros, Cunha (2004a, p. 74-75) ressalta a importância de Richard Pattee. Pattee teria colaborado para o estabelecimento do nome de Ramos como autoridade brasileira sobre os estudos afrobrasileiros fora do Brasil. Promovendo o contato de Ramos com algumas

instituições americanas e intervindo para a publicação da versão americana de *O negro brasileiro*, tendo sido o tradutor.

Após retornar dos EUA, em 1941, Ramos fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, ambiente que viabilizou a divulgação de diversos trabalhos e a manutenção e o fortalecimento das redes nacionais e internacionais (Cf. AZEREDO, 1986). Nessa década escreve novos textos definitivamente voltados para a Antropologia. Publica *A Aculturação Negra no Brasil* (1942), *Guerra e Relações de Raça* (1943), *Introdução a Antropologia Brasileira*, 2 v. (1943/1947), *Ciências Sociais e o Problema do Após-guerra* (1944) e outros. Revê também algumas de suas obras por acreditar na provisoriedade de todo conhecimento científico. Ao longo de suas obras, Ramos criticou fortemente a violência da escravidão e colocou o problema da inserção do negro na sociedade brasileira.

Olívia Cunha (2004a, p. 59-67) ressalta que é possível compreender a produção intelectual de Arthur Ramos na década de 1940 a partir da sua experiência de viagem aos Estados Unidos da América. Cunha ao analisar as notas de pesquisa de Arthur Ramos, depositadas em seu arquivo na Biblioteca Nacional, destaca um estilo anamnésico de narrar e escrever grande parte das suas anotações. Assim, não haveria mediação entre o antropólogo e seu informante, tendo o pesquisador o trabalho de observar, questionar e escrever o que lhe foi falado e sugerido.

Cunha afirma ainda que, apesar das anotações do final da década de 1940 apresentarem diferentes concepções para a explicação da vida religiosa afrobrasileira, esse estilo anamnésico ainda permanecia em suas notas. Isto porque em muitas de suas anotações, de acordo com Cunha (2004a, p. 61), é possível perceber que Arthur Ramos fez uso com seus informantes dos conhecimentos e das práticas adquiridos na relação entre médico e paciente somado à uma forma singular de provocar e construir a memória através de suas notas.

A antropóloga ressalta que não é o caso de afirmar que apenas as relações de distância, autoridade e hierarquia, como as de médicos com pacientes, permeiam as atividades de coleta e aquisição de informações. Uma vez que os sujeitos que Arthur Ramos transformou em alvo de estudos científicos, como lavadeiras, porteiros e pacientes nas instituições médicas-judiciárias, não foram passivos, as relações travadas devem ter sido muito mais complexas. Cunha segue afirmando que “domesticidade, intimidade e cumplicidade perpassam as formas de contato e comunicação entre o antropólogo e as personagens que povoaram os diferentes

cenários nos quais Ramos atuou.” (CUNHA, 2004a, p. 61) Relações que foram estabelecidas em um momento de “conversão”, de mudança no desenho da carreira de Arthur Ramos de médico a antropólogo, o que transformou também pacientes em informantes.

Contextualizando a produção de Arthur Ramos dentro de um campo antropológico difuso ainda em processo de especialização e de institucionalização, Olívia Cunha (2004a, p. 62) procura apontar para a possibilidade de estratégias distintas para interação com pacientes e informantes; ainda que a presença de Arthur Ramos em campo propriamente não fosse uma constante, já que o antropólogo muitas vezes lançava a mão de intermediários e contava com as informações colhidas por outras pessoas, por assistentes e alunos. Esses colaboradores foram peças centrais na mediação entre Arthur Ramos e os sujeitos do campo no qual ele se especializava. Contudo, Cunha (2004a, p. 62-63) indica que mesmo através dos colaboradores Ramos negociava a extensão e a natureza das informações em troca de prestígio, dinheiro e outras concessões.

A concepção que Arthur Ramos tinha de seu papel enquanto intelectual era de uma “antropologia aplicada”, onde o cientista deveria ser socialmente engajado. Ramos se envolveu no movimento negro e lecionou na Universidade do Povo. Teve, enfim, uma atuação política marcadamente progressista em um ambiente conturbado e de repressão como foi o Estado Novo, o entreguerras e a Guerra Fria. Sofreu por isso perseguição política, chegando a ser preso em 1937 e 1942 por “participar de atividade comunista rotulada de paz” (BARROS, 2005, p. 52-61). Ramos atuou abertamente no antirracismo e defendia que o melhor remédio para o preconceito racial era a experiência brasileira de harmonia entre as raças.

Possivelmente suas atuações políticas o levaram a participar de uma comissão convocada pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1944, para elaborar propostas para uma instituição internacional no campo da educação. Segundo Marcos Chor Maio (2004, p. 32), Ramos influenciou as decisões finais que deram grande destaque às manifestações contra o racismo.

Convidado por Jaime Torres Bodet, Arthur Ramos assumiu, em 1949, a chefia do recém-criado Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Essa escolha se deve a “uma complexa combinação de circunstâncias políticas e ideológicas [tais como a inserção das questões raciais na agenda da Unesco e seu incremento nas atuações na América Latina],

alinhamentos e conexões pessoais, tendo como pano de fundo as intensas confrontações sobre raça, cultura e identidade no Brasil” (STOLKE, 2004, p. 112).

Antes de partir, Ramos realizou reuniões na FNFi com vários intelectuais para elaborarem um plano de pesquisa e atuação na Unesco. Ramos viajou para Paris sofrendo fortes pressões do governo brasileiro através da figura de Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil. Barros (2007, p. 312) afirma que a universidade colocou diversos entraves burocráticos retardando a viagem de Ramos. Quando ele finalmente partiu, ainda não havia saído sua licença e, portanto, se encontrava em irregularidade.

Arthur Ramos faleceu de um problema cardíaco poucos meses depois de chegar a Paris, mas apesar de sua curta atuação na Unesco e das questões administrativas e burocráticas do órgão, conseguiu deixar uma proposta de “estudo geral das culturas originais das massas nos seus *habitats* respectivos, para todas as partes do mundo face às culturas dominantes”, que foi aprovada em 1950 para ser posta em ação em 1951 (BARROS, 2007, p. 313).

1.3 Esquecimento e memória

Arthur Ramos, na época de sua morte, ocupava uma posição importante no campo intelectual internacional e de onde articulava uma extensa rede de influências e sociabilidades. Entretanto, os resultados do famoso projeto Unesco no Brasil¹⁹ – que Ramos primeiro desenhou os contornos – desencadearam e disseminaram a crítica contra a “democracia racial” que Arthur Ramos defendia. Foram também os pesquisadores formados nas universidades – que Ramos ajudou a construir e fortalecer – que rejeitaram o “paradigma da cultura”, no qual o pensamento de nossa personagem se inseria.

No início da década de 1950, foram publicados ainda alguns textos escritos por Ramos ou sobre ele, mas logo o cenário acadêmico nacional se transfigurou e o lugar deste antropólogo foi alterado. Em *As Ciências no Brasil* – obra organizada por Fernando de

¹⁹ A pesquisa constatou que a propagada harmonia entre as raças era um mito e que havia discriminação no Brasil, ainda que esta se apresentasse na chave cor/ classe. Para uma apreciação das análises sobre o Projeto Unesco, ver MAIO, 1997; 2004; STOLKE, 2004; PEREIRA; SANSONE, 2007.

Azevedo em 1955 e atualmente considerada também pelo seu caráter documental –, consta talvez um dos últimos destaques dado a Arthur Ramos. Após breves comentários sobre ele em outras partes da obra,²⁰ no capítulo “A Antropologia e a Sociologia no Brasil”, Arthur Ramos surge destacado em uma fotografia,²¹ suas ideias são comentadas no item sobre os estudos indígenas e afrobrasileiros e seu nome aparece em primeiro plano junto ao rol de africanistas (AZEVEDO, 1994, p. 430, 444). No entanto, sua imagem já estava se esmaecendo e nos anos subsequentes Arthur Ramos seria esquecido quase por completo – com a exceção de umas poucas e isoladas tentativas de “ressurgimento” na década de 1970.²²

Na década de 1980, principalmente, a produção intelectual iniciou um momento de revisão e releitura de velhos clássicos e também abriu espaço para vozes até então silenciadas (SINDER, 1997, p. 6-8). Os ventos que sopravam no cenário acadêmico internacional e nacional possibilitaram essa nova postura: o debate sobre a construção de narrativas que abalou a distinção rígida entre textos científicos e literários e abriu um rico horizonte para novas leituras.

O antropólogo Ricardo Benzaquen de Araújo, por exemplo, participou da revisão dos intelectuais do início do século XX. Na década de 1980, ele se debruçou sobre os textos do início da carreira de Gilberto Freyre. Araújo reinterpretou *Casa-Grande & Senzala* e sugeriu, entre outras coisas, que a distinção entre raça e cultura como se entende hoje ainda não estava bem delimitada nesse livro (ARAÚJO, 1994). Mariza Correa, também nos anos 1980, colocou em pauta a Escola Nina Rodrigues e os intelectuais baianos na formação da Antropologia no Brasil (CORREA, 1998). Na década de 1990, Regina Abreu revisitou *Os Sertões*, de Euclides da Cunha para entender o seu alcance; a forma com que o livro de estréia de um homem completamente desconhecido das rodas culturais se tornou um *best seller* desde seu lançamento. E mais, por que este livro marcou tão profundamente valores e pontos de vista

²⁰ No segundo volume, foram encontrados curtos comentários sobre Arthur Ramos em “A Psicologia no Brasil”, de M. B. Lourenço Filho (AZEVEDO, 1994, p. 309, 312, 317). O primeiro volume não foi consultado.

²¹ Ao longo da obra, aparecem fotografias de pessoas, locais ou livros relevantes para a área comentada até aquele momento. No capítulo em questão constam as fotos de Padre José de Anchieta, Hans Staden, Carl Fr. Phil Von Martius, Karl von den Steinen, a fachada do Museu Nacional, Raimundo Nina Rodrigues, Hermann von Ihering, Theodor Koch-Grunberg, Silvio Romero, Oliveira Viana, Curt Nimuendaju e Arthur Ramos.

²² Para a relação de algumas atividades sobre Arthur Ramos desenvolvidas nessa época, ver BARROS; VALVERDE; CUNHA, 2004, p. 125, 138.

sobre o Brasil tendo continuamente influenciado nosso pensamento social. Para dar conta destas questões Abreu utiliza as teorias bourdieusianas sobre campo artístico e intelectual (ABREU, 1998).

Diversos outros pensadores ou instituições importantes – principalmente do início do estabelecimento das Ciências Sociais no Brasil – foram alvo de estudos sistemáticos durante os últimos 30 anos. Contudo, Arthur Ramos, um dos principais atores da institucionalização e da projeção internacional das Ciências Sociais brasileiras, manteve-se quase intocado e esquecido. Uns poucos trabalhos tangenciaram o universo de Ramos e o comentaram brevemente, como os de Mariza Correa, comentado anteriormente, e o de Paulo Roberto Azeredo (AZEREDO, 1986). Porém, foi apenas no final da década de 1990 que apareceram trabalhos em que o foco principal era a vida ou a obra deste intelectual.

Entre os primeiros que se tem notícia, Alexandre Schreiner Ramos Silva defendeu a dissertação *Cuidando do Futuro do Brasil: Infância, Educação e Higiene Mental na Obra de Arthur Ramos* no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1998. Na área das Ciências Sociais, Luitgarde Barros desenvolveu sua pesquisa de pós-doutorado *Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de Seu Tempo* entre 1998 e 1999. Foi também em 1999 que a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizaram o seminário “*Diários de Campo: Arthur Ramos, Antropólogos e as Antropologias*” em homenagem aos cinquenta anos de sua morte, aos sessenta anos da criação da Faculdade Nacional de Filosofia e para a divulgação do recém-finalizado inventário²³ do arquivo Arthur Ramos. Contudo, foi no início do século XXI que surgiram mais análises sobre Ramos e algumas de suas obras foram re-editadas.²⁴

Desses trabalhos, muitos dedicaram algumas linhas ao ostracismo de Ramos e arriscaram os motivos de ter ocorrido. Maria José Campos (2004, p. 41-72) atribuiu o esquecimento a que Arthur Ramos ficou relegado às disputas políticas e teóricas entre instituições (Rio *versus* São Paulo) e entre intelectuais (Gilberto Freyre e a geração posterior)

²³ Inventário é o “instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (AN, 2005, p. 109).

²⁴ Luitgarde Barros elenca todos os trabalhos e eventos sobre Arthur Ramos realizados nos últimos anos com exceção de uns poucos artigos, ver BARROS, 2005, p. 230-236.

no mundo acadêmico brasileiro. Luiz Fernando Dias Duarte (2004, p. 28) sublinhou o plano teórico abrangente no qual Ramos tinha uma leitura mais universalista das teorias freudianas em oposição a Gilberto Freyre que comportava uma dimensão mais romântica da teoria boasiana. Duarte, então, creditou a essas afinidades intelectuais mais amplas o retorno de Freyre e a manutenção do esquecimento de Ramos na década de 1980. Luitgarde Barros (2004; 2005; 2007), por outro lado, deu ênfase à atuação política de Arthur Ramos que o teria levado a sofrer grande perseguição dos governos brasileiro e norte-americano e por isso, nas palavras de Barros, teria sido “vítima de uma conspiração de silêncio” (2004, p. 138).

Nesse jogo multifacetado, acrescenta-se agora mais uma peça do quebra-cabeça: a dificuldade de acesso ao seu acervo até 1999. Pode parecer evidente que isto afete o desenvolvimento de pesquisas sobre uma personagem, todavia este trabalho pretende, entre outras coisas, dimensionar adequadamente quanto o patrimônio documental pode servir para as estratégias de consagração e, em consequência, o peso de sua falta.

As lacunas e os silêncios da história se devem às disputas e aos conflitos que ocorrem em diversos níveis da vida social. A memória e os mecanismos de sua permanente re-elaboração situam-se neste palco ambíguo de disputa e conflito, mas também de legitimação. Memória não é apenas o que permite ao homem reter informações; ela é concebida em seus muitos tempos, já que encerra a possibilidade de se recuperar o passado de acordo com o presente e até mesmo projetá-lo para o futuro.

Os debates atuais sobre memória, em certa medida, dialogam com as teorias de inspiração durkheimiana de Maurice Halbwachs (2006); para quem o indivíduo, como um “ser social”, pensa, lembra, vive em relação aos seus grupos. A memória individual está, assim, enraizada em quadros sociais (linguagem, códigos, contexto, etc) e sofre a influência dos grupos nos quais o indivíduo se insere. Desta forma, qualquer memória é sempre uma memória coletiva. Halbwachs indica também a seletividade da memória e os processos de negociação em que se conciliam perspectivas particulares e coletivas para que “uma mesma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (2006, p. 39).

Em contraposição à memória consensual de Halbwachs, Michael Pollak (1989) colocou as disputas no centro do processo de elaboração da memória. É apresentado, então, o cabo de força entre a memória oficial de uma nação e as “memórias subterrâneas” dos excluídos, das minorias (as recordações esquecidas ou silenciadas pela memória oficial).

Memória é vista como um objeto de luta de poder, na medida em que decidir o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido faz parte dos mecanismos de controle de um grupo sobre o outro.

Mesmo que o caso de Arthur Ramos seja diferente das disputas mais extremas como os casos da repressão stalinista, dos sobreviventes dos campos de concentração alemães ou dos recrutamentos forçados alsacianos, a análise de Pollak é interessante para o presente estudo porque destaca as zonas de sombra das memórias e fornece uma nova luz sobre as formas de organização das memórias sociais. Baseando-se em trabalhos de Henry Rousso, Pollak defendeu que as memórias são fartamente trabalhadas e retrabalhadas a fim de que se construa um quadro de referências para o grupo – processo que foi chamado de “enquadramento da memória” (1989, p. 9-12). Os instrumentos para o enquadramento da memória são os atores profissionalizados – representantes de associações, pesquisadores, etc – e os objetos materiais – filmes, livros, monumentos, prédios, etc. Aparece, então, a questão dos arquivos e documentos como um dos lugares onde se desenrolam disputas políticas que visam ressignificar o presente em relação ao passado e, ao mesmo tempo, o passado em relação ao presente.

Pierre Nora (1993) argumenta que houve um tempo em que o passado não precisava ser rememorado, pois as sociedades tradicionais viviam imersas na memória. Com as operações reflexivas a sociedade se distanciou da memória e passou a viver na história, por isso foi preciso consagrar lugares dedicados à memória para fornecer continuidade a esse novo tempo intermitente. Arquivos são “lugares de memória” no sentido de Nora: são espaços materiais, funcionais e simbólicos construídos a partir de um esforço coletivo e social para que sirvam de testemunhos de um momento que não existe mais.

Se considerar a documentação de Arthur Ramos dentro das perspectivas simbólicas e políticas expostas acima, a precariedade de acesso e o desconhecimento sobre o arquivo de Arthur Ramos não afetou o destino deste antropólogo apenas pela ausência de fontes de pesquisa; a principal ausência talvez tenha sido a do registro, a do rastro de uma memória no qual se elaboram os pontos de referência sobre um passado. Não se trata de corroborar uma “fantasia de que os documentos exumados do arquivo de Ramos sejam capazes de revelar o desconhecido ou comprovar versões prescritas de sua biografia”, como Cunha (2004a, p. 65-66) sugere que possa ocorrer.

1.4 Arquivos enquanto patrimônios

Acredito que os objetos materiais, como documentos, fotografias, artesanatos, caricaturas, recortes de jornais, entre outros, comunicam as visões de mundo, os sentidos e os significados não apenas de quem os produziu, mas também de quem se apropria deles. Esses mesmos objetos, ao serem patrimonializados, auxiliam também em estratégias de consagração. Segundo José Reginaldo Gonçalves (2007a, p. 14), objetos materiais circulam constantemente em nossa vida social a partir de categorias culturais em que são classificados, divididos e hierarquizados. Devido à proximidade que esses objetos possuem dos sujeitos, sua relevância social e simbólica se esmaece. Mas são precisamente os sistemas de classificação que organizam, constituem e fazem a mediação entre os sujeitos e os objetos; sem estes não há existência significativa. Gonçalves (2007a, p. 15) afirma ainda que “na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos, suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos”. É a análise desses deslocamentos dos objetos que possibilitam entender a dinâmica da vida social e cultural, que nos permitem vislumbrar conflitos, ambiguidades, paradoxos e seus efeitos na subjetividade coletiva e individual.

Desta forma, o hábito de Arthur Ramos em se corresponder com importantes intelectuais de sua época, resultou – como explorarei nos próximos capítulos – em uma grande quantidade de papéis nos pelos quais remeteu livros, escreveu cartas de apresentação e cartões. Esses documentos, como Olívia Cunha (2004a, 75-76) ressaltou, serviram de base para a produção de uma das poucas biografias de Ramos na qual ele foi caracterizado como um intelectual conhecido pelos seus mais ilustres pares. Essa estratégia de inserção e legitimação que Arthur Ramos empregou em vida teve um efeito secundário quanto sua documentação foi deslocada para uma instituição de guarda e possibilitaram novas estratégias de consagração após sua morte. Esses papéis – preservados com a compra de seu arquivo – se tornaram “poderosos artefatos de validação da carreira da de Arthur Ramos” até os dias de hoje.

A relação das teorias antropológicas com os objetos materiais tem variado ao longo da história da disciplina e dependendo da corrente de pensamento serão avaliados sob diferentes ângulos. Contudo, a partir dos anos de 1980 houve uma reaproximação entre antropólogos e museus, arquivos e patrimônios culturais, em que as próprias instituições se tornaram alvo de análise e descrição. Colocaram-se em questão os papéis que essas instituições desempenham enquanto mediadoras sociais, simbólicas e políticas no processo de construção de representações ideológicas sobre grupos sociais – os “enquadramentos da memória” como colocada anteriormente. José Reginaldo Gonçalves (2007a, p. 22) argumenta que nesse contexto estudam-se os objetos materiais enquanto peças fundamentais de processos sociais, institucionais e políticos de apropriação e colecionamento.

Desta forma, as instituições de guarda de acervo museológico e arquivístico, assim como as instituições nas quais são declarados os patrimônios culturais, são espaços nos quais ocorrem cruzamentos de relações de ordem epistemológica, social e política. Assim, Gonçalves (2007a, p. 23) conclui que essas instituições são objetos privilegiados de pesquisa para a compreensão das relações sociais, políticas e simbólicas entre diversos grupos.

Ressalva-se que os objetos ali depositados estiveram antes imersos em usos cotidianos e circularam em diversas esferas da vida social, sendo que a sua inclusão em uma coleção é apenas um desses momentos de deslocamentos. Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1998, p. 92) – pautando-se em Kopytoff, assim como José Reginaldo Gonçalves – também desenvolve a ideia de que os objetos materiais possuem uma biografia cultural particular. Assim, o historiador argumenta que esses objetos estão constantemente em transformações simultâneas e cumulativas de caráter morfológico, funcional, simbólico, entre outros. Então, para compreender as biografias dos objetos é preciso situá-los nos diversos deslocamentos, nas diferentes transformações que de que foram alvo; é preciso, portanto, entendê-los na “interação social”.

Porém, Gonçalves (2007a, p. 24) aponta que, entre os muitos deslocamentos que um objeto material sofre, a sua inclusão no rol dos itens preservados em coleções e museus é crucial, pois nesse momento permitirá ao pesquisador analisar os processos sociais e simbólicos postos em ação para transformar simples objetos materiais em ícones legitimadores de ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos sociais. Assim, por mais distinto que tenha sido o percurso, os usos e os significados dados às fichas de observação

comportamental de alunos da Escola México,²⁵ resultantes de trabalhos para o Estado no âmbito da saúde coletiva, ou ao assentamento de batismo de beneficiados pela Lei do Ventre Livre²⁶, coletados durante pesquisas cartoriais sobre escravidão, ou ainda as anotações sobre crenças populares²⁷, colhidas em “trabalho de campo” por Arthur Ramos, quando se veem juntas e inseridas no conjunto documental do arquivo Arthur Ramos, na Biblioteca Nacional, possibilitam uma compreensão para além de seus usos corriqueiros e dão margem às construções narrativas sobre “a vida e a obra” de Arthur Ramos enquanto pesquisador, auxiliando à legitimá-lo.

Os deslocamentos de objetos materiais da vida social para instituições de guarda, como museus, arquivos e patrimônios culturais requerem ainda uma especial abordagem quando são oriundos do campo pessoal. Partindo de uma reflexão sobre artefatos e memória, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1998, p. 91) coloca a questão sobre qual seria a informação intrínseca que um objeto material poderia conter. A despeito das atribuições físico-químicas dos objetos, não existiria nenhum sentido imanente desses artefatos. Meneses estabelece que os sentidos e significados dados para os objetos são construídos historicamente, sendo selecionados e mobilizados pelos grupos sociais.

Ainda de acordo com Meneses, em contextos culturais e sociais cada vez mais individualistas como o da sociedade moderna ocidental, os objetos materiais se tornam meios de qualificação social. Meneses (1998, p. 93) aponta para a mesma direção de Gonçalves e afirma que “os objetos históricos”, ou seja, objetos materiais levados aos museus e arquivos, se caracterizam pelos sentidos que lhes são impregnados ao entrarem em contato com uma realidade transcendental; são, assim, objetos singulares e auráticos.²⁸ Nesse sentido, conclui, assim como fez Gonçalves, que os objetos históricos são fontes excepcionais para se

²⁵ FICHAS de observação comportamental de alunos da Escola México, encaminhadas ao Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1935-1936. 44 docs. (114 p.). Cóp. Dat. FBN-Mss, I-36,24,4

²⁶ ASSENTAMENTO de batismo de beneficiados pela Lei do Vente Livre. Carmo do Rio Verde, 1872. 3p. Cóp. FBN-Mss, I-36, 26, 2, 7.

²⁷ ANOTAÇÕES várias sobre crenças populares. [s. l.], [s. d.], 26 docs. Orig. FBN-Mss, I-36, 26, 1.

²⁸ “Aurático” em referência ao conceito estabelecido por Walter Benjamin (1994). José Reginaldo Gonçalves (2001) também faz uso desse conceito para caracterizar os patrimônios. Explorarei essa possibilidade de caracterização dos arquivos no segundo capítulo.

compreender as relações sociais nas quais foram produzidos e reproduzidos “enquanto, precisamente, *objetos históricos*” (Meneses, 1998, p. 95).

No caso específico da dimensão pessoal dos artefatos, sobre a qual Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1998, p. 95-97) reflete, existe, especialmente, a presença multiforme dos indivíduos aparece nos objetos materiais de três formas principais. A primeira seria pela produção desses objetos em que as idiossincrasias dos seus “autores” ficariam materialmente assinaladas. Meneses dá como exemplo as identificações de autorias em obras de arte. No caso dos documentos arquivísticos, ficam as assinaturas, a caligrafia e principalmente as ideias, palavras e sentidos graficamente colocados – o que talvez auxiliaria a omitir os demais sentidos estabelecidos posteriormente e que explorarei no segundo capítulo. Apoiando-se na psicologia social, Meneses então estabelece que a segunda forma da dimensão pessoal dos artefatos está no que se refere à identidade, uma vez que os objetos funcionam como suportes de identidades, como extensão dessa identidade individual de quem os fabrica, os possui. A terceira forma diz respeito à circulação dos objetos. Baseando-se no clássico estudo de Marcel Mauss (1974), Meneses afirma que as marcas dos indivíduos permanecem nos seus objetos materiais, pois as práticas de trocas estabelecem vínculos entre doador e receptor, uma vez que as coisas doadas, trocadas, postas em circulação manteriam consigo o *mana* do doador, sendo assim inalienáveis e forçosamente retribuídas. Disto depreende-se que “além de reafirmarem a importância da presença do indivíduo no campo da cultura material, é que eles indicam que tal presença jamais é exclusiva: ela só se faz na relação social.” (MENESES, 1998, p. 96)

Outras características dos objetos materiais, segundo José Reginaldo Gonçalves (2007a, p. 24), é que os deslocamentos dos objetos materiais para arquivos e museus se realiza através das práticas de colecionamento a partir de relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos e pautadas por categorias culturais e sistemas de classificação. O antropólogo afirma que, na sociedade moderna ocidental, as práticas de colecionamentos estão fortemente associadas à acumulação de objetos. Como veremos no próximo capítulo, uma das grandes noções que orienta as práticas arquivísticas é a ideia de que os arquivos são conjuntos documentais acumulados e/ou produzidos de forma orgânica e que por determinadas seleções devem ser guardados.

Somado a isso, existem ainda dimensões pessoais nas coleções. Como aponta Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1998, p. 96-97) tem sido através de coleções, na maioria das vezes,

que os objetos materiais de foro privado tem sido levados à esfera pública. Ressalta-se que esses objetos levados “à rua” operam como “vetores de construção da subjetividade” e não apenas meras representações de trajetórias pessoais. Desta forma, o que está em questão nas coleções privadas é seu caráter de interlocução entre subjetividades. Assim, por mais que sejam personalizadas e individualizadas, as coleções se constroem em relação ao outro, sendo com isso um palco para as interações. Coleções tem atributos metonímicos pelos quais essa pequena parte pode representar vários “todos”. Contudo, ao representarem grupos sociais e fenômenos culturais de “outros” também representam o “eu” que elencou aqueles objetos para exibição e os reordenou; desta forma é também uma forma de autorrepresentação.

Indo ao encontro do que José Reginaldo Gonçalves apontou sobre a importância de se analisar criticamente os deslocamentos de objeto materiais para instituições de guarda de acervo, Meneses (1998, p. 98) assinala que, no que tange aos objetos privados – como as correspondências entre intelectuais –, é relevante investigar para além do deslocamento em si e perceber o controle dos significados que tal processo acarreta. Isto porque contextos institucionais ressignificam o objeto, agregando sentidos que fixam leituras sobre eles. Assim,

o artefato neutro [...] é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem [...] desde os processos, sistemas e motivos de seleções [...], passando pelas classificações, arranjos, combinações e disposições que tecem a exposição, até o caldo de cultura, as expectativas e valores dos visitantes e os referenciais dos meios de comunicação de massa, a *doxa* e os critérios epistemológicos na moda, sem esquecer aqueles das instituições que atuam na área, etc, etc. (MENESES, 1998, p. 98)

Por tudo isso, objetos pessoais selecionados para compor um museu, transpondo as fronteiras da casa para as instituições de memória são fortes ferramentas para estratégias de consagração de personagens. Regina Abreu (1996), em seu original estudo *A fabricação do imortal*, explora justamente as possibilidades e as estratégias empregadas na consagração de uma personagem e no estabelecimento de uma narrativa, uma história sobre o Brasil a partir de um determinado enfoque.

Abreu (1996) analisa especificamente os processos culturais e simbólicos que envolveram a doação de peças como tapeçaria, joias e fotografias de Miguel Calmon du Pin e Almeida pela sua esposa, Alice da Porciúncula Calmon du Pin Almeida para se transformarem em peças museológicas no Museu Histórico Nacional em 1936. O deslocamento, a

transformações de objetos materiais reunidos por um indivíduo para o museu implicou, nesse caso, em um intenso esforço de construção de uma imagem do homem público.

Iniciou-se com isso um processo de troca, como um fenômeno de troca de presentes, em que envolvia reciprocidade, enquanto o Museu Histórico Nacional oferecia “dádiva de associar definitivamente, transcendendo a própria morte, a memória individual de Calmon e seu clã a uma construção histórica da nacionalidade” (ABREU, 1996, p. 32), Alice da Porciúncula retribuía objetos e relíquias históricas em que pesava não apenas o valor material, mas principalmente o valor simbólico.

A leitura da análise que Regina Abreu (1996) faz desse acervo é instigante por mostrar o grande empreendimento envolvido na transformação de objetos em uma narrativa, em um discurso sobre uma pessoa e sobre a nação. Apontando para importantes dados como a de que os objetos selecionados pela família para serem doados eram peças requintadas e únicas e até mesmo raras que engrandeciam essa personagem. Além disso, está ausente do conjunto objetos que remetam ao foro íntimo, selecionando peças que transmitam a imagem do homem público. Nesse contexto, o privado está subordinado ao público. Não apenas os objetos escolhidos para compor a coleção imprimem uma leitura sobre a personagem, mas até também a forma de exibição, a escolha da sala exclusiva, entre outros, auxiliam na construção do imortal.

Abreu (1996, p. 45), remetendo-se ao conceito de semióforos de Pomian, estabelece que o acervo da Coleção de Miguel Calmon aponta para a fundação das elites políticas na República brasileira. Os objetos materiais reunidos sob o nome de Coleção Miguel Calmon também apontam para momentos da transição política vivida na República velha e desta forma, apresenta uma gama de possibilidades dos diferentes atores envolvidos nas ações que determinaram o destino dos brasileiros. Portanto, os objetos-semióforos dessa coleção comunicariam sentidos que dizem respeito a todos os brasileiros.

A importância do estudo de Abreu para nosso propósito não se resume a construção do imortal, como também devido à desconstrução. O arquivo Arthur Ramos depois da sua compra na década de 1950 ficou esquecida nas gavetas dos arcazes do salão da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, com isso seu processo de deslocamento de um âmbito da vida social para outro, o das instituições de guarda, não foi efetivado. Apesar de estar fisicamente na instituição, o desconhecimento e a falta de tratamento não imprimiram novos

sentidos sobre esses objetos. Em um caminho inverso, Abreu (1996, p. 199-212) mostra como se desfez o discurso sobre o imortal Miguel Calmon quando o museu desmontou as salas dedicadas às personagens e as reorganizou cronologicamente, com base na sucessão de regimes políticos e grandes acontecimento, de acordo com os novos paradigmas museográficos e historiográficos que se estabeleceram a partir da década de 1960.

Assim, os arquivos depositados em instituições de guarda não são apenas papéis sobre os quais se elabora e enquadra uma memória social e coletiva, não são apenas objetos materiais que comunicam relações políticas, sociais e culturais e sobre os quais instituições de guarda e colecionamento re-elaboram sentidos e estabelecem relações sociais e culturais. Arquivos e demais objetos materiais possuem essas características na medida em que são patrimônios e como tais realizam a mediação entre passado, presente e futuro, auxiliando na constituição de identidades sociais e individuais, realizando também sua continuidade no tempo.

O patrimônio cultural é entendido aqui, principalmente, como uma categoria de pensamento que, em certa medida, orienta discursos e práticas sociais. Como argumenta José Reginaldo Gonçalves (2003), patrimônio, apesar de ser uma categoria familiar ao moderno pensamento ocidental, não é restrita a ele e está presente também em sistemas de pensamento tradicionais – ainda que possua características e significados distintos nos muitos contextos históricos e culturais em que é empregada. Nesse sentido, o patrimônio é uma forma de categorização, um sistema de classificação de suma importância para a vida social e cultural de qualquer coletividade humana.

O processo de formação de patrimônios, para Gonçalves (2003, p. 22), é representado através das coleções, uma vez que “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado 'outro'”. Gonçalves segue sua observação destacando que nem todas as sociedades constituem patrimônios com o objetivo de acumular para manter os bens como faz a sociedade moderna, já que em outras sociedades a acumulação pode ser realizada com o objetivo de redistribuir ou ainda de destruir, como demonstraram Bronislaw Malinowski (1987) em sua etnografia sobre o *kula* trombiandês e Marcel Mauss (1974) na análise sobre as trocas, em especial o *potlatch* norte-americano.

Então, por ser uma categoria presente em diversas sociedades, apresenta a possibilidade de analisar comparativamente esses contextos. Enquanto abre caminhos, também requer cuidados dos pesquisadores, já que seu significado pode mudar. Gonçalves (2003, p. 23) aponta que, na sociedade moderna ocidental, o patrimônio é uma categoria individualizada com contornos bem delineados e relacionada com as divisões modernas das “áreas do saber”, assim existem o “patrimônio econômico”, “patrimônio cultural”, “patrimônio genético”, entre outros. No caso, me debruço sobre os “patrimônios documentais” que estão delineados pelas divisões da chamada teoria arquivística e que, portanto, se faz necessário realizar um sobrevoo sobre esses discursos e práticas sociais.

Para poder analisar o arquivo de Arthur Ramos é preciso destacar como foi sendo construída uma visão sobre arquivos nas sociedades modernas ocidentais. Assim, tomando as teorias arquivísticas como “teorias nativas” nas quais é produzido um sentido sobre o qual o antropólogo elabora o seu sentido. Desta forma, não apenas cabe perguntar qual a importância do arquivo acumulado por Arthur Ramos ao longo de sua vida profissional; vale estudar as formas com que esse arquivo foi inserido no bojo da coleção da Biblioteca Nacional e quais foram as operações realizadas sobre ele, mas ampliar a análise para os discursos sobre arquivo produzidos nesse campo do saber.

Por isso, no próximo capítulo explanarei como campo da arquivística se constitui e se organiza para tentar perceber as categorias segundo as quais o arquivo Arthur Ramos foi ordenado. Portanto, irei pôr em questão o que é um arquivo, um documento e quais são as relações que estes mantêm com o produtor/ acumulador, com o técnico e com o pesquisador.

2 OS ARQUIVOS E O ARQUIVO DE ARTHUR RAMOS

2.1 Teoria arquivística²⁹

A prática de guardar objetos, documentos e outros registros de um passado é muito antiga, porém os arquivos, como se entende hoje, são resultados de longos processos sociais e históricos incentivados principalmente pela emergência dos Estados-nação, na Europa, a partir do século XVIII. Ainda assim, é possível determinar um marco para esta concepção: a Revolução Francesa. Foi neste momento da história em que se instaurou a percepção de arquivo como o grande depósito central para as papeladas públicas, que antes eram vistas como documentos do rei ou da administração. Após a queima de diversos documentos e arquivos com o fim de destruir os títulos em que se baseavam as obrigações da sociedade de corte francesa, cria-se, em 1789, o *Archives Nationales* que concentrou todos os papéis em um único espaço e efetivou a ideia de que a documentação não pertence a uma pessoa ou um órgão, mas sim a todos através da nação.

Essa mudança de paradigma, em fins do século XVIII e início do XIX, não foi exclusiva dos arquivos e mudou a forma de relação da sociedade e do Estado com biblioteca, museu e patrimônios em geral. No primeiro capítulo, apontei brevemente o impacto da constituição dos Estados-nação na teoria social brasileira, contudo o alcance das transformações de visões de mundo são mais profundas. Após a Revolução Francesa, principalmente, os Estados passaram a se ocupar da proteção legal de bens que consideravam de interesse público. No âmbito da preservação do “patrimônio histórico e artístico”, por exemplo, a proteção incidiu sobre monumentos, em geral, que foram percebidos como tendo capacidade de simbolizar a nação.³⁰

²⁹ A revisão teórica aqui apresentada foi desenvolvida a partir de textos de uma Arquivologia tradicional e moderna que está pautada na experiência de arquivos públicos e institucionais. Ainda que o foco deste trabalho seja os arquivos privados pessoais, é importante que estas teorias sejam comentadas, pois a maior parte das práticas arquivísticas de arquivos privados pessoais as tem como referência inicial.

³⁰ Para um aprofundamento da mudança paradigmática dos patrimônios, Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 51-78) traça uma contextualização de perspectiva histórica sobre as compreensões de constituição e preservação

Com esse novo posicionamento do Estado, alterou-se também o lugar dos arquivos na sociedade, assim como levou à necessidade do acesso geral e público aos documentos custodiados. Para que o acesso aos documentos fosse eficiente era preciso elaborar instrumentos de pesquisa bem desenvolvidos e precisos e, portanto, era essencial que se estabelecesse uma metodologia de classificação.³¹ A organização dos arquivos era, então, baseada na experiência das bibliotecas, que separavam – e de certa forma separam até hoje – seus livros a partir de uma classificação por assunto, cronologia e local.

De acordo com Michel Duchein (1982/1986, p. 15), quando o *Archives Nacionales* reuniu a documentação de diferentes órgãos públicos, toda a papelada se tornou um único e indistinto conjunto dividido em cinco seções metódico-cronológicas: legislativa (documentos referentes às assembleias revolucionárias), administrativa (os novos ministérios), dominial (os títulos de propriedades do Estado), judiciária (os tribunais) e histórica.³² Os papéis que acabariam na histórica eram selecionados nas outras seções pelos funcionários de forma arbitrária segundo o que eles consideravam ser de particular interesse histórico e, então, classificados por local.

Esta maneira de conceber a organização evidencia que os documentos eram valorizados principalmente por suas características intrínsecas, sem se levar em consideração o contexto no qual foram produzidos ou recebidos pelos órgãos. Pode-se imaginar, a partir dessa rotina de classificação, que eles eram divididos e reagrupados de acordo com motivações muito específicas dos arquivistas, e que, uma vez retirados do órgão de origem e integrados ao depósito central, dificilmente teriam essa origem identificada para o futuro consulente. Na verdade, isso não era uma preocupação dos técnicos, pois, como já foi dito, os documentos

dos chamados “patrimônios históricos e artísticos” desde a antiguidade até a década de 1970, procurando indicar valores e visões de mundo implicados nas diferentes abordagens de proteção.

³¹ Entendemos por classificação, em Arquivologia, a rotina de organização dos documentos; isto é deveras diferente da concepção biblioteconômica, que chama de classificação de documentos a prática de dividi-los em dez classes principais de áreas de conhecimento (por exemplo, 1- Filosofia. Psicologia.) e daí novamente divididos em uma hierarquia decimal de acordo com o assunto da obra.

³² Esta última seção é interessante, pois torna bastante evidente algo que hoje é mais sutil: a “monumentalização” do documento enquanto fonte através do trabalho do arquivista. Este ponto será abordado mais minuciosamente no terceiro capítulo e na conclusão.

tenham importância por si mesmos e assim não era relevante o fato de estarem juntos ou separados.

Pode-se pensar como exemplo, a lei áurea promulgada pela princesa Isabel que é inquestionavelmente um documento de enorme valor intrínseco. Contudo, seu sentido é transformado quando se pensa nele em relação a outras legislações também elaboradas naquele período onde se desvela o longo processo de formulação de diversas leis abolicionistas. Ainda assim, este documento é uma exceção que pode ser apreciado isoladamente. O mesmo não se diz de documentos mais ordinários, que são a maioria.

Dentro dessa percepção de que documentos possuem distintos significados quando analisados em conjunto e não isoladamente, percebe-se também uma nova relação social que se organiza em “item e processo”. Enquanto a lei áurea, que por si só já é um documento monumentalizado, ganha novos contornos quando vista dentro do processo, as cartas ordinárias do cotidiano vão se configurando em fontes de pesquisa mais complexas quando vista em conjunto. Assim, uma carta isolada de Mignon Qwa Lott dando notícias sobre sua vida pessoal e o cotidiano na *Louisiana State University*³³ a Arthur Ramos é apenas uma troca entre possíveis amigos. Contudo, o fato desta carta ser de março de 1941, após Arthur Ramos ter passado uma temporada na Universidade, acrescenta informação e significado à carta. Da mesma forma, ela ganha novos sentidos quando vista em comparação com as outras nove cartas do mesmo interlocutor e no conjunto de correspondências recebidas e acumuladas por Arthur Ramos sobre sua estadia nos Estados Unidos e ao longo de toda sua vida.

Esse pequeno preâmbulo é importante para bem destacar a relevância da teoria concebida, em 1841, por Natalis de Wailly. O historiador francês afirmou que se deve “reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que *apenas se refiram* a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família...” (apud DUCHEIN, 1982/1986, p. 19, grifo do autor). Essa proposta se afasta da

³³ LOTT, Mignon Qwa. Carta a Arthur Ramos dando notícias pessoais e da universidade. Louisiana, 27 maio 1941. 1 p. Orig. Dat. Em inglês. Tradução em português. FBN-Mss, I-35, 33, nº. 1.700.

“biblioteconomia” e da classificação de arquivos anteriormente descrita, já que distinguiu documentos originários de uma entidade daqueles que têm como assunto a tal entidade.

Essa discussão, em certo sentido, me remete à teoria antropológica de fins do XIX. Nesse momento, estava em voga uma concepção de cultura universalista e evolucionista. Intelectuais como Edward Tylor pensaram na existência de uma base funcional para o desenvolvimento da sociedade e da religião, que determinou ser universal. Assim, as diferentes sociedades eram vistas como momentos, estágios de um mesmo caminho que todas iriam percorrer. Elementos das culturas dessas sociedades também eram categorizados por assuntos, como rituais, relações de parentesco, entre outros, e comparados dentro desses cortes. (CUCHE, 2002, p. 35-39)

Diferentes movimentos intelectuais fizeram com que essa percepção de cultura e sociedade fosse rechaçada. Franz Boas (2006) contribuiu fortemente para a crítica feita ao evolucionismo e ao difusionismo. Este debate está no centro do ensaio *As limitações do método comparativo da Antropologia* (BOAS, 2006 [1896]) onde é colocada em questão a ideia-chave para o evolucionismo de que fenômenos etnológicos similares teriam forçosamente as mesmas causas. Portanto, a mente humana obedeceria as mesmas leis em todos os lugares e estaria sujeita a uma grande evolução cultural. Boas rebate esta proposta indicando que múltiplas origens e causas resultam em fenômenos similares; assim, o postulado evolucionista seria pautado em um grande equívoco. (BOAS, 2006 [1896], p. 29-31) Desta forma, o método comparativo como realizado entre os evolucionistas – ou seja, a comparação de diversos traços culturais aparentemente similares de diferentes sociedades, mas com causas diversas – não levaria a uma compreensão apurada dos processos culturais, que seria o objetivo da pesquisa antropológica.

Boas defende um método “histórico” que consistiria no estudo dos “costumes em sua relação com a cultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma investigação de sua distribuição geográfica entre as tribos vizinhas” (BOAS, 2006 [1896], p. 33). Com isto seria possível precisar as causas históricas e os processos psicológicos que agiram na formação destes costumes. Uma vez que tivessem determinado as causas históricas dos costumes, se faria uma análise comparativa entre aqueles contextos que possuíssem fenômenos com causas semelhantes, e não uma comparação entre traços culturais, como faziam os evolucionistas.

Em *As limitações do método comparativo da Antropologia*, o relativismo cultural – que foi a grande contribuição de Boas à Antropologia moderna – ainda não está radicalizado. Em outro ensaio escrito 24 anos depois, *Os métodos da Etnologia* (BOAS, 2006 [1920]), a importância dada ao contexto é ainda mais premente: os costumes e as transformações culturais são colocados como possuindo variadas influências externas e internas, de forma que cada cultura se desenrola em um estado de fluxo constante e suscetível de modificações fundamentais. Destarte seria impossível compreender o que ocorreu em uma sociedade específica a partir de um único esquema evolutivo.

A intenção por trás desta breve digressão sobre a teoria antropológica de fins do XIX é contextualizar a nova proposta para tratamento dos arquivos e documentos. Em certo sentido, assim como na teoria arquivística, a teoria antropológica e outras áreas do conhecimento refocalizaram seus objetos, deixando de refletir sobre itens isoladamente para passarem a valorizar o contexto específico de produção de sentidos – seja para documentos ou para culturas. Com isso quero ressaltar que analisar as teorias na área de arquivos é, em última instância, percorrer a visão de mundo das modernas sociedades ocidentais nas quais se inserem essas práticas de acumulação de documentos e de elaboração científica sobre outras sociedades.

Voltando à discussão sobre arquivos, a proposta de Natalis de Wailly postula, então, que se deve considerar os documentos em seu contexto e não o assunto tratado por ele. Recomenda-se também que não misturem indistintamente os papéis de diferentes contextos, e sim passe a organizar os itens provenientes de uma determinada entidade separados dos de outra. Natalis de Wailly acreditava que só dessa maneira seria possível evitar o caos que a organização por assunto gerava. Isto colaboraria ainda para assegurar objetividade científica, assim como a integridade e veracidade da fonte – o que estava em sintonia com as ideias positivistas e empiristas da época. É também do século XIX, por exemplo, as teorias históricas da escola metódica que atribuía às fontes primárias caráter de verdade inabalável sobre os eventos do passado. Assim, percebe-se cada vez mais o compasso entre a discussão arquivística e demais correntes de pensamento das sociedades ocidentais que a partir desse período acentuam cada vez mais um discurso cientificista e perseguem as objetividades e as verdades dos fatos.

O impacto teórico da proposta de Wailly foi rapidamente percebido e não tardou para que diversos países adotassem o “princípio da proveniência” ou “respeito aos fundos” como fundamento da atividade arquivística, e assim continua até hoje. Desse momento em diante o documento de arquivo deixou de ser valorizado ou percebido pelo seu valor intrínseco, mas pela sua relação com outros papéis e com o contexto de produção/ acumulação. É, na verdade, o procedimento característico que diferencia o arquivista do bibliotecário e de outros documentalistas, como apontarei adiante.

A aceitação deste fundamento é tão grande que, em dicionários de terminologia arquivística, a palavra “fundo” é indicada como equivalente a arquivo. A própria definição atual de arquivo está inexoravelmente relacionada à proveniência, à origem dos documentos. Pois, arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (AN, 2005, p. 27). Ainda que com algumas sofisticções, esta definição não é tão diferente da que Natalis de Wailly elaborou. Percebe-se que a proveniência, aqui, não é apenas entendida como a da origem de elaboração dos documentos, mas contempla os que foram recebidos pela entidade.

Destaca-se também que os documentos de arquivo são entendidos pelos profissionais da área como consequências materiais das atividades e funções do que as pessoas, empresas, governos, entre outros, realizam e registram em um suporte. Isto parte da visão de que muitas vezes é necessário que fixar através da escrita e de forma rigorosa o processo administrativo para melhor desempenhar um trabalho, pois é preciso detalhar uma metodologia de trabalho para prestar contas ao chefe, por exemplo, e sem pensar que talvez dali a alguns anos o trabalho poderá ser relido por um pesquisador. No mesmo sentido, são produzidos “naturalmente” os diversos programas para aulas sobre etnografia do Brasil, antropologia física e cultural, os pontos rascunhados em um papel para cobrar em uma prova de antropologia ou ainda o “plano de pesquisa sobre habitações primitivas e populares no Brasil” que povoam os muitos papéis de Arthur Ramos reunidos em seu arquivo. Dentro dessa perspectiva, esses são produtos secundários das atividades de professor e pesquisador, de forma que não há uma previsão de futuro por trás dessas ações. Arthur Ramos não teria

elaborado³⁴ esses documentos na expectativa de que em algum momento um pesquisador os achasse e fizesse uma análise sobre seus “alinhamentos” teóricos a partir dos programas de aula. Os documentos seriam, então, resultados “naturais” da rotina profissional e pessoal e por isso o registro é produzido sem a explícita intenção da leitura futura. Para a arquivística mais tradicional, ao escrever um documento, o foco do agente é, em tese, a ação presente e não as necessidades vindouras.

Devido a esta relação particular dos registros com as atividades funcionais da vida social, os arquivistas postulam que os documentos possuem a capacidade de capturar ações, suas causas e efeitos e de preservar essa memória. Segundo Luciana Duranti (1994), a força dos documentos está exatamente nessa característica e na sua decorrente possibilidade de servir como provas de ação – tanto para fins jurídicos quanto administrativos, informacionais, etc. Duranti (1994, p. 49-50) diz que os arquivistas devem ter em mente dois pressupostos fundamentais: em primeiro lugar, documentos comprovam ações e transações; além disso, sua veracidade depende das circunstâncias que foram criados e preservados.

A autora destaca, então, cinco propriedades dos documentos: a imparcialidade, já que são produzidos sem a intenção ou expectativa do futuro; a autenticidade, na medida em que é claro o processo de criação do documento, sua manutenção e posterior custódia; sua organicidade devida à produção e acumulação; o inter-relacionamento entre os vários documentos produzidos no decorrer das atividades e a unicidade, ou seja, todo o registro tem um lugar único na estrutura da documentação a qual pertence. Interessante perceber que esses conceitos de neutralidade, autenticidade, organicidade, inter-relação e singularidade que estão por trás da prática arquivística permeiam igualmente diversas áreas e estão amplamente vinculados às percepções e visões de mundo na sociedade moderna ocidental.

No século XIX, o documento era visto pela escola histórica positivista como prova, um testemunho escrito do que “verdadeiramente” aconteceu. Ao longo dos anos a historiografia rediscutiu o *status* do documento, contudo ainda hoje persiste, no sistema jurídico, a ideia de documento como uma prova que está vinculada a três regras: melhor fonte de evidência e confiabilidade daquele assunto, autenticação (controle e clareza desde a produção até a guarda definitiva) e garantia circunstancial de fidedignidade (a própria organicidade do documento).

³⁴ A questão da ausência de intencionalidade nos registros documentais será relativizada no terceiro capítulo.

Assim, foi sendo disseminado e construído uma visão geral sobre documentos que seriam testemunhos da realidade tal qual acontece.

Retomo agora aquela definição de arquivo supracitada para sublinhar uma segunda característica atribuída aos documentos arquivísticos: eles independem do suporte. Portanto, é a função por que o registro foi criado e a forma pela qual foi produzido ou recebido que determina qual a instituição possuirá a guarda do acervo e o tratamento que deverá ser dado ao documento. Heloísa Bellotto afirma que “é a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu” (2006, p. 35-36).

Suporte faz parte da terminologia arquivística e é definido como “material no qual são registradas as informações” (AN, 2005, p. 159). Assim, é chamado de “suporte” qualquer superfície no qual o homem inscreve algo: as paredes de uma caverna em que foram feitas pinturas rupestres, o tronco de uma árvore com declarações de amor, um papel rabiscado, uma tela pintada, um corpo tatuado, um livro impresso, entre tantas outras possibilidades. Comumente, supõe-se que livros e demais impressos são itens de biblioteca, peças tridimensionais pertencem aos museus e papéis devem ficar em arquivos, contudo a teoria arquivística, retomando a ideia da origem e função da produção do objeto, procura estabelecer que, independente do material, item de arquivo é aquele produzido, naturalmente, no decorrer de uma atividade humana, especialmente profissional.

Um bom exemplo disto é o acervo de outro professor da Universidade do Brasil, Alcyr Pinheiro Rangel. Para ilustrar as aulas sobre geometria descritiva, que ministrava, Pinheiro Rangel confeccionou diversos sólidos de figuras geométricas como polígonos, hexágonos e tantos outros. Quando o professor faleceu, sua família doou os objetos e demais materiais de trabalho para o atual Museu da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.³⁵ Ainda que sejam objetos tridimensionais, estas peças, em sua origem, eram itens arquivísticos, pois foram desenvolvidos no cotidiano profissional do magistério para auxiliarem o professor nas aulas, isto é, foram produzidas no decorrer de uma atividade

³⁵ Este conjunto é composto apenas pelos sólidos e por documentos oficiais (ofício, requerimento, portaria, etc) que tramitaram na, então, Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Diferente do acervo Arthur Ramos que é composto por diferentes papéis, como recortes de jornal, fotografias, gravuras, correspondências, anotações de campo, etc.

específica e para serem utilizados nela. Essa é a perspectiva dos profissionais envolvidos nas organizações de arquivos.

Evidente que estes limites são porosos e um objeto de arquivo pode figurar em uma exposição museológica. Para tanto, seria ressignificado em um processo de transposição do seu caráter de objeto-utilitário para se tornar objeto-signo, pois “ainda que na sua vida anterior tivessem um uso determinado, as peças de museu ou de coleção já não têm. [...] Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objetos para os expor ao olhar” (POMIAN, 1983, p. 53). É desta forma que as figuras geométricas que Rangel confeccionou acabam por se transmutar em peças museológicas.

Não é apenas entre museu e arquivo que as distinções de objetos por suporte podem se tornar equivocadas. No caso das bibliotecas, parece claro que seus itens são, por excelência, os livros, já que eles contêm uma característica específica: possuem unidade bibliográfica, ou seja, têm autonomia de significado e existem para além do contexto de sua produção. Um livro pode ser apreciado e bem compreendido independentemente do leitor saber ou não a respeito do autor e do período histórico em que a obra foi escrita ou que aborda. O bibliotecário encontra todas as informações que requer para catalogar na própria obra (autor, título, data de publicação, etc), e basta conhecer superficialmente o seu conteúdo para classificá-la dentro das dez classes de conhecimento. Para descrever o livro, o técnico não precisa relacioná-lo ao seu contexto, como acontece na arquivologia onde é necessário conhecer a relação natural entre o documento e a ação que ele registra. Entretanto, aqui novamente os limites são porosos e um livro talvez possa ser compreendido dentro dos conceitos da arquivologia como um item arquivístico.

Ana Maria Camargo, em *Contribuição para uma Abordagem Diplomática dos Arquivos Pessoais* (1998), utiliza um livro de poesias como a base para discutir o estatuto dos arquivos pessoais a partir da perspectiva diplomática.³⁶ Apesar do formato em que o texto é apresentado, o livro de poesias em que A. M. Camargo se baseia foi escrito por um homem que desejava comunicar aos amigos o seu casamento; é, portanto, o resultado da ação de um agente. Ainda que seja consequência somente de uma vontade individual, o livro evidencia

³⁶ Diplomática é a área do conhecimento que tem a estrutura formal dos documentos como objeto.

logo de início seu vínculo com o ato de participar os amigos do casamento. Destarte, nas considerações da autora, é um item arquivístico.

Essas ponderações são relevantes porque ajudam a desmistificar a ideia de que os objetos de arquivo seriam as papeladas burocráticas; de bibliotecas seriam livros; de museu, quaisquer peças tridimensionais e por aí em diante. Na perspectiva da ciência da informação, as bibliotecas possuem objetos originados de atividades culturais e científicas que são reunidos em torno de seu assunto sob a forma de coleções; como as coleções brasileiras que são muito comuns em bibliotecas e compostas por documentos que tratam da História do Brasil. Os museus são as instituições de guarda que congregam os objetos tridimensionais originados das atividades humanas e naturais e também reunidos sob a forma de coleção de acordo com o conteúdo e a função do objeto. Ambas instituições têm em comum o fato de serem compostas *artificialmente* e trabalharem item a item. Os arquivos, ao contrário, são compostos *naturalmente* por documentos produzidos e/ ou acumulados por uma entidade (pessoa ou organização) no decorrer de suas funções e trabalham os documentos levando em consideração todo o conjunto (TESSITORE, 2003, p. 11-13).

Na distinção entre os tipos de instituição de guarda, indiretamente, evidencia-se o que consistem as características de fundo ou arquivo e de coleção. Todavia, é importante sublinhar que a diferença básica, na perspectiva da arquivologia, entre essas duas categorias reside no fato de que fundo é formado *organicamente*, enquanto coleção é composta por itens de características comuns que foram reunidos *intencionalmente*, o que revela o seu caráter mais subjetivo. Para ambos, recomenda-se que os conjuntos sejam mantidos integrados, porém as justificativas têm orientações diferentes. No caso das coleções, os objetos foram destituídos de sua função original para serem apropriados pelos colecionadores, passando a existir para significar. Então, a forma como estão dispostos, agrupados e também separados desvenda os anseios, as intenções e a concepção que o titular tinha a respeito de sua coleção. Quando a instituição de guarda não dispersa os itens, permite que outros percebam os mecanismos de ressignificação que o titular elaborou para aquele conjunto (ALMEIDA, 2001, p. 124). Não dispersar os objetos é uma maneira de preservar esse sistema próprio que foi formado.

Já os itens de arquivo, como destacado anteriormente, são compreendidos como decorrências naturais de atividades e funções. Portanto, a manutenção do conjunto documental coeso permite a compreensão dessas atividades, a relação entre funções distintas, entre órgãos

e pessoas e toda a rotina daquela empresa, órgão público ou profissional. Na prática de organização de arquivos, procura-se não desmembrar o conjunto para não esmaecer ou mesmo apagar os indícios dessas ligações entre os itens e seu contexto.

Em todos os comentários que foram desenvolvidos, a relevância do contexto para as considerações sobre os documentos arquivísticos aparece explícita ou implicitamente. De fato, a originalidade da proposta de Natalis de Wailly, ao indicar que se deveria manter reunidos os documentos de uma mesma organização, residia na preservação do contexto da produção/acumulação dos documentos. Os registros deixaram de ser considerados relevantes por si só para terem valor na medida em que se relacionam com outros documentos e indicam as ações das quais derivaram. A preservação do contexto é até hoje vista como uma das grandes vantagens do respeito aos fundos, pois, em tese, proporcionaria objetividade ao tratamento arquivístico e, assim, um rigor maior no trabalho com as fontes. Ainda que essa suposta objetividade seja relativizada pela historiografia e antropologia.

Outra questão apontada como um ponto positivo na preservação do contexto é a possibilidade de se realizar estudos sobre a instituição ou pessoa em questão, já que através do conjunto de documentos seria possível compreender a própria história da entidade produtora (seja uma empresa ou uma pessoa), as funções e atividades desempenhadas por essa entidade, além de possibilitar a identificação das teias de relacionamentos que se estabeleceram. No caso de instituições, permite também traçar a organização interna. O arquivo de um intelectual, como o de Arthur Ramos, provavelmente contém as correspondências trocadas entre ele e seus pares, na medida em que este tipo de sociabilidade, nessa esfera da vida, é muito valorizado. Então, a análise da troca epistolar permite mapear boa parte da rede social dele. A partir dessa análise percebem-se influências e todas as transações que permitem o sujeito se movimentar na rede, assim como revela as atividades de pesquisa, conselhos, cargos de chefia que possa ter tido.

Uma segunda premissa do fazer arquivístico é o “respeito à ordem interna original” do documento na estrutura de seu conjunto e é visto como uma das consequências do princípio da proveniência (ou respeito ao fundo, que abordei anteriormente). Esta premissa contribuiria igualmente para a manutenção do contexto. Como ordem original entende-se o “princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (AN, 2005, p. 137). Assim, se estabelece que não apenas o documento

tem que ser avaliado dentro de seu contexto, como também deve-se manter a estrutura na qual ela está inserido para que seja plenamente compreendido e dimensionado. É interessante perceber como a organização de arquivos envolve duas “lógicas” de classificação, a primeira é a organização de “item/processo” e a outra de “item/arranjo”. Há também uma relação hierárquica entre essas duas formas de classificação e o “item/arranjo” está subordinada ao “item/processo”. Como procurarei apontar no terceiro capítulo, esta abordagem para as classificações dos arquivos não é estranha a forma como os antropólogos Franz Boas (1911) e Lévi-Strauss (1967 [1949]) abordam sistemas de classificação.

Para a presente argumentação, cabe apenas ressaltar a argumentação teórica por trás dessa abordagem nas teorias arquivísticas. Assim, uma cópia dos trabalhos *O folclore negro de Alagoas* e *Inquérito folclórico sobre o negro alagoano*, ambos de Téo Brandão entre os muitos papéis do acervo de Arthur Ramos indicam que Ramos tinha contato com a produção intelectual de Brandão. Contudo, estes mesmos textos acompanhados de uma carta de Brandão a Ramos na qual indaga sobre a possibilidade de publicação ganham novos sentidos e assim tornam-se documentos distintos. Na teoria arquivística, o postulado da preservação da “ordem original interna”, ou seja, a organização “item/arranjo” permite a compreensão do lugar do documento dentro do conjunto ao qual pertence e não apenas em relação ao contexto de sua elaboração. Caso esse anexo tivesse sido desagregado da carta e colocado junto a outros textos, essa relação de subordinação teria se desfeito e outros sentidos seriam atribuídos a esses papéis. Os textos de Teo Brandão nesse lugar específico do arquivo Arthur Ramos se tornam documentos únicos e distintos, na perspectiva da arquivologia, e foi essa unicidade dos documentos que procurei destacar através dos estudos de Durante sobre as características dos documentos

Outro exemplo seria uma situação hipotética em que uma determinada instituição de ensino musical, por exemplo, realizasse anualmente um concurso de composição. Para se candidatar, os interessados deveriam entregar um formulário de inscrição com três cópias da partitura da música composta. O setor da tal instituição de ensino que promovia o concurso deveria armazenar o formulário e uma cópia da partitura em uma pasta para controle interno; depois encaminharia as outras cópias e mais as folhas de parecer para dois avaliadores. Posteriormente, os avaliadores devolveriam as partituras e os pareceres para o setor responsável por eventos, que os armazenaria em outra pasta – esta específica para os

resultados da avaliação. Ainda que dentro das referidas pastas estejam três cópias de uma mesma composição, as teorias arquivísticas caracterizam esses documentos como distintos, pois seu lugar dentro da estrutura não é o mesmo. Uma partitura foi a da inscrição, outra avaliada por fulano e a terceira avaliada por beltrano. Elas não são meros exemplares de um mesmo item e por isso descartáveis; cada uma tem um lugar específico e único dentro do conjunto, além de refletirem o contexto no qual o concurso foi realizado e sua organização estrutural.

Agora se imagina que um centro de documentação especializado na área de música passou a abrigar o fundo dessa escola devido à importância da instituição para o cenário. O fundo era composto pelo arquivo institucional e pela biblioteca e o centro manteve o conjunto todo reunido, mas retirou as partituras das pastas do concurso, as reuniu com aquelas que eram da coleção de partituras da biblioteca e não manteve nenhum registro dessa reorganização. Ainda que o fundo esteja integrado, essa atitude acarretou a perda de algumas informações relevantes, como, por exemplo, a relação dos documentos com a estrutura administrativa da escola uma vez que misturou a documentação de duas seções da escola. Outra possibilidade é ter enfraquecido a relação dos pareceres e do próprio concurso com aquelas composições, talvez a impressão de uma cópia da partitura tenha borrado e isso dificultou a leitura do avaliador, o que afetou seu parecer. Contudo, não é mais possível perceber esses detalhes porque as partituras foram integradas à coleção da biblioteca. Não é o caso de sustentar um discurso sobre a perda inexorável da essência da documentação, mas de destacar os princípios que norteiam o trabalho arquivístico para que se possa entender algumas práticas dessa área da informação.

Colocar em foco os pressupostos, conceitos e categorias acionadas para a organização de arquivos por parte dos profissionais da área auxilia para uma compreensão mais acurada das opções e estratégias de tratamento do arquivo Arthur Ramos. Como discuti no capítulo anterior, esses objetos materiais, como os documentos de arquivo, circulam constantemente em diversas dimensões sociais e são constantemente ressignificados dentro dos quadros conceituais que as pessoas utilizam na vida social. Desta forma, estando tão próximos dos sujeitos, não são facilmente perceptíveis essas formas de classificação. Os deslocamentos e novas atribuições de sentido que os papéis sofrem quando entram em instituições de guarda, como arquivos, se devem não somente à nova apreensão que os sujeitos terão deles, mas às

operações lógicas de classificação e ressignificação que serão alvo. Assim, discutir as premissas e pressupostos por trás das práticas arquivísticas é descortinar essas transformações. Ouso dizer que é tomar as categorias científicas da arquivologia como “teoria nativa”, destacando um ponto de vista a respeito do qual o antropólogo elaborará o seu ponto de vista.

2.2 Os arquivos privados pessoais

Os apontamento anterior se referem a arquivos em geral, mas eles são divididos ainda de acordo com “a natureza da sua entidade geradora”. Desta maneira, existem os arquivos públicos – para instituições da administração direta e indireta do Estado – e os arquivos privados – para pessoas físicas e jurídicas, tanto empresas e demais instituições não-governamentais quanto pessoas e famílias.³⁷ Essa distinção leva a algumas práticas diferenciadas, como indicarei.

A legislação para a regulamentação de arquivos estipula que os arquivos privados são considerados de “interesse público e social” quando constituídos de fontes relevantes para a história do país e para o desenvolvimento científico. Estabelece que estes arquivos privados não podem ser dispersos, destruídos nem transferidos para o exterior. Seu acesso deve ser franqueado pelo proprietário do acervo e, no caso de venda, o Poder Público terá a preferência da compra.

Contudo, ainda que sejam contemplados na legislação, não há nada que se possa fazer efetivamente para regulá-los. Bellotto (2006, p. 258-259) destaca que, no caso dos arquivos privados e em especial os pessoais, as práticas de descarte e destruição de papéis são ainda mais complexas que nos arquivos públicos, pois esses últimos devem seguir uma tabela de temporalidade³⁸ estipulada pelo Arquivo Nacional. Assim, em arquivos privados pessoais é

³⁷ Essa distinção está de acordo com a lei nº 8.159 de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Outras distinções são comuns; por exemplo, Marilena Leite Paes (2004, p. 21) os divide em públicos, institucionais, comerciais e familiares ou pessoais. Contudo, entendo que estas outras distinções são meramente especificações dentro do marco mais geral de público e privado.

³⁸ Tabela de temporalidade é o “instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina os prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação dos

grande a facilidade de se fazer triagem nos papéis, elencando os que podem denegrir ou ressaltar a imagem do titular, e mesmo descartar certos documentos que considerem irrelevantes ou “pessoais demais”. A autora diz que o Estado não deve agir de forma coercitiva e sua única via de ação é conscientizar os detentores destes arquivos da importância do patrimônio documental que possuem.

Assim, as discussões sobre a regulação de arquivos privados pessoais ou familiares por parte do Estado e a preocupação com sua custódia se tornam mais prementes. A trajetória diferenciada dessas massas documentais, as especificidades da instituição de guarda, a natureza das atividades e da personalidade jurídica da entidade produtora, tudo isso, de acordo com a teoria arquivística, influencia as características do conjunto.

É interessante perceber como o Estado procura se posicionar a respeito de arquivos privados e solucionar impasses quanto à sua preservação, uma vez que isso vai ao encontro do que destaquei anteriormente. Em um movimento iniciado em fins do século XVIII e início do XIX, o Estado passou cada vez que mais a atuar na “proteção” de bens privados que são considerados de interesse coletivo, seja no caso dos “patrimônios históricos e artísticos”, como sobrados e Igrejas, seja nos arquivos privados pessoais, como os de Arthur Ramos.

Philippe Artières (1998), em seu instigante ensaio *Arquivar a própria vida*, ressalta que praticamente todas as nossas vidas, a minha e a sua, passam por um pedaço de papel. São anotações cotidianas com listas de afazeres, rascunhos de cartas, agendas que conservamos uma ínfima parte de todos esses rastros de vida. O autor (1998, p. 10) destaca que essas perdas são levadas a cabo por certas práticas, já que da vida cotidiana guardam-se apenas alguns elementos. As contínuas triagens que são feitas nos papéis pessoais devem-se a diferentes intenções sucessivas e contraditórias. Desta forma, o quê conservamos e porquê muda constantemente; quando se muda de moradia ou ainda ao arrumar uma gaveta, seleções diversos são feitas, alguns papéis são descartados, outros guardados para que na próxima limpeza talvez não passem o crivo.

Artières segue se perguntando por qual motivo o homem continua a se arquivar. O historiador francês indica que seria por um “injução social”, uma vez que é preciso manter a vida organizada no papel através de documentos pessoais, contas pagas, cartela de vacinação

marcada. Todos os documentos em ordem sem omissões ou mentiras. Assim, “o anormal é o sem-papéis”, o indivíduo que foge do controle gráfico. (ATIÈRES, 1998, p. 11) Nesse sentido, os sujeitos arquivam a própria vida em resposta a uma cobrança da sociedade e assim fazem de diferentes formas. Alguns escrevem em diários, outros troca cartas com amigos e mantém álbuns de fotografias, conservam certos papéis e outros preferem esquecer.

Foram essas questões específicas da prática individual de arquivamento, destacadas por Artières, que serviram como justificativa para que, na teoria arquivística, os arquivos privados pessoais fossem entendidos como distintos dos arquivos públicos ou mesmo os arquivos privados institucionais. Enquanto os primeiros eram vistos como subjetivos, quase como uma coleção em que existe a intencionalidade por trás dos documentos, os últimos eram entendidos como neutros, como consequências naturais do trabalho.

Ainda que as questões técnicas de tratamento de arquivos públicos institucionais e arquivos privados pessoais sejam às vezes similares, T. Cook (1998, p. 4) frisa que os fundamentos e princípios das teorias arquivísticas tradicionais distinguem – e até mesmo opõem – esses dois arquivos por uma série de características do conjunto. Como afirmei acima, de um lado, os arquivos públicos pessoais seriam aqueles acumulados necessária e naturalmente no decorrer das atividades burocráticas e, em consequência, os arquivistas que o tratassem fariam de forma neutra e objetiva. Do outro lado, os arquivos pessoais seriam acumulados de forma intencional e com a perspectiva de monumentalização do próprio indivíduo, portanto seriam artificiais, arbitrários, parciais e mais próximos do material de biblioteca e o profissional encarregado do seu tratamento, identificado com os bibliotecários, historiadores e documentalistas.

Contudo, a revisão teórica da arquivologia atual destaca que as relações de poder marcam a produção da realidade, desnaturalizando, assim, o que se toma por natural. Afirma que arquivos são culturais e construções sociais historicizadas. Aqui, os arquivos são vistos como meros pedaços de conjuntos de documentos que foram perdidos ou destruídos. Colocam também em xeque os documentos, pois seriam reflexos distorcidos da realidade, mas que ainda assim serviriam como sinais do contexto que é ele também um produto de instituições e indivíduos. O autor segue afirmando que a crítica a suposta objetividade e neutralidade dos documentos é alongada também para os arquivos. A ideia que arquivos são subprodutos das atividades burocráticas, orgânicos e imparciais é questionada, pois “todos os atos de

recordação da sociedade são subordinados à cultura e têm implicações ligadas ao seu tempo” (COOK, T., 1998, p. 19).

Com a crítica à suposta neutralidade das massas documentais e do trabalho técnico em arquivos, Terry Cook (1998, p. 19-20) pretende redimensionar a distância entre os profissionais que tratam de arquivos públicos e arquivos pessoais. Afinal, os arquivos públicos também seriam alvos de processos de seleção tendo em vista a construção de uma imagem a partir de um quadro de valores e, portanto, são subjetivos. Para o autor, os arquivistas deveriam aceitar que suas concepções e práticas de trabalho, assim como as dos cientistas, são marcadas pelo seu tempo e, ao mesmo tempo, o marcam; participando ativamente nos processos históricos e na produção da memória.

Deveriam, portanto, reintegrar o subjetivo (isto é, a mente, o processo, a função) com o objetivo (isto é, a matéria, o produto documentado, o sistema de informações) em seus constructos teóricos e em suas metodologias estratégicas. Então, uma vez livres dos mitos da objetividade e imparcialidade jenkinsianas, deixarão de ter motivos para não integrar os arquivos públicos e os pessoais dentro de um enfoque teórico comum centrado na construção da memória social e coletiva. Perceberão, então, que os arquivistas de arquivos públicos ou institucionais têm tantas dificuldades e escolhas discricionárias a fazer quanto os arquivistas de arquivos pessoais. Ambos são igualmente arbitrários e artificiais [...]. Ambos, ativamente, criam e conformam, filtram e distorcem arquivos, em vez de, passivamente, preservarem arquivos que lhes teriam sido entregues de alguma maneira impossivelmente neutra ou objetiva. (COOK, T., 1998, p. 21)

Desta forma, as teorias e práticas entre arquivos pessoais e públicos deixariam de ser vistas como diferentes e passariam a perceber suas semelhanças. Entretanto, a suposta diferença entre arquivos pessoais e públicos, que foi enraizada pela tradição moderna da arquivologia, teve efeitos também nos espaços para custódia da documentação. Os órgãos arquivísticos europeus (e também de suas ex-colônias), de acordo com Terry Cook (1998, p. 1-3), mantiveram suas atenções em torno da documentação institucional e, com exceção de alguns políticos e burocratas, não recolheram a documentação privada pessoal com a mesma frequência e quantidade dos documentos oficiais do governo. Em muitos casos, a documentação pessoal chegou a esses órgãos através de ocasionais doações por iniciativa dos proprietários e não através de uma política interna de busca pelo acervo. Os arquivos pessoais acabam sendo adquiridos, pelas universidades, centros de documentação temáticos, museus e pelas bibliotecas nacionais e regionais.

Ainda que com algumas diferenças, no Brasil, os papéis oriundos dos arquivos privados também foram depositados nas bibliotecas, arquivos universitários e centros de documentação. O arquivo do Arthur Ramos, por exemplo, foi comprado pela Biblioteca Nacional, como detalharei. Regina Moreira (1990, p. 68-69) destaca que, no caso brasileiro, a proteção ao patrimônio documental pelo Estado só foi introduzida na Constituição de 1946, o que não significou necessariamente que houvesse subsídios para uma prática de proteção e recolhimento.³⁹ Mesmo aqueles que estavam engajados na defesa da memória documental brasileira nas décadas de 1950 e 1960, tinham suas atenções voltadas para a documentação pública do período colonial e imperial. Moreira afirma que os estudos dos *brasilianistas*⁴⁰ evidenciaram a falta de preservação do patrimônio documental contemporâneo e da memória recente. Foi, principalmente, no fim da década de 1960 que se acentuou a diferença entre os interesses dos pesquisadores – que buscavam os documentos do período republicano – e a característica dos acervos das instituições de guarda e as dificuldades pelas quais passavam. Ao longo da década de 1970 começam a surgir os centros de documentação ligados às ciências humanas que pretendiam suprir essa carência e atuar também na preservação da documentação contemporânea.

Segundo Célia Camargo (1999), os centros de documentação fomentados pelas universidades e instituições para-acadêmicas que surgem, no Brasil, contêm uma característica peculiar. Centros de documentação, a princípio, elaboram instrumentos de apoio à pesquisa através da organização bibliográfica e análise de conteúdo e informação da sua área de especialização – atividades como levantamento bibliográfico e documental, publicação de fontes primárias, elaboração de livros de referência (dicionários, enciclopédias e *thesaurus*), etc. No Brasil, por conta da carência antes descrita, os centros se tornaram também detentores de acervo.

Em *Nas malhas do feitiço*, Angela de Castro Gomes (1998, p. 124) ressalta que as principais instituições de guarda de arquivos privados no Brasil se constituíram na década de 1970: o Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp e o Centro de Pesquisa e Documentação de

³⁹ Apenas em 1991 foi aprovada a legislação de arquivo e através dela a implementação de um órgão para definir, regular e orientar a política nacional de arquivos públicos e privados, o Conselho Nacional de Arquivos.

⁴⁰ Termo cunhado para se referir aos pesquisadores estrangeiros, em especial americanos, que vieram ao Brasil após a Revolução Cubana de 1959 para estudar história contemporânea brasileira e com ênfase na questão política.

História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Foi nesse momento que houve um *boom* dos arquivos privados no Brasil e os pesquisadores viveram a instalação e a descoberta desses acervos, que, como a historiadora destaca, são hoje plenamente aceitos e incorporados nos estudos acadêmicos. Gomes (1998, p. 125) assinala ainda que a estratégia de formação dos acervos dessas instituições que estavam sendo criadas incluía “localizar o arquivo; seduzir o potencial doador; receber e tratar a documentação e ... salve! trabalhar em primeiríssima mão com aquele mundo de documentos pessoais nunca antes navegados”. Os centros de documentação brasileiros que surgem neste período da virada da década de 1970 e 1980 preocuparam-se especialmente com os arquivos pessoais, pois eram os menos visados pelas instituições de guarda brasileiras e um dos mais procurados pelos pesquisadores devido a essa nova compreensão das características e possibilidades no uso destas fontes.⁴¹

Essa característica específica desse campo em formação no Brasil é acrescida e exacerbada também pelas transformações na tradição historiográfica que colaboraram para uma nova abordagem de certos tipos de fontes. Na segunda metade do século XX, a historiografia começou a rediscutir o estatuto do documento e passou a encará-lo com um alcance mais amplo de forma que comportasse toda espécie e gênero de registros: iconográficos, sonoros, audiovisuais, etc.

De acordo com Jacques Le Goff (1992), isto foi uma das etapas do movimento que explodiu, principalmente, a partir de 1960 e que o historiador francês chama de “revolução documental”. Esta revolução teria uma dimensão quantitativa e qualitativa: aquela, impulsionada pela tecnologia e posta em prática pela história econômica, coloca os documentos “em série” e destaca a sua importância em relação ao conjunto; esta se relaciona com a entrada dos homens comuns nos interesses da História e com a “era da documentação de massa” (1992, p. 540-542).

⁴¹ O caso do acervo do CPDOC é exemplar: composto, principalmente, pelos documentos de foro privado da elite política nacional, custodiava os arquivos de vários políticos eminentes e, inclusive, de ministros e presidentes. Esta documentação deveria ter sido recolhida pelo Arquivo Nacional, pois é a instituição oficial do Brasil para custódia da documentação da administração pública da esfera federal. Célia Camargo (2003, p. 34-37) destaca que o CPDOC, com a sua fórmula de pesquisa e documentação integradas, tornou-se uma diretriz a ser seguida por outros centros de documentação por ter conseguido desenvolver núcleos de pesquisa, políticas de preservação e tratamento técnico de acervos com conteúdos inter-relacionado e complementares a partir de um diálogo interdisciplinar.

Angela de Castro Gomes (1998, p. 123) ressalta também outro movimento teórico da História que trouxe os arquivos privados pessoais para o centro do debate. A “história cultural” teria reintroduzido o indivíduo na narrativa histórica e abandonando os modelos de explicação estruturais que não incluíam os atores históricos enquanto agentes de suas ações. Essa guinada teórica recusou também as oposições entre coletividade e indivíduo. Esse novo fazer da pesquisa histórica levou também a uma mudança na escala de trabalho dos historiadores. Gomes segue destacando que a história cultural possui forte referencial da antropologia e da “história intelectual”, focando as elites culturais e suas formas de sociabilidade. Com a história cultural amplia-se os diálogos da história com demais áreas do saber, como a sociologia, antropologia e ciência política, uma vez que houve uma diluição entre os limites do social, do político e do cultural.

Nos estudos antropológicos, o uso dos arquivos privados me parece estar relacionado com um movimento da década de 1980 que começou a repensar a história da disciplina, como apontei brevemente no primeiro capítulo. Esse momento de revisão teórica da antropologia levou os intelectuais a repensar as estratégias de pesquisa de “antropólogos clássicos”. Assim, os pesquisadores da década de 1980 voltaram-se, principalmente, para os cadernos de campo e as correspondências que aqueles intelectuais haviam deixado.

Neste ponto reside o interesse para o presente estudo, pois, com a valorização do “homem comum” e dos intelectuais para a escrita da História devido às transformações de método e objeto nas análises historiográficas, cresceu a procura de pesquisadores pelos documentos de foro privado e pessoal. Foi nesse contexto de grande interesse e dos pesquisadores pelo agente histórico, pelo intelectual, de revalorização do indivíduo e suas lógicas de ação para as pesquisas acadêmicas que houve, nos termos de Gomes (1998, p. 124), o *boom* dos arquivos privados. Esse movimento tornou cada vez mais relevante o debate teórico sobre os arquivos e este tipo de documentação específica.⁴²

Acreditei ser imprescindível passar em revista as teorias arquivísticas, enquanto teoria nativa, para perceber como se organiza e se realiza um discurso sobre a formação dos conjuntos documentais. Então, entender como dentro dessa argumentação são entendidos os

⁴² Este trabalho aborda de forma mais acurada apenas os arquivos privados pessoais e não os arquivos privados institucionais. A partir deste ponto iremos nos referir a arquivos privados pessoais apenas por arquivos pessoais para evitar possíveis associações com os institucionais.

arquivos privados, agora não apenas por quem os guarda e trata, mas também por aqueles que se utilizam dele, em especial os historiadores. Todas essas perspectivas e esses discursos orientam práticas e ações sobre esses papéis. Auxiliam também na compreensão das transformações realizadas no acervo. Assim, é importante destacar certas especificidades dos arquivos pessoais, pois iluminam questões sobre o fundo de Arthur Ramos

2.3 O arquivo Arthur Ramos: trajetória e composição

2.3.1 Aquisição da “Biblioteca Arthur Ramos”

O destino do acervo de Arthur Ramos e de alguns seus pares foi exatamente as bibliotecas e centros de documentação que se ocuparam, como destaquei anteriormente, dos arquivos privados tanto no Brasil quanto no exterior. O arquivo de Ramos encontra-se na Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. Os fundos institucionais da Faculdade Nacional de Filosofia e da Universidade do Distrito Federal e o fundo pessoal de Anísio Teixeira, por exemplo, encontram-se no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Faculdade de Educação da UFRJ.⁴³ Documentos referentes a diversas personagens do período de Ramos e que podem ser relevantes para uma pesquisa a respeito dele, como os de Gustavo Capanema, encontram-se no CPDOC.

No primeiro capítulo, sublinhei as transformações e deslocamentos que objetos materiais sofrem ao serem transferidos para instituições de guarda. No caso específico dos arquivos, Luciana Heymann (1997, p. 48-49), como já afirmei, também procurou assinalar que os documentos depositados em arquivos sofrem um inevitável processo de monumentalização. Estas instituições culturais e de pesquisa são, de acordo com a socióloga, o *locus* para avaliação do capital simbólico do acervo no mercado de bens culturais e vice-versa: a preciosidade dos acervos confere o prestígio às instituições. Por exemplo, o CPDOC, que

⁴³ Para apreciação da implementação do centro e formação do acervo do PROEDES, ver FÁVERO, 2008.

comentei anteriormente, foi fundado em 1973 com a doação do arquivo pessoal do ex-presidente Getúlio Vargas, o que colaborou para demarcar seu perfil institucional de acervo e pesquisa: a elite política do período republicano do Brasil (CAMARGO, 2003, p. 29). Infere-se que a posse do arquivo pessoal deste importante ator da história recente brasileira acarretou uma avaliação positiva sobre o centro nos usuários, em outros pesquisadores e até mesmo nas agências fomentadoras de pesquisa.

A Fundação Biblioteca Nacional – custodiadora do arquivo pessoal de Arthur Ramos – remonta à época da chegada da família real portuguesa à América em 1808. Em 1810, a livraria da *Real Bibliotheca*, que a comitiva portuguesa para cá trouxe, foi alojada em um novo prédio e franqueada à consulta a partir de 1811 (CARVALHO, 1992, p. 38-40). O acervo original da FBN foi constituído pela *Real Bibliotheca*; atualmente está estimado em cerca de nove milhões de itens e possui “preciosidades” como dois exemplares da *Bíblia de Mogúncia* (1462) – o primeiro impresso conhecido com nome do editor, data e local de impressão e um dos livros mais raros do mundo. Segundo a Unesco, a FBN está entre as dez maiores bibliotecas nacionais do mundo e é a maior da América Latina.⁴⁴ O objetivo desta instituição é, entre outros, a custódia da memória e do patrimônio editorial e escrito do Brasil.

É, portanto, deveras significativo que o fundo de Arthur Ramos seja custodiado por uma instituição como esta. O acervo deu entrada na biblioteca, em 1956, através de uma grande compra durante a gestão do diretor Celso Cunha (fev.1956 – jul.1960). Gilberto Vilar de Carvalho, com base no projeto sobre a história da Biblioteca Nacional empreendido pelos pesquisadores da casa, destacou que sob a direção de C. Cunha houve um incremento nas atividades culturais da instituição e entre participação em eventos e exposições, “foram incorporadas ao acervo obras valiosas como uma *Coleção Camoneana*, a biblioteca do antropólogo Artur Ramos [sic] e a maior coleção especializada em música da América” (1992, p. 54, grifo do autor).

A aquisição do fundo Arthur Ramos, todavia, se prolongou por dois anos.⁴⁵ Primeiro foi oferecido à venda em 22 de junho de 1954, cinco anos depois da morte de Ramos, pela

⁴⁴ Informações retiradas de FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Histórico*. Disponível em: < http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11 >. Acesso em: 5 nov. 2011.

⁴⁵ Os dados subsequentes, quando a fonte não for indicada, foram retirados do dossiê: RAMOS, Luiza de Araújo. Processo de aquisição da Biblioteca de Artur Ramos. Rio de Janeiro, 22 jun. [1954]. 05 doc. (14 p.) Orig. Dat.

viúva ao Ministério da Educação por oitocentos mil cruzeiros (Cr\$ 800.000,00). Na carta a que se tem acesso, Luiza Ramos deu destaque à biblioteca de Arthur Ramos que era composta aproximadamente por oito mil volumes, em sua maioria, de livros sobre Filosofia, Ciências Sociais e Ciências Naturais. Luiza Ramos, nesta mesma carta, sugeriu que o conjunto fosse posteriormente doado “à Biblioteca do Ministério da Educação, à Biblioteca Nacional, à Biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia ou à Biblioteca da Reitoria da Universidade do Brasil”.

Foi Luitgarde Barros quem, generosamente, me franqueou acesso a uma cópia xerox da carta da viúva Luiza Ramos. Ela por sua vez havia conseguido essa carta com o sobrinho de Arthur Ramos há muitos anos. Depois os técnicos da Biblioteca Nacional haviam lhe falado que existia uma listagem com todas as obras que foram compradas pela FBN, mas Barros nunca havia conseguido localizar esse documento. Assim, devo a Luitgarde Barros a instigante informação de que poderia haver no acervo da Biblioteca Nacional mais dados sobre a compra do arquivo Arthur Ramos. Apesar dos indícios desencorajadores, resolvi me aventurar pela base de dados da Divisão de Manuscritos, mas em vez de procurar no fundo Arthur Ramos, vasculhei o próprio fundo da Biblioteca Nacional. Tendo em vista a discussão da teoria arquivística de que se deve manter íntegro os conjuntos documentais produzidos e acumulados por uma determinada entidade, imaginei que o processo de compra do arquivo Arthur Ramos pela Biblioteca Nacional estivesse no fundo desta e não daquele. Foi assim que me deparei com um maço de 5 documentos com 14 páginas sobre a compra do arquivo Arthur Ramos. Não encontrei a lista com todo o material comprado, mas consegui dados um pouco mais consistentes sobre a compra. Ainda são informações parciais que não permitem entrever com clareza as negociações por trás dessa grande aquisição. Contudo, apontam alguns caminhos.

Descobri que ainda que o conjunto não tenha sido comprado em 1954, quando Luiza Ramos primeiro o ofereceu, não parece ter sido por falta de interesse. Nos documentos do processo, o assunto é tratado com bastante urgência. No dia seguinte ao envio da carta de Luiza Ramos, o então diretor da Biblioteca Nacional, Eugenio Gomes (mar.1951 – fev.1956), requisitou ao responsável pelo setor de aquisições que informasse sobre a pertinência da

compra tendo em vista o conteúdo do material e o problema de espaço nas instalações da FBN. A resposta chega em menos de um mês “devido à urgência que o caso requer” e nela encontram-se algumas linhas sobre as características do conjunto. A FBN possuía 40% dos livros da “Biblioteca Arthur Ramos”, mas as obras que não possuíam eram de “real valor e na sua maior parte já esgotadas. Os assuntos tratados são apresentados sob pontos de vista quasi [sic] completos. Em antropologia, a coleção da Biblioteca Nacional é fraca. Possuímos apenas 25% do material relacionado”. O parecer dado foi favorável à compra por isso e porque a proprietária autorizava a doação dos livros duplicados.

Senhor Ministro:

Opino pela aquisição da Biblioteca Arthur Ramos, desde que não corra por conta da verba orçamentária atribuída à Biblioteca Nacional, e sem a obrigatoriedade de mantê-la em grupo especial em vista de não o permitirem as instalações desta Biblioteca. Tornar-se-á também indispensável que seja facultado à Biblioteca Nacional, no caso de incorporação, o critério de doar as obras em duplicatas às instituições suas congêneres. Assim submeto o assunto a respeitável consideração de V. Excia.

Em 20 de julho de 1954

Eugenio Gomes

Na resposta que Eugenio Gomes encaminhou ao Ministro já havia os três elementos que marcariam a trajetória do acervo: a sua dispersão em outras instituições, a dispersão dentro da própria Biblioteca Nacional e o entrave financeiro que adiou a compra em quase dois anos. Poucos dias antes do suicídio do presidente Getúlio Vargas (jan.1951 – ago.1954), em 16 de agosto de 1954, Edgard Santos (jul.1954 – set.1954), ministro da Educação e Cultura, expôs o processo a ele e afirmou que

Em face do exposto, e considerando a conveniência de aproveitar oportunidades com a que ora se apresenta para o enriquecimento do já precioso patrimônio de nossa principal Biblioteca, julgo de interesse a compra do valioso acervo oferecido, para o que, entretanto, imprescindível se tornará a abertura de crédito especial, visto não existir, no presente Orçamento, cotação à conta da qual possa correr a despesa. Nestas condições e tendo em vista as recomendações reiteradamente formuladas por Vossa Excelência no sentido de ser evitada a abertura de créditos especiais, dada a situação financeira do país, submeto o assunto ao exame de Vossa Excelência, aguardando sua decisão, a respeito, para providenciar o expediente destinado à abertura do crédito necessário.

O processo foi, então, encaminhado para o Ministério da Fazenda a fim de que a Contadoria Geral da República avaliasse a abertura de crédito, já que detinha o “processo de assentimento do Senhor Presidente da República”. Apesar da aprovação do presidente, o parecer dos contadores foi contrário à compra devido à política ministerial de “austeridade com relação aos créditos e despesas orçamentárias” e aconselhava que se aguardasse a melhor oportunidade.

Em 12 de outubro de 1954, o parecer retornou ao Ministério da Educação e Cultura e por lá tramitou até que, em 17 de novembro de 1954, o ministro Candido Mota Filho (set.1954 – nov.1955) despachou que “seria de grande interesse atender ao oferecimento da viúva do prof. Artur Ramos. Aguarda-se, entanto, melhor oportunidade, diante do parecer do M. [Ministério] da Fazenda” [sic]. No mês de janeiro de 1955 o processo foi, então, arquivado e o resultado oficial comunicado a viúva; “permitindo-se, entretanto, acrescentar que, se lhe for possível aguardar a oportunidade a que se refere a Contadoria Geral da República, este Ministério terá grande satisfação em receber mais tarde a renovação de seu oferecimento”.

Nos documentos não fica claro como ou quem retomou o processo de aquisição da “biblioteca de Arthur Ramos” em abril de 1956. Consta apenas um papel avulso em que se pede com urgência que telefone sem falta para Celso Cunha. Abaixo está escrito com lápis de cor diferente que “em 1955 não foi possível abrir o crédito especial – remeterei o processo a BN, para ser reexaminado [sic], mesmo sem despacho [?]”.

Em novembro de 1956, o diretor da Biblioteca Nacional designou, para examinar e avaliar o fundo de Arthur Ramos, a diretora da Divisão de Aquisição, Maria Antonieta de Mesquita Barros, o professor Serafim Pereira da Silva Neto e Edison Carneiro – o mesmo Edison Carneiro que anos antes parece ter tido ruzgas com Arthur Ramos.⁴⁶ O relatório deles é o documento que melhor permite entrever a composição do acervo que a Biblioteca Nacional comprou.

⁴⁶ Diversos são os relatos dos entevistos entre Arthur Ramos, Edison Carneiro e Ruth Landes, para isso ver, Barros (2005, p. 183-207), Cunha (2004b) e Correa (2004).

Ao. Exmo. Sr. Diretor da Biblioteca Nacional

Em atenção a portaria nº. 77, estivemos a noite passada no apto. 1203 a rua Ribeiro da Costa, 114 (Leme), onde se encontram a biblioteca, o arquivo, a discoteca e as peças etnográficas do prof. Arthur Ramos.

Examinando todo o material, chegamos unanimemente, a seguinte avaliação, por parte:

Biblioteca - Do total de cerca de 8 000 volumes, um quarto conta de trabalhos especializados em antropologia e etnologia, em inglês, francês e alemão, em grande parte inexistente nas bibliotecas públicas. Com esta circunstancia em mente, avaliamos toda a biblioteca em setecentos mil cruzeiros.

Cr\$ 700 000,00

Arquivo e Discoteca - Incluem-se no arquivo documentos valiosos para a historia social do Brasil e a discoteca, de grande interesse, seria pelo menos difícil de reunir de novo. Avaliamos arquivo e discoteca em cem mil cruzeiros.

Cr\$ 100 000,00

Coleção Etnográfica - O material recolhido na Bahia (candomblés) tem valor histórico e artístico e nos pareceu inestimável a série de instrumentos de suplício e castigo de escravos. Avaliamos toda a coleção em duzentos mil cruzeiros.

Cr\$ 200 000,00

Total

 Cr\$ 1 000 000,00

Assim, a avaliação total atingiu um milhão de cruzeiros.

Concordamos em sugerir que a coleção etnográfica do prof. Arthur Ramos se destine ao Museu Nacional, tão carente de documentação sobre o negro brasileiro.

Rio de Janeiro, DF, 9 de novembro de 1956.

Maria Antonieta de Mesquita Barros

*Serafim Silva Neto
Carneiro*

Edison

Vale assinalar que o preço estipulado pelos avaliadores era duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) a mais do que a viúva havia pedido em junho de 1954, dois anos e meio antes da efetiva compra em dezembro de 1956. Um ano depois, em dezembro de 1957, a documentação de Ramos dá entrada em Manuscritos – vindo “da S. [Seção de] Catalogação *sem estar catalogada*”⁴⁷, lugar onde permanece até hoje a maior parcela conhecida do acervo.

⁴⁷ DAMASCENO, Darci. Coleção Artur Ramos, Tobias Monteiro e Melo Franco: informações dadas sobre a entrada dessas coleções na Seção. Rio de Janeiro, 13 mar. 1958. 1 p. Orig. Mss. FBN-MSS, Fundo Biblioteca Nacional, 65,4,002 n° 031 (grifo do autor).

A aquisição foi realizada na metade da década de 1950, quando os resultados do Projeto Unesco no Brasil já havia sido divulgados e as críticas a Arthur Ramos ganhavam espaço. Ramos começava a cair em esquecimento, mas ainda assim seu acervo pessoal era tratado com bastante deferência e interesse.

Como foi dito anteriormente, Arthur Ramos parece ter sofrido “perseguições” devido ao seu engajamento político em movimentos sociais e chegou até mesmo a ser preso duas vezes (1937 e 1942); encontrou também entraves burocráticos, aparentemente propositais, para conseguir licença para sair do país em 1949 e assumir a chefia do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Um dos pontos que realça na análise desse processo é o indício de que os mesmos atores ou instâncias governamentais que dificultaram as ações de Ramos são aqueles que se empenharam para que fosse realizada a compra do seu “gabinete de estudos”.

O prestígio que a imagem de Arthur Ramos ainda desfrutava em meados de 1950 não é evidenciado somente pelo processo e as pessoas empenhadas nele, mas também pela questão financeira. De acordo com o relatório da Seção de Compra do ano de 1956 – integrante do processo de aquisição – a Biblioteca Nacional dividiu a despesa da compra com a Universidade do Brasil através de um acordo verbal com o então reitor Pedro Calmon (1948–1950 e 1951–1956) – o mesmo que, em 1949, fez pressão para que Ramos não atuasse politicamente em “congressos de paz”, considerados comunistas, e dificultou a ida de Ramos a Paris (BARROS, 2007, p. 312-313).

No relatório as informações são de que a Biblioteca Nacional dispunha naquele ano de um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00) para aquisição de novas obras. O total que foi pago pelo acervo correspondia, portanto, a dois terços (Cr \$ 1.000.000,00) de toda a verba para compra e a instituição teve que dispor, efetivamente, de um terço dessa quantia (Cr\$ 500.000,00) para que o arquivo, a discoteca, a biblioteca e o museu de Arthur Ramos fossem recolhidos à Biblioteca Nacional. A compra repartida entre essas duas instituições talvez seja a justificativa para que na descrição nível 1 do fundo⁴⁸ conste que a procedência do acervo é de Luiza Ramos e da Universidade do Brasil.

⁴⁸ Ver anexo D.

2.3.2. Fragmentação do conjunto

Apesar de Luiza Ramos, em sua carta de oferecimento, ter recomendado que o conjunto permanecesse coeso, a FBN desde o início requisitou que ele não se tornasse uma coleção (“grupo especial”), o que dificultaria o desmembramento, e que pudesse distribuir as duplicatas a outras instituições. Desta forma, o conjunto foi repartido, ao que se sabe, duas vezes – disperso, inclusive, dentro da própria Biblioteca Nacional. De acordo com Luitgarde Barros (2007, p. 277), os livros foram incorporados ao acervo de Obras Gerais⁴⁹ aparentemente sem qualquer registro de sua origem, como um *ex-libris* ou anotação no fichário. De fato, não foi encontrado no catálogo de obras gerais nada que indicasse quais os livros pertenciam a Arthur Ramos.

No relatório da seção de compra – presente no processo de aquisição da Coleção Arthur Ramos – está escrito que esta coleção apenas seria registrada no ano de 1957. Este procedimento consiste na atribuição de um número de tomo patrimonial à obra e listá-la no livro de registros. O acervo especial na Biblioteca Nacional raramente era tombado, contudo havia a remota possibilidade dos livros da biblioteca de Ramos terem sido registrados. Dessa forma constariam, no livro de registro, o nome do autor, o título e a forma de entrada das obras (no caso, compra). Os livros de registro de 1956 até a 1975 encontram-se no Fundo da Biblioteca Nacional na Divisão de Manuscritos. Sabendo dessa possibilidade, olhamos os livros de registro que cobriam os anos de 1956 até 1962 e encontramos mais de dois mil livros registrados em que havia a observação “Coleção Arthur Ramos”.⁵⁰

⁴⁹ A Biblioteca Nacional divide seus setores para guarda de acordo com o suporte e o gênero documental: obras gerais (livros), periódicos, obras raras (impressos raros), manuscritos, cartografia, iconografia e música – este último é excepcionalmente separado dos outros pelo assunto, pois além do material de arquivo sonoro comporta também todos os outros gêneros.

⁵⁰ Ver LIVRO de registro de entrada de obras. Rio de Janeiro, 1956-1975. 10 v. Orig. Dat. FBN-MSS, Fundo Biblioteca Nacional, 41,3,001-010; em especial os dois primeiros volumes. A relação dos números de tomo que encontrei com a observação “Coleção Arthur Ramos” encontra-se no anexo E. Espero que essa informação incentive algum pesquisador a se aventurar pelos livros que Arthur Ramos possuía e talvez mapear influências teóricas.

Luitgarde Barros (2007) assinala também que Antonio Martins Filho, fundador da Universidade Federal do Ceará (UFC), comprou as peças museológicas, a coleção de renda de bilro e uma parte dos livros para que, junto com a biblioteca de Pompeu Sobrinho, fosse criado o Instituto de Antropologia do Ceará.⁵¹ Os livros foram novamente dispersos no Ceará, mas a coleção de renda e o museu ficaram sob a guarda do Instituto do Ceará e encontram-se possivelmente nos equipamentos do Instituto de Cultura e Arte da UFC – após um período de guarda na Casa de José de Alencar (BARROS, 2007, p. 277-278).⁵²

Esta parte do acervo – possivelmente a chamada “coleção etnográfica” pelos relatores – foi reunida na UFC sob o nome de Museu Arthur Ramos e se subdivide em Coleção Arthur Ramos e Coleção Luiza Ramos.⁵³

Coleção Arthur Ramos, composta de fetiches, atabaques, trabalhos de feitiçaria e outros itens que ilustram a macumba e o candomblé brasileiro, inclui peças africanas de grande valor etnográfico, bem como instrumentos relacionados com a escravidão no Brasil.

Coleção Luiza Ramos, composta de amostra de rendas de bilros, peças reunidas ao longo de vários anos, graças ao cuidadoso trabalho de pesquisa, desenvolvido por D. Luiza Ramos; pesquisa esta que se estendeu a diversas regiões do Brasil e alguns países estrangeiros, encontrando-se publicado o Catálogo com o título *Renda de Bilros* (GIRÃO, 1989, p. 234, grifo da autora).

⁵¹ A Universidade Federal do Ceará foi criada em dezembro de 1954 e efetivamente instaurada em junho de 1955. Formou-se pela união da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Como o acervo de Arthur Ramos foi adquirido para substanciar a criação do Instituto de Antropologia, é plausível imaginar que essa parcela do acervo tenha ido para Fortaleza pouco depois de sua aquisição pela Biblioteca Nacional. Ver UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. A universidade. *História e missão da UFC*. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=category§ionid=14&id=45&Itemid=77>. Acesso em: 5 nov. 2011.

⁵² Barros (2007; 2002) faz referência a um catálogo da coleção elaborado por Valdelice Girão e publicado na Revista de Ciências Sociais sob o título de *Coleção Arthur Ramos* (Fortaleza, v. 2, n. 1, 1971). Infelizmente não tive acesso a esse catálogo e nem ao *Renda de Bilros*.

⁵³ Em outubro de 1974 o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará realizou uma exposição com o material do Museu Arthur Ramos em comemoração ao vigésimo aniversário de criação da UFC e em homenagem ao vigésimo quinto aniversário de morte de Arthur Ramos. Um breve catálogo com a relação das obras expostas encontra-se em: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Museu de Arte. Exposições. *Exposição de Rendas de Bilro e Peças da Coleção Arthur e Luiza Ramos*. Disponível em: <<http://www.mauc.ufc.br/expo/1974/04/>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

A discoteca a que o processo de aquisição do acervo se refere possui um destino completamente desconhecido. Não é absurdo supor que esteja na Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional, pois, na década de 1970, a musicóloga e bibliotecária Mercedes Reis Pequeno fundou essa divisão temática dentro da FBN. Para lá levou todo material da casa que versasse sobre música: partituras, materiais fonográficos, livros, correspondências, fotografias, periódicos, obras raras, etc. Então, se o acervo não tiver saído da Biblioteca antes desse período, é possível que tenha sido incorporado ao material da divisão.⁵⁴

Procurei indicar, ainda que superficialmente, os rastros da dispersão do acervo de Arthur Ramos para sublinhar o quão parcial e fragmentado esses conjuntos podem ser. Dentro da perspectiva arquivística, que comentei no início desse capítulo, o desmanche do acervo pode comprometer a organicidade do conjunto, contudo o objetivo de análise não é realizar um discurso sobre a perda.

Christophe Prochasson (1998, p. 4-5) faz uma constatação que pode parecer óbvia: nenhuma instituição de guarda contém *todos* os arquivos de uma pessoa. É, porém, relativamente comum encontrar pesquisadores que tratam sua fonte como se fosse a totalidade existente sobre o assunto. O caso mais corriqueiro é estarem os arquivos, em especial os pessoais, dispersos em várias instituições, muitas vezes desconhecidas e obscuras, e até mesmo na casa de familiares. O arquivo de Melville Herskovits, que Antonio Sergio A. Guimarães (2000) utiliza, por exemplo, está em *Northwestern University Library* em Illinois (EUA) e lá existem cartas que ele trocou com Ramos e que um pesquisador aqui pode não ter conhecimento ou o contrário, documentos que só existam na FBN e que uma pesquisador lá

⁵⁴ Tendo em vista que os discos de 78 rotações eram uma das únicas formas de registro sonoro até 1948, quando foi criado o LP, e foram produzidos no Brasil até 1964, pode-se supor que toda ou a maior parte da discoteca de Arthur Ramos era composta por eles. Em 1998 (FBN, 2002, p. 334), foi feito um levantamento nos 19.255 discos de 78 rpm da Divisão de Música, que foram divididos em grupos: música popular brasileira (3.030 discos), música erudita brasileira (480 discos), gravações da BBC de Londres (175 discos), música erudita internacional (5.220 discos), jazz (3.270 discos), música popular internacional (6.360 discos). Em 2005 a PUC-Rio em parceria com a FBN e com o apoio da Petrobrás desenvolveu o projeto *Passado Musical* para conservação, catalogação e digitalização dos discos de 78 rpm que fossem de repertório nacional e relevante para a história da música brasileira. Contudo, não é possível averiguar se parte desses discos pertence ao fundo Arthur Ramos, pois os dados sobre coleções ou procedência do acervo não foram contemplados na catalogação dos discos. Ver FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Biblioteca Nacional Digital. *Passado Musical*. Disponível em: <<http://www.bn.br/site/pages/bibliotecaDigital/passadomusical/script/index.asp>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

não tem acesso. Talvez o arquivo da FNFi custodiado pelo PROEDES contenha também outros documentos de Ramos.

A dispersão em diversas instituições de guarda que Prochasson (1998) discute não apenas dificulta os levantamentos de fontes para a pesquisa, como pode causar imprecisões. Paulo Miguel Fonseca (2005) percebeu isto na coleção Casa dos Contos,⁵⁵ que está dispersa em três instituições de guarda: o Arquivo Nacional, detentor da maior parte do acervo que guarda os documentos oficiais do governo, a Biblioteca Nacional, que detém a maioria da correspondência, e o Arquivo Público Mineiro, possuidor de uma pequena parte das correspondências e outros papéis. A documentação pessoal que se encontra na Biblioteca Nacional só foi plenamente identificada e disponibilizada para consulta em 2000. P. Fonseca (2005, p. 97-98), ao analisar a coleção e a produção intelectual baseada nela, percebeu que o desconhecimento da parcela do acervo que está na FBN levou diversos intelectuais a conclusões errôneas. Baseados na documentação oficial que o Arquivo Nacional dispunha, vários historiadores afirmavam que os contratos para arrecadação de impostos, em Minas Gerais no século XVIII, não eram vantajosos financeiramente e apenas tinham um valor social. O fragmento dos arquivos pessoais que se encontra na Biblioteca mostra que os contratos davam retorno financeiro, entretanto os contratadores não declaravam todo o montante da arrecadação para a coroa.

Ilustrou-se a discussão de Prochasson (1998) com o estudo de P. Fonseca (2005) para ampliar a compreensão de como os arquivos podem ser retalhados e parciais. Se os arquivos pessoais – preservados por acaso nos porões da Casa dos Contos junto com os registros oficiais – tivessem sido destruídos, a historiografia colonial talvez nunca conseguisse indícios que contestassem os balancetes oficiais da Junta da Real Fazenda.

Os descaminhos dos papéis pessoais, como dito anteriormente, são ainda maiores do que o dos públicos. O desmembramento no fundo Arthur Ramos é apenas o que se tem notícia que ocorreu após aquisição pela Biblioteca Nacional, porém inúmeros outros, intencionais ou não, podem ter ocorrido sem que se saiba. Portanto, o que se encontra na Biblioteca Nacional

⁵⁵ A coleção Casa dos Contos é composta de registros das atividades administrativas do Estado nas regiões sudeste e centro-oeste da América portuguesa e do Brasil, especialmente nas regiões de mineração dos séculos XVIII e XIX. A documentação pessoal que lá se encontra foi adquirida através do sequestro de bens de devedores, como é o caso do contratador João Rodrigues de Macedo que P. Fonseca (2005) estudou. Prochasson (1998, p. 1-2) comenta exemplos de casos inversos: arquivos públicos que foram preservados porque os funcionários e gestores dos papéis públicos os guardaram como se fossem privados.

é apenas a parcela conhecida da documentação do antropólogo. Seu arquivo não representa necessariamente a totalidade das obras, papéis e cartas que ele escreveu ou recebeu. Ramos, ele próprio, deve ter rasgado alguns papéis que desconsiderou no cotidiano de suas atividades; sua esposa talvez tenha selecionado quais documentos eram “pessoais demais” para serem vendidos; os avaliadores da Biblioteca Nacional podem ter deixado para trás alguns itens.

De fato, é possível afirmar que uma certa quantidade desconhecida de papéis foi deixada para trás na grande compra da “Biblioteca Arthur Ramos”. Segundo o depoimento de Luitgarde Barros, uma parte da documentação mais pessoal de Ramos continuou com a viúva Luiza e nunca foi vendida à FBN. Quando Luiza faleceu, seus bens foram para o parente mais próximo: sua irmã, Zoé Coelho Neto. É plausível imaginar que talvez Zoé Coelho Neto tenha se livrado de alguns papéis que considerou desnecessários; talvez tenha colocado seus próprios papéis junto com estes por engano ou porque tratavam de Ramos, isto nunca se saberá. Quando Zoé Coelho Neto faleceu, seu filho, Gal. Coelho Neto, resolveu entregar os documentos de Arthur Ramos ao sobrinho deste, o Cel. Paulo Ramos. Barros (2007, p. 278-279) escreve que então, em 1985, o Cel. Paulo Ramos doou à Biblioteca Nacional esses documentos que foram de Arthur e não havia sido recolhidos.

Os relatórios de atividades da Biblioteca Nacional são por vezes muito heterogêneos, e enquanto em um ano está detalhada toda entrada de documentos, em outros só há referência às “grandes” aquisições. O relatório de 1985 (FBN, 1989) nada diz a respeito da nova entrada de acervo no fundo Arthur Ramos, por isso não é possível precisar o tamanho da doação. O relatório faz menção, entretanto, a uma solenidade em homenagem a Arthur Ramos.

Aproveitou-se também, neste ano de 1985, um espaço no 3º andar à entrada da Seção de Manuscritos, para a realização de algumas exposições: [...]

– “Arthur Ramos” – A Biblioteca Nacional exibiu uma coleção de obras do antropólogo Artur Ramos, doada pela família. A mostra incluiu livros e separatas de Antropologia, Psiquiatria, Higiene Mental, Medicina-Legal e Folclore. (FBN, 1989, p. 169-170)

Deveria haver na descrição nível 1 do fundo⁵⁶ algum dado sobre a doação, porém apenas é mencionada a compra em 1956. As normas internacional e nacional recomendam que

⁵⁶ Ver anexo D.

a proveniência do acervo seja registrada – apesar de não ser um campo obrigatório – e que contenha, se possível, a indicação de referências como as do processo de aquisição (CIA, 2004, p. 18-19; Conarq, 2006, p. 37-38), o que também não consta. Este tipo de dado é importante para a instituição ter um controle mais rígido do seu acervo e para o pesquisador compreender melhor como foi constituído o material que está pesquisando. Inclusive, porque a “autenticidade” – uma das grandes categorias com a qual os documentos são entendidos, como mencionei anteriormente – estaria justamente na clareza da informação sobre a proveniência. Os relatos de Luitgarde Barros e de técnicos que trabalhavam na Divisão de Manuscritos nessa época são um dos poucos indícios mais detalhados sobre a nova entrada de unidades de arquivamento, pois não foi encontrado nenhum registro em papéis institucionais a esse respeito.

São diversos os caminhos que percorrem os documentos. Talvez seja interessante adotar a sugestão de Bourdieu (2001), que apontei anteriormente, sobre a “ilusão biográfica” para a história de guarda dos arquivos. Arquivos não são constituídos e depois preservados dentro de uma linha lógica e cronológica perfeita, produzidos naturalmente no decorrer das atividades da entidade geradora e depois encaminhados para o seu ponto final: a preservação em uma instituição de guarda. A trajetória dos arquivos, assim como das pessoas, é composta por eventos aleatórios e descontínuos. O conceito de trajetória pode ser útil também para se pensar as distintas posições e deslocamentos que os arquivos realizam no espaço social de acordo com disputas sociais e políticas. Assim, em um momento de conflito, um grupo dentro da Biblioteca Nacional conseguiu se deslocar na estrutura do campo e utilizar as forças sociais em jogo para criar uma área de guarda temática, a Divisão de Música e Arquivo Sonoro, e com isso, suponho, recolheu também o acervo de Arthur Ramos. Em outro contexto, outras capitais e outras forças possibilitaram a compra de parte do acervo de Arthur Ramos pela Universidade Federal do Ceará e assim por diante o acervo foi se movimentando em sua trajetória. Deslocando-se também da grande valorização, para o esquecimento e então a redescoberta

É curioso que hoje o interesse de pesquisadores recaia sobre o arquivo de Arthur Ramos, enquanto não se tem mais registro dos livros, que foi o conjunto valorizado para a venda. Valorizações diversas que se deixam entrever também na organização do acervo e nas múltiplas formas de produção de memória que ele suscita. Nunca é demais frisar os inúmeros

descaminhos e seleções que ocorreram no acervo. Acompanhar uma trajetória tão sinuosa ajuda também a desmistificar a ideia de que arquivos são um todo coeso e completo ou que possibilitam o acesso ao passado e à memória do titular.

Não é apenas o arquivo Arthur Ramos que está sujeito às vicissitudes de diversas dimensões sociais e políticas da vida. É instigante o relato de Celso Castro (2005) sobre a descoberta do arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil em 1987 e guarda também algumas similitudes com a trajetória do Arquivo Arthur Ramos. Castro (2005, p. 34) relata que estava envolvido na organização e no tratamento dos acervos do Observatório Nacional (ON) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), quando se deparou com outros dois fundos através de um exame preliminar. Eram os arquivos da Associação Brasileira de Astronomia e de um Conselho de pesquisa em funcionamento no ano de 1933. Contudo, explicita Castro, o CNPq só teria sido fundado em 1951. Ao analisar a documentação, constatou que era o acervo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, até aquele momento esquecido pela grande maioria dos pesquisadores e que havia funcionado por 35 anos.

Castro (2005, p. 35) argumenta que caso o arquivo do Conselho não tivesse sido organizado e publicizado, a existência desse Conselho teria permanecido desconhecida. Após a publicação do inventário, começaram a surgir alguns trabalhos acadêmicos sobre o tema. Contudo, Castro ressalta que não houve uma problematização da trajetória do arquivo, que dividiu espaço com acervo de demais órgãos, o que pode ter levado a dispersão ou a inclusão de documentos. Também é possível que nem todos os documentos do Conselho tenham passado a integrar o fundo do CNPq. “Os caminhos pelos quais os documentos vêm parar nos arquivos não são sistemáticos nem fixos. É tarefa do pesquisador refletir sobre os processos mais amplos pelos quais os arquivos são construídos” (CASTRO, 2005, p. 36). Por tudo isso, Celso Castro alerta sobre o problema de tratar os arquivos como dados; deve-se evitar ver os arquivos como a objetificação de instituições e pessoas.

Tenho procurado destacar que arquivos são representações em constante processo de re-elaboração. Outra pesquisadora a refletir sobre as diferentes trajetórias dos arquivos é Luciana Heymann. Entre as muitas construções que se pode realizar em arquivos pessoais, uma das mais tentadoras e das mais perniciosas é o que Heymann (1997, p. 42-46) chamou de

“ilusão da unidade” – em clara alusão ao conceito bourdieusiano de “ilusão biográfica”. Indo ao encontro do que comentei anteriormente, a socióloga destaca que nos arquivos pessoais o elemento que confere sentido à constituição do arquivo é a própria pessoa, seu titular, a partir de seus interesses, atividades e de seus critérios para acúmulo de alguns documentos em detrimento de outros.

Assim, associação direta entre o indivíduo e o seu arquivo – por conta desta identificação no processo de acumulação – pode levar, segundo a autora, a dois equívocos: a) imaginar que o arquivo seria um espelho inteiriço da trajetória do titular que permitisse, então, vislumbrar todas as atividades e ações realizadas por ele ou que b) o arquivo seria a memória em estado bruto do indivíduo decorrente de um homogêneo processo de seleção dos documentos a preservar. Heymann (1997) sugere que os documentos que sobreviveram ao tempo podem conter lacunas e não indicar todas as atividades e ações, e que possivelmente foram selecionados por motivos distintos e em diferentes momentos, assim não ecoariam a memória do indivíduo.

O documento é deveras envolvente; o “seu feitiço é forte e pode ser [...] fatal”, já disse Angela de Castro Gomes (1998, p. 125). A historiadora argumenta que os documentos pessoais, por possuírem as características de uma personalidade e não tendo sido produzidos explicitamente para se tornarem público, levaria os pesquisadores a acreditarem que ali encontrariam a pessoa de forma “verdadeira”, “real”, “sem disfarces”. Contudo, Gomes segue argumentando que os produtores de arquivos, como o Arthur Ramos e tantos outros, constroem, consciente ou inconscientemente, uma imagem para si e para outros em diferentes momentos de suas histórias. Uma imagem múltipla que está presentes nos processos de produção e acumulação dos documentos. Assim “é sob essa ótica que a 'espontaneidade', a 'autenticidade' e a 'verdade' dos documentos precisa ser trabalhada” (GOMES, 1998, p. 126).

Em um primeiro momento, Ana Teresa Venancio (2005) parece ter sido seduzida pela ideia de documentos pessoais possuírem um “estatuto de originalidade e verdade”. Entretanto, sua busca pelos arquivos pessoais do psiquiatra Juliano Moreira a fizeram relativizar e problematizar essas categorias. A expectativa de Venancio (2005, p. 66) era encontrar no arquivo de Juliano Moreira uma autoimagem que remetesse aos muitos anos de vida pública. Contudo, localizou em posse de uma psiquiatra apenas alguns álbuns de recortes com fragmentos da experiência de Moreira e que haviam sido doados a sua informante por outro

psiquiatra. Encontrou assim um álbum “destituído de um possível sentido 'original', pois nem ao menos se sabia se ele fora 'construído' em vida por Juliano Moreira ou se fora elaborado *a posteriori* por sua mulher como tentativa de rememorar os anos vividos em conjunto com seu marido” (VENANCIO, 2005, p. 66) Venancio conclui que não havia elementos suficientes para atribuir “estatuto de verdade” nem aos álbuns e nem aos fatos contados, uma vez que não existia uma testemunha ocular.

Essa discussão me remete a uma instigante análise que José Reginaldo Gonçalves (2001) faz sobre a categoria “autenticidade”, especialmente, quando articulada com os patrimônios culturais. Retomando uma reflexão de Lionel Trilling sobre sinceridade e autenticidade, Gonçalves (2001, p. 16) aponta que a noção de autenticidade delinea-se em um contexto de preponderância de concepções individualistas do *self* e assim diz respeito ao indivíduo “como ele realmente é”. Nessa perspectiva, o indivíduo vai sendo apreendido como o *locus* de significado e realidade. A autenticidade seria, assim, a expressão desse *self* enquanto uma unidade livre e autônoma em relação as demais totalidades sociais. O antropólogo sublinha ainda que essa categoria é aplicável tanto a pessoas quanto a objetos materiais.

Gonçalves relaciona ainda ao conceito de “aura” que Walter Benjamin (1994) desenvolveu em sua análise sobre as obras de arte. O conceito de autêntico estaria associado à originalidade, enquanto que o inautêntico é a cópia, a reprodução da obra. A aura de uma peça estaria na sua característica singular e original, na sua unicidade e na relação que estabeleceria com o passado. Em oposição, objetos não-auráticos são aqueles transitórios, reproduzíveis e que “não guardam qualquer relação orgânica e 'real' com um passado pessoal ou coletivo”. (GONÇALVES, 2001, p. 17)

Acredito ser possível avaliar melhor o “feitiço dos arquivos” através dessa reflexão. Arquivos, em especial os pessoais, podem dar a impressão de totalidades coerentes, orgânicas, autênticas e auráticas, como procurei destacar ao longo deste capítulo. Assim, ao entrar em contato com o conjunto de documentos de um indivíduo, como o de Arthur Ramos, o leitor-pesquisador pode projetar naqueles papéis a expectativa do significado e da realidade que procura encontrar no eu. Pois, ainda segundo Gonçalves (2001, p. 21), os objetos materiais patrimonializados estabelecem uma relação metonímica entre propriedade e proprietário. Desta forma, redimensiona-se a noção de organicidade dos arquivos – que destaquei no início

desse capítulo – dentro da perspectiva que esses papéis poderiam fazer a mediação do passado com o presente, do leitor-pesquisador com o “eu arquivado”.

Entretanto, a parcialidade, a fragilidade e a dispersão que ocorrem durante a trajetória desses documentos colocariam em xeque sua “autenticidade”. Ao se sublinhar os descaminhos percorridos pelos arquivos, a enorme fragmentação de um conjunto, como ocorreu com o de Arthur Ramos, problematiza-se também seu caráter “aurático” e com isso se dissolveria a mediação entre passado e presente. Talvez seja esse o motivo que levou Venancio a rechaçar o “estatuto de verdade” do conjunto de papéis tão fragmentado de Juliano Moreira.

Arquivos são compostos por diversas versões do *self* construídas e então reconstruídas pelo produtor, pelos técnicos, pelos leitores. Portanto, procurei demonstrar como o trabalho arquivístico possibilita a construção de novas narrativas e sentidos para a documentação e como acionam categorias como objetividade, neutralidade, autenticidade, organicidade, entre outras. Então, aprofundi as questões específicas sobre os arquivos privados, sua constituição e dispersão para problematizar aquelas categorias de pensamento que organizam os saberes da arquivística. Busquei indicar os grandes marcos teóricos da Arquivologia para que se possa compreender mais amplamente o porquê de certas recomendações práticas e o que elas implicam.

As diversas intervenções que são feitas nos documentos produzem novas camadas de sentido sobre a mediação que o documento estabelece entre passado e presente, entre o eu e o outro. Elas são realizadas não apenas durante a produção do documento ou no seu caminho até uma instituição de guarda; também são produzidos novos sentidos nos salões das áreas técnicas das instituições. Durante a rotina de tratamento os profissionais empenhados no trabalho influenciam e re-escrevem a documentação através, por exemplo, de opções de descrição, que sempre têm algum vínculo com suas próprias subjetividades. São essas formas de classificação da documentação que irei focalizar a seguir.

3 A CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS E NO ARQUIVO ARTHUR RAMOS

3.1 As formas de classificação na teoria antropológica

Os grandes marcos teóricos da arquivística que mencionei anteriormente – o respeito aos fundos e o respeito a ordem interna original – procuram explicar dentro de uma visão moderna as formas de constituição de conjuntos documentais. Essas teorias, então, orientam as práticas de organização dos arquivos sendo sistematizadas através de grandes planos de classificação, que contemplam quadros de arranjo e influenciam as formulações de inventários. Ariane Ducrot (1998, p. 151) define as formas de classificação em arquivo como “o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas”.

Ao longo dos anos, a Antropologia foi tomando para si os estudos dessas operações intelectuais que permitem organizar e dotar de sentido a vida social. Assim, um dos objetos de estudo antropológico foi se tornando as formas de classificação e as categorias nativas; procurando através delas elucidar as visões de mundo, compreender a relação entre a dimensão simbólica e a organização social de diferentes culturas. Por isso, acredito ser profícuo passar em revista como a questão das formas de classificação foi sendo tratada dentro da teoria antropológica para subsidiar a análise dos planos de classificação em arquivo, em geral, e o tratamento dado ao acervo de Arthur Ramos em especial. Desta forma, pretendo analisar e contrapor alguns dos clássicos autores da teoria antropológica.

Outra questão interessante, que procurarei cotejar com base nesses intelectuais, é a forma pela qual a própria Antropologia classificava outras culturas e da sua aproximação com a “cultura material”. Além disso, como as reflexões sobre as categorias nativas alteram também a maneira que a disciplina influencia paradigmas museográficos e se apropria de objetos materiais, tais quais arquivos, itens rituais, como máscaras, entre outros utensílios. Relembrando a discussão sobre as teorias antropológicas de fins do século XIX, que apontei no capítulo anterior, o evolucionismo cultural se apropriava de objetos na condição de

“objetos etnográficos”, que se destinavam especialmente aos espaços institucionalizados dos museus para ilustrar o grande esquema evolutivo da civilização e da cultura, assim como eram usados para indicar os caminhos percorridos durante a difusão cultural (GONÇALVES, José, 2007a, p. 16-17). Objetos eram retirados dos contextos de sua produção sócio-cultural e reclassificados de acordo com o esquema evolutivo da época e através de uma concepção universalista de “item/arranjo”, que destaquei anteriormente.

Entre os antropólogos que colocaram em questão as formas de classificação nativa está o alemão Franz Boas. Como Stocking Jr. (2004, p. 15) destaca, Boas foi a grande força individual na formação da Antropologia norte-americana no início do século XX, e sua influência é ainda sentida por mais que tenha sido atenuada nas últimas décadas. O método de pesquisa de Franz Boas – como explicitado no capítulo anterior – era muito pautado no contexto, no particularismo histórico, diferentemente do evolucionismo cultural. Contudo, não negava a existência nem excluía a possibilidade de se encontrar leis gerais que regessem as sociedades; apenas seriam necessários dados mais consistentes para que se conseguisse encontrá-las (BOAS, 2006b, p. 47). Este breve prelúdio acerca da proposta teórico-metodológica boasiana é interessante para o debate sobre a noção de categoria, já que esta congrega tanto a dimensão marcadamente particularista quanto estas nuances universalistas de Franz Boas.

A análise de Boas sobre as classificações e categorias se apresenta, principalmente, em *Linguistic and ethnology* (BOAS, 1911) quando antropólogo alemão se propõe a pensar a relação entre a linguagem e a cultura. Para além de uma discussão mais prática sobre os efeitos positivos do domínio da língua nativa para a coleta de dados antropológicos, neste ensaio há uma instigante proposta de inter-relação entre o fenômeno linguístico e o etnológico. Franz Boas indica que a Antropologia pode ser entendida como uma ciência do fenômeno mental da vida das populações e a língua seria uma parte deste fenômeno etnológico geral por ser uma importante manifestação da função mental (BOAS, 1911, p. 63).

Aqui, a língua não apenas é uma parte integrante da cultura, mas as categorias linguísticas seriam categorias mentais de conhecimento: expressaria e emolduraria a forma pela qual o nativo entende o mundo. Ao colocar a Antropologia como uma ciência do fenômeno mental da vida e inserir a linguagem nela, parece-me estar em pauta uma abordagem da cultura através da origem simbólica da sociedade – ainda que a importância do

contexto histórico da constituição e transformação dos costumes e da cultura possa também dar relevo a uma certa origem social do simbolismo.

Em determinado ponto de *Linguistic and ethnology* (BOAS, 1911, p. 64-67), as línguas modernas europeias são contrapostas com as indígenas para se discutir os motivos que fariam a primeira ter elementos de grande generalização e abstração e a segunda não os ter, já que os discursos indígenas seriam mais encarnados. A resposta que Boas dá à questão é, ao mesmo tempo, interessante e perigosa. Ele não vê na diferença uma inabilidade para a abstração nem uma inferioridade intransponível dos “povos primitivos”, o que é interessante porque se distingue das teorias raciais muito em voga no fim do século XIX.

A diferença, para Boas, estaria no fato de que o modo de vida daquela população específica não exigia que se pensasse de forma abstrata; todavia, uma vez que assim fosse exigido, os nativos desenvolveriam esta capacidade. Portanto, a morfologia da língua não condiciona o estado cultural, mas o contrário, ou melhor, ambos caminhariam e se modificariam juntos. Isto pode imprimir na leitura de sua proposição um certo ar funcionalista de que a cultura, através das formas de pensamento, teria a função de satisfazer uma necessidade essencial do homem (BOAS, 1991, p. 66). O que é perigoso porque não me parece que seja este caso; entendo, neste ponto, uma tentativa de equacionar fenômenos universais com os particulares.

Assim, concordo com Stocking Jr., avalio que para Boas, apesar de uma certa tendência universal no nível psicológico geral, a classificação teria sua expressão diversificada devido à esfera social. Com isso as categorias deveriam ser vistas como um reflexo dos processos históricos dos interesses culturais daquele povo (STOCKING JR., 2004, p. 22). Franz Boas estabelece assim uma relação necessária entre as categorias de pensamento e o contexto particular das populações.

Esta relação aparece também quando ele propõe que o fenômeno linguístico e o fenômeno etnológico teriam uma mesma origem (BOAS, 1911, p. 67-71). A classificação das coisas do mundo em conceitos, esses processo mentais inconscientes que agrupam várias atividades sob uma mesma ideia é a base de ambos os fenômenos, entretanto, não há uma obrigatoriedade da ideia se tornar consciente.

As operações linguísticas, apesar de utilizadas no cotidiano, nunca se tornam conscientes para o grupo, como, por exemplo, se pode ver no uso constante do idioma mesmo

sem conhecer a suas regras gramaticais. Os fenômenos etnológicos, ao contrário, vêm à consciência, como, por exemplo, as cerimônias e outros atos religiosos que se tornam alvo de elucubrações e objetos de reflexão para os próprios nativos. Boas, então, destaca que a diferença entre os dois fenômenos está na consciência que as pessoas tomam dos costumes. Afirma que, com a tomada de consciência, a população passaria a elaborar explicações secundárias para os fenômenos e a reinterpretá-los.

A formação inconsciente das categorias é, para Franz Boas, uma das características fundamentais da vida social e se manifesta em formas variadas e complexas, como nas ciências, na religião, na moral. A partir deste prisma, de que a linguagem e a etnologia são fenômenos oriundos dos mesmos processos mentais inconscientes, Boas percebe que a língua pode ser uma das áreas mais frutíferas e vantajosas para a investigação sobre a formação de categorias culturais fundamentais para compreensão da vida social, já que, por ser inconsciente, não ludibriaria o investigador com explicações secundárias. (BOAS, 1911, p. 71-72).

Stocking Jr. (2004, p. 20-23) afirma que a cultura, para Boas, era tanto um punhado acidental de elementos individuais como uma totalidade espiritual que de alguma maneira condicionava estes elementos. Ainda de acordo com o comentarista, a integração desses elementos em conformidade com a ordem cultural se dava em dois níveis: nas explicações secundárias conscientes e em processos mais inconscientes que estariam particularmente “acessíveis” nos estudos linguísticos, como indiquei. O ponto-chave é que se daria neste nível mais profundo a integração dos elementos culturais no “gênio de um povo”. Integração que seria tanto individual quanto histórica. Fenômenos com causas tanto psicológicas quanto sociais. Resultados tanto particulares quanto universais. Boas, curiosamente, não coloca em tensão estas faces da vida coletiva e, ao contrário, procura equacioná-las – ainda que forneça ao particularismo histórico e ao indivíduo culturalizado algumas linhas a mais em seus ensaios.

É interessante ressaltar também que as teorias de Franz Boas para se pensar as culturas impactou também nos modelos museográficos, segundo José Reginaldo Gonçalves (2007a, p. 18). A partir das críticas de Boas às propostas evolucionistas assim como da forma como pensava a cultura, o tratamento dado aos objetos materiais se altera. O objetivo da descrição e

da análise se torna os usos e os significados dados aos objetos e, portanto, as relações sociais em que estão imersos.

Estas longas linhas sobre a teoria de Boas me parecem importante, pois, como afirmei anteriormente, elas irão influenciar profundamente diversas correntes teóricas futuras, em especial as americanas. Claude Lévi-Strauss (1967, p. 35) é um dos intelectuais que utiliza uma ideia de linguagem muito baseada na concepção de Franz Boas. Para Lévi-Strauss, Boas foi o primeiro a descrever com agudeza os eventos culturais como de origem inconsciente. E, ao ter incorporado os fenômenos da linguagem à discussão, Boas teria antecipado o rumo que os estudos linguísticos tomariam alguns anos depois.

Lévi-Strauss (1967, p. 36-37) vê a limitação dos estudos de Boas em trabalhar com dados etnográficos que não extrapolam o conhecimento consciente e com isso utiliza as categorias do pensamento individual – apesar de admitir a origem inconsciente da vida cultural. Após sublinhar os méritos e os problemas de Franz Boas, Lévi-Strauss assimila as noções de categoria e classificação boasianas e as aproxima de uma teoria estruturalista. Defende, então, sua proposta referente ao que deveriam ser os estudos culturais e linguísticos. Para ele, ambos são um único fenômeno em que ocorre a passagem do consciente (e particular) para o inconsciente (e geral). Assim, haveria um nível inconsciente impondo formas aos costumes, práticas, instituições. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 37)

A proposta de Lévi-Strauss e a sua objeção aos estudos de Boas indicam claramente a específica apropriação que fez de *Handbook of American Indian Languages*. Pois, ainda que Franz Boas aponte a possibilidade de existirem leis gerais – como procurei destacar anteriormente –, sua preocupação basal é com o particularismo histórico e os processos culturais específicos do contexto estudado. Assim, a crítica de Lévi-Strauss diz mais respeito às questões estruturalistas do que ao culturalismo.

Um *insight* atraente é que o paradigma linguístico de Franz Boas, ao contrário do estruturalismo, não organizaria as categorias e classificação a partir de relações necessárias ou lógicas enquanto “item e arranjo”, mas que as pensaria enquanto “item e processo” dentro de questões como “significado”, “tema”, “padrão” (STOCKING JR., 2004, p. 23-24). Desta forma, compreende-se melhor o espaço dado por Boas às categorias individuais, ao “ponto de vista nativo” – que para o estruturalismo de Lévi-Strauss só eram relevantes na medida em que possibilitavam a operação analítica de buscar as invariáveis e se alcançar a estrutura.

Ao longo da leitura sobre as teorias arquivísticas, que apontei anteriormente, e também sobre as suas aplicações prática, que detalharei adiante, percebo a aplicação de ambas formas de organizar e classificar sendo acionadas concomitantemente. Pensar que se deve respeitar o fundo, ou seja, respeitar a proveniência de um conjunto documental e assumir que existe uma estrutura (a da instituição produtora) que subjaz ao documento e o determina. Ao mesmo tempo, é a partir dessa relação necessária que o documento estabelece com seu produtor/acumulador que o seu sentido pode ser apreendido. Da mesma forma, o respeito a ordem interna original pode articular ambas explicações para as classificações. A questão é que tanto a perspectiva de Boas quanto a de Lévi-Strauss possibilitam formas de “ler” as classificações em arquivo e as problematizarem.

Para contrapor Franz Boas e Claude Lévi-Strauss e aprofundar a discussão sobre formas de classificação, é interessante fazer uma releitura da abordagem de Émile Durkheim e Marcel Mauss (1981, p. 400-401) acerca do tema, já que é deveras distinta do que foi apresentado até o momento. Estes dois intelectuais franceses não veem as categorias como uma função da vida mental do ser humano, como via Franz Boas. O enfoque dado, em *As formas primitivas de classificação*, é para a sociedade de tal maneira que o homem, mesmo inserido na vida social, não tem espaço nem relevância para a análise.

Durkheim e Mauss procuram refutam logo de início a origem lógica ou psicológica da função classificadora. Eles, então, assinalam o caráter social desta função com tamanha ênfase que acabam essencializando o “social” – o que se deve, possivelmente, ao esforço de Durkheim em reforçar a criação da Sociologia enquanto uma ciência com objeto e método próprios. Assim, enquanto Boas procurava equacionar o psicológico e o social, o indivíduo e o grupo, Durkheim não só os coloca em tensão como prioriza o social.

Classificação para Durkheim e Mauss, assim como era para Boas, é a maneira como o homem estabelece sua relação com o mundo e o compreende. Entretanto, o sistema de classificação para os dois franceses é condicionado por fatores externos aos indivíduos, como pela educação e pela tradição. Durkheim e Mauss, inclusive, apontam que classificar não é apenas agrupar e organizar elementos, pois contempla também uma forma específica de relacionar os grupos de categorias em uma relação hierárquica. (DURKHEIM e MAUSS, 1981, p. 402).

Ao investigar o que fez com que as sociedades organizassem as ideias sob esta forma de classificação hierárquica em grupos, Durkheim e Mauss procuram o que poderia ter fornecido o plano, o modelo para este tipo de organização. Desde o momento em que iniciam a análise da classificação nos povos australianos, partem do tipo de organização social para compreender as representações coletivas. Desta forma, é a morfologia social que confere os contornos do que seria o pensamento nativo, pois seria a partir da experiência empírica da vida coletiva que a sociedade retiraria os seus quadros conceituais. Com isso, Durkheim e Mauss, em certa medida, estabelecem a origem social do simbolismo. O que novamente os distingue de Franz Boas e Lévi-Strauss, pois estes antropólogos, ao afirmarem o caráter inconsciente e mental dos fenômenos culturais, propõem uma origem simbólica para sociedade.

Estes autores, de fato, não encerram os debates sobre categoria e classificação, que até os dias atuais, em certo sentido, se deixa entrever na teoria antropológica. Contudo entendemos que as concepções acima descritas foram de fundamentais para o desenvolvimento das ideias sobre o “pensamento nativo” – tema tão premente na antropologia⁵⁷ -- e possibilitam desnaturalizar as formas de classificação nos arquivos – um dos objetivos desse estudo.

Assim, essas questões são importantes para a presente análise uma vez que ajudam a problematizar as formas de classificação que a sociedade moderna ocidental produz

⁵⁷ Apesar de ter me atido aos clássicos da antropologia por acreditar que ajudam a pensar especialmente a questão das organizações de arquivo, as discussões sobre as categorias “do outro” continuam sendo objeto da teoria antropológica e sendo sofisticadas ao longo das décadas. Discutir categorias nativas se tornou pensar a relação entre teoria antropológica e teoria nativa para a construção do conhecimento etnográfico, em especial, nas últimas décadas. Desde clássicos como Lévi-Strauss que, em *A ciência do concreto* (1973), procura estabelecer uma relação de anterioridade lógica entre o pensamento selvagem e o antropológico, em que o primeiro seria condição *sine qua non* para a existência de qualquer outro pensamento. Passando por antropólogos de uma teoria interpretativa como Clifford Geertz que, em *Do ponto de vista nativo* (1997), por exemplo, recoloca o saber antropológico dentro de uma perspectiva contextual em que o entendimento sobre nativo e a interpretação antropológica está intimamente relacionada com as interações particulares entre pesquisador e objeto. Mesmo Marshall Sahlins que no seu livro *Como pensam os nativos* (2001) discute a razão simbólica para afirmar que a racionalidade é inerente a qualquer sociedade (seja ocidental ou polinésia) e que também a objetividade seria culturalmente construída. Uma outra contribuição foi de Roy Wagner (1981) que coloca a criatividade e a invenção no centro da discussão sobre cultura, que seria a própria relação entre as pessoas. Wagner afirma a importância de se usar as categorias nativas como categorias analíticas e também que deveria transparecer as interpretações dos nativos, que a produção das culturas feita pelos nativos aparecesse nas análises de forma que o nativo seria também um antropólogo. Dentro de uma crítica a perspectiva dualista na teoria antropológica, é possível indicar ainda Bruno Latour (1994) que criticou as assimetrias na teoria antropológica e propôs o relativismo relativista ou Eduardo Viveiros de Castro (2002) que a propõe o perspectivismo nativo. Muitos colocam em questão as nossas próprias teorias científicas, já que elas também são nativas e propõem por fim distinção entre “eu e o outro”, indo muito além do clássico estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho.

constantemente. Por isso, procurei nesta seção mapear a maneira pela qual a antropologia tradicionalmente aborda a questão das categorias para ressaltar como são construídas social e culturalmente, tanto pelos nativos que as empregam, quanto pelos antropólogos que as analisam – algumas vezes a partir de suas próprias categorias culturais. Ao longo das próximas linhas procurarei estabelecer qual é o discurso desse campo do conhecimento para perseguir essa visão de mundo.

3.2 A classificação na teoria arquivística⁵⁸

3.2.1 Classificação e Arranjo

A teoria arquivística comumente estabelece a produção de documentos como sendo um crescente linear e utilitário, com isso quero ressaltar que entendem que a massa documental que compõe os arquivos⁵⁹ pode ser dividida de acordo com os “estágios de sua evolução”. Pensam ainda os arquivos como detentores de um “ciclo vital” no qual percorrem diferentes fases desde o momento da produção até a guarda definitiva ou descarte. A chamada “teoria das três idades” distingue essas fases de acordo com a frequência do uso pela entidade produtora/acumuladora e seu valor (ANTUNES, 2004, p. 3-4; PAES, 2004, p. 21-22).

O “valor dos documentos”, para os arquivistas, está ligado à avaliação que se faz dos documentos e seria de dois tipos: primário e secundário. Aquele diz respeito ao produtor, já que é o valor que o registro contém para a execução dos fins para os quais foi elaborado. O valor de um testamento para o testamenteiro e os herdeiros reside na sua função de indicar as disposições do testador para herança de seus bens. Assim, nessa perspectiva, o valor primário das correspondências que Arthur Ramos trocou durante sua vida profissional estava na própria

⁵⁸ Não pretendo ser exaustiva a esse respeito. Algumas questões relevantes em arquivística, no presente texto, não serão comentadas e apenas indicarei as que entendo colaborarem para os processos de novas atribuições de sentido e, em especial, nos arquivos privados.

⁵⁹ As definições dos tipos de arquivos – privado e público – e suas características específicas foram abordadas no segundo capítulo.

“função” de se trocar informações. Ao passo que o valor secundário está para além daquilo que motivou a confecção do documento. Refere-se, em especial, ao seu valor para pesquisa, na medida em que se torna uma fonte de informação ou de prova para terceiros ou para a própria entidade produtora. Os testamentos são fontes muito comuns em livros sobre o período colonial e imperial, principalmente quando se trata da escravidão, pois permitem saber a quantidade de escravos que determinada família possuía, por exemplo. As cartas que Arthur Ramos trocou também têm sido muito utilizadas para mapear suas redes e formas de sociabilidade.

Para a arquivística, os documentos que estão em curso ou que sejam alvo de consultas assíduas pela entidade produtora (instituição ou pessoa) pertencem à primeira idade ou o chamado “arquivo corrente”. Geralmente são guardados próximos ao produtor, como em um arquivo dentro de sua sala. O arquivamento ou classificação é feito através de métodos variados e levando em consideração a natureza dos documentos e as atividades que geraram o acervo. Em tese, nessa fase, deveriam ser classificados a partir de um plano de classificação: operação lógica que definiria hierarquias de classes genéricas referentes às atividades e funções dos produtores; dentro dessas categorias caberiam séries pautadas nas tipologias documentais. Todavia, na prática, as organizações dificilmente têm arquivistas para tratamento de seu arquivo corrente e acabam apenas ordenando os documentos, ou seja, organizando-os tendo em vista a consulta. É o arquivo que a secretária zelosamente guarda em pastas divididas talvez por ano ou talvez por tipologia (memorando, ofício, etc) até o momento em que o registro não tenha mais utilidade e a consulta se torne cada vez mais escassa; ela os colocaria, então, em caixas de papelão e mandaria para um depósito. O problema em ordenar sem classificar é o de obscurecer as relações entre os documentos que as atividades e funções que os geraram (GONÇALVES, Janice, 1998, p. 12-14).

O arquivo intermediário seria composto por esses documentos que já não são mais alvo de consultas assíduas, porém guardados para necessidades ocasionais. Podem ser mantidos em um espaço concentrado e longe do produtor, o que minimiza custos. Na segunda idade, os documentos esperam a eliminação definitiva ou seu recolhimento para guarda permanente.

É a partir do estabelecimento dessas fases e da compreensão dos valores dos documentos que o arquivista traça as estratégias para a gestão documental, que é o conjunto de procedimentos técnicos de tramitação, armazenamento, avaliação dos documentos nas fases

corrente e intermediária. Distinguem-se três momentos: produção, utilização e avaliação/destinação dos documentos (PAES, 2004, p. 53-54). A ferramenta de trabalho que estabelece os prazos para guarda temporária e o destino final da documentação é chamado de tabela de temporalidade e resulta da avaliação, que é a atividade de identificação dos valores dos documentos visando à eliminação ou à guarda definitiva do material (Conarq, 2001).

Como apontarei mais adiante, os arquivos de intelectuais, em certa medida, não passa por essa segunda fase, como os de instituições – em especial o de Arthur Ramos, já que ele faleceu novo e ainda muito ativo profissionalmente. Na verdade, se for aplicar o princípio arquivístico da forma como ele é elaborado, os arquivos de intelectuais reúnem de forma indistinta arquivo corrente e arquivo intermediário. Mantêm-se os documentos de uso contínuo e ocasional por perto, muitas vezes sem a ajuda de uma secretária, e vão eles mesmos classificando, arquivando e descartando os papéis ao mesmo tempo em que os produzem, sem a elaboração de instrumentos metodológicos da arquivística, como as “tabelas de temporalidade”. Como observei no capítulo anterior, no caso dos arquivos privados descartar-se e guarda-se a partir de seleções subjetivas, conjecturais e muitas vezes contraditórias. Faz-se “sem uma lógica”, isto é, faz de acordo com as intenções e percepções do produtor, sem seguir a lógica de produção e acumulação desenhada pela teoria arquivística.

A questão do descarte e guarda na teoria arquivística começou a ter os contornos atuais no período de entreguerras do século XX, decorrente do aumento da quantidade de documentos produzidos e como a dificuldade para geri-los. Um quadro que se agravou com o início da II Guerra Mundial devido ao *boom* da produção documental e da movimentação de grandes conjuntos documentais por razões políticas, estratégicas e ideológicas. A teoria das três idades, as estratégias de avaliação e gestão dos documentos têm como objetivo, justamente, a redução da massa documental de forma que se libere espaço sem deixar de prover às atividades de pesquisa, além de agilizar a recuperação da informação, aumentar eficiência administrativa, etc. (BERNARDES, 1998, p. 15; PAES, 2004, p. 53). Acionando-se, assim, categorias do mundo administrativo burocrático da sociedade ocidental, como “eficiência”, “eficácia”, “agilidade”, etc.

É curioso notar que, a partir de diferentes vieses e em diversas áreas, vários intelectuais começaram a refletir sobre o estrondoso incremento da massa documental. Pierre Nora (1993) indica – ao discutir as relações entre memória e história – que o fim da “memória tradicional”

acarreta a necessidade de se registrar em suportes externos o que não se pode mais vivenciar. Isso faz com que cresça vertiginosamente a produção e acumulação de documentos a fim de se preservar os rastros do passado. Ocorre de tal forma que subverte o papel dos técnicos, pois “hoje as empresas privadas e as administrações públicas [...] engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada” (NORA, 1993, p. 15).

O que pretendo com essas explanações é destacar as múltiplas seleções que são efetuadas. E os diversos enquadramentos dados aos documentos. O acervo disponível para a pesquisa foi preservado porque um grupo de especialistas e técnicos o considerou relevante para fins de prova ou informação. Ainda que essa avaliação se pautem em rotinas e critérios minimamente estabelecidos, conhecidos e “neutros”, a seleção é sempre um recorte feito por uma pessoa dotada de subjetividades. Os convites para eventos que Arthur Ramos recebeu de determinadas instituições podem ser considerados algo sem importância; enquanto outra pessoa pode considerá-los relevante, já que permitem perceber as influências de Ramos, enquanto professor ou médico ou antropólogo. Isto ocorre em órgãos que, efetivamente, usam um plano de classificação e aplicam a tabela de temporalidade. Não apenas nos arquivos pessoais, mas também nos arquivos institucionais é comum não existir essa prática e, então, os próprios funcionários de divisões selecionam os documentos a partir de rotinas ainda mais subjetivas e imprecisas.

A arquivística estipula ainda que última fase do ciclo de vida dos documentos é a eliminação ou a preservação nos arquivos permanentes – também conhecidos como históricos –, que são formados por documentos de valor histórico-cultural, informativo ou probatório e que devem ser mantidos em “ambiente adequado” para sua preservação e consulta. Sob a justificativa de se organizar o acervo e viabilizar sua consulta, diversas operações lógicas e físicas são realizadas, o que se denomina “arranjo”;⁶⁰ são, enfim, as formas de classificação empreendidas no trabalho arquivístico. Elas têm como objetivo controlar, administrar os documentos, além de estabelecer conexões que permitam a recuperação da informação. Aqui,

⁶⁰ Arranjo e classificação são atividades correspondentes, mas, no Brasil, consagrou-se denominar arranjo para arquivos permanentes e classificação para os correntes.

novamente, outras seleções são realizadas: seleciona-se no cotidiano da produção documental e seleciona-se da organização final, seleciona-se ao longo de todo processo.

Os arquivistas entendem também que para o consulente desenvolver sua pesquisa é importante a existência de instrumentos de pesquisa (guias, catálogos, inventários, etc) que possuam informações a respeito de questões formais, de conteúdo, além da localização dos documentos – a chamada “descrição”. Segundo as teorias arquivísticas, a descrição dos documentos inicia-se já na classificação, quando esta for bem realizada. Até o instrumento de pesquisa se tornar uma realidade, contudo, outros trabalhos são feitos anteriormente. Caso não exista classificação, é necessário identificar a quais fundos pertencem os documentos.⁶¹ Além de um trabalho prévio para arranjo, isto aumentaria o controle físico do acervo e auxiliaria para que se recuperem as informações sobre a origem dos documentos.⁶²

Outras atividades são os estudos sobre a história, funções, atividades e estrutura administrativa dos produtores. Procurar conhecer os fundos e discriminar os gêneros e tipos de documentos, assuntos, período, entidade relacionadas. Buscar sinais de organização original pelo reconhecimento de dossiês,⁶³ códigos – ou seja, saber se houve alguma forma de classificação ou ordenação, ainda que precária –, pois em muitos casos, tenta-se manter a organização original que a entidade deu ao acervo. Definir sistema de notação e outras. Além desse mapeamento intelectual do conjunto, outras ações são feitas em prol do conhecimento físico: avaliar estado de conservação, fazer higienização, definir formas de acondicionamento.

Todas essas atividades colaboram para o estabelecimento de um quadro de arranjo, elaborados pelos arquivistas que tratam do acervo e consiste na formalização do plano de organização do fundo a partir das relações de organicidade dos documentos. Um quadro de arranjo ajudaria o pesquisador a compreender as relações estabelecidas pelos documentos no conjunto do arquivo. Porém, auxiliam em mais: apontam quais foram as operações lógicas

⁶¹ Para ler sobre as características e normas para estabelecimento de fundos, ver DUCHEIN, 1982/1986, p. 13. Para o caso específico dos fundos pessoais, ver DUCROT, 1998, p. 154-157.

⁶² Para um exemplo sobre aplicação de um modelo de identificação, ver AN, 1985, p. 9-18.

⁶³ Entende-se por dossiê o “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento” (AN, 2005, p. 80). Pode se constituir de um único item documental ou vários, mas é o conjunto que foi tomado como base para a descrição.

realizadas sobre aquela documentação para lhe conferir um sentido mais amplo, o sentido de conjunto.

Para a teoria arquivística, existem duas opções para o quadro: estrutural e funcional, dessa forma seria possível se manter o mais neutro e mais coerente com a “realidade”, com a organização social que determinou aquela produção documental. O primeiro requer o conhecimento da estrutura administrativa da entidade produtora/ acumuladora; seu organograma é, então, “espelhado” no quadro. O segundo é elaborado tendo em vista as atividades e as funções desempenhadas pela entidade. No caso dos arquivos de família ou pessoais é o arranjo usado, já que não existe uma estrutura propriamente. É usado também quando não se conhece a estrutura administrativa de uma instituição.

Assim como em um organograma, o quadro de arranjo apresenta os diversos “níveis” daquela entidade de forma hierarquizada e inter-relacionada.⁶⁴ Pode-se também criar algumas séries ou subséries específicas para os gêneros documentais que necessitam de guarda especial, como mapas, fotografias, etc. Organizar o fundo não é, meramente, definir em quais caixas as papeladas são armazenadas; cada organização é particular, pois se deve levar em consideração a classificação do órgão produtor, que está presente também no conjunto. Consiste, portanto, em sublinhar o contexto da produção e as relações que existem entre os documentos em diversos níveis. Algumas vezes chega-se a re-escrever essas relações quando não existem muitos subsídios para o conhecimento da estrutura administrativa.

Acontece, especificamente, quando não se conhece a história administrativa da entidade geradora do fundo. Então, a partir de uma investigação prévia sobre o conteúdo da documentação, estabelecem-se diferentes séries para as aparentes atividades que originaram o arquivo. A título de exemplo, o fundo da Empresa de Diversões Pascoal Segreto – custodiado pela Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional – apresenta um arranjo funcional,⁶⁵ pois não se conhecia sua estrutura administrativa. Sabia-se, sim, que essa tinha sido a principal empresa para produção de espetáculos no Rio de Janeiro do início do século XX, então, devido às suas funções, especificou-se duas séries: “entretenimento” para os documentos dos espetáculos e “administração” para os referentes ao cotidiano da empresa

⁶⁴ Ver anexo A.

⁶⁵ Ver anexo B.

propriamente. As demais subséries foram criadas para os gêneros documentais que necessitam de guarda especial e duas atividades específicas (contábil e funcional).

Percebe-se que o estabelecimento de um quadro de arranjo possibilita a construção de novas narrativas e sentidos para a documentação, na medida em que altera a sua forma de apresentação ao pesquisador – ainda que o arranjo seja estabelecido pelo contexto da produção e assim sob a bandeira da neutralidade. Durante o cotidiano nos arquivos, nota-se que a maioria dos pesquisadores desconhece completamente o que seria o quadro de arranjo. Evidente que ele tem mais importância para o trabalho arquivístico do que para a pesquisa em si. Entretanto, a fim de se ter uma compreensão crítica dos documentos, não basta refletir sobre a produção e o significado do texto; é relevante também que se tenha em mente as operações técnicas que se estabelecem antes do acesso ao público e, em certo sentido, os re-escrevem.

Retomando o caso do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, que comentei no capítulo anterior, Celso Castro (2005) sublinhou as opções técnicas da equipe que tratou o acervo e como isso pode afetar a apreensão que futuros pesquisadores farão do arquivo. Castro (2005, p. 38) enfatiza que não havia subsídios suficientes para recuperar uma classificação original dada pela instituição aos documentos. Existiam pastas com documentação sobre uma expedição específica e que continham também papéis sobre expedições realizadas em outros anos pelo mesmo expedicionário. Enfatizou assim que o arranjo dado ao arquivo do Conselho foi elaborado exclusivamente pela equipe e que não havia um caminho “natural” a seguir. Ressalto que, mesmo se houvesse, um plano de classificação anterior mais claro, ainda assim não é um caminho “natural” a seguir, são opções que o grupo de técnicos responsável pela organização faz e que ecoa fortemente no resultado final e nas pesquisas realizadas posteriormente.

Castro segue sua análise ressaltando as opções feitas pela equipe quanto a organização dos documentos por dossiês de expedição ou por documentos, quanto ao tratamento dado aos recortes de jornais; indicando que todas essas seleções reverberam a apreensão que o pesquisador terá desse acervo. Castro cita uma interessante passagem de Foucault na qual aponta que um dossiê é um caso em que se encontra o cruzamento de muitos discursos distintos que não formam uma obra, mas sim um espaço de disputas e confrontos por relações

de poder. (CASTRO, 2005, p. 38-39) Esse caso é deveras interessante para desnaturalizar a percepção de que instituições estão objetivadas nos seus documentos.

Outro exemplo que me leva a mesma conclusão através de um caminho inverso é o estudo de Priscila Fraiz (1998) sobre o arquivo de Gustavo Capanema. O acervo de Gustavo Capanema é um dos maiores arquivos pessoais depositados no CPDOC e cobre grande parte de sua vida pública e informações sobre sua vida pessoal e familiar. Através de uma primeira análise do material, os técnicos perceberam a existência de diversos documentos que Fraiz chamou de meta-arquivos. São documentos que o próprio Capanema elaborou em que planejava e descrevia a forma de organização do seu arquivo e de sua biblioteca, o que é muito incomum em arquivos pessoais. Ao refletir sobre as informações do meta-arquivo, Fraiz (1998, p. 60) ressalta que foi possível perceber uma certa lógica de acumulação imposta por Capanema através da qual buscava produzir e guardar documentos que o auxiliassem no projeto de um dia escrever sua autobiografia.

Tendo em vista que o arquivo de Capanema, ao ser doado para o CPDOC, passou a se destinar à pesquisa, a equipe procurou equacionar a proposta de classificação do próprio Capanema com as necessidades de consulta. Em casos como esse, de arquivos depositados em instituições de pesquisa, Fraiz (1998, p. 63) afirma que seu valor – como discuti anteriormente – é atribuído pelo usuário de arquivo, pelo seu olho “de fora”, que elenca do conjunto documental quais serão as provas da sua pesquisa. Nesse sentido, não apenas o conteúdo do documento propriamente poderá fornecer dados, mas também a lógica de acumulação e organização que orienta o arranjo. O arranjo, a classificação, a organização dada aos papéis pelo produtor/acumulador e também pelos arquivistas são tão significativas quanto os documentos, pois imprimem novos sentidos aos documentos. Ao preservar a ordem original dada aos documentos pelo Capanema, o CPDOC reforçou “a operação de acumulação como rede articulada de sentidos da qual o [acumulador] é o centro lógico” (VIANNA *apud* FRAIZ, 1998, p. 63).

As formas de classificação e arranjo de documentos, tanto as que buscaram manter a ordem original quanto as formuladas pelos técnicos, são operações arbitrárias. Com base na discussão sobre formas de classificação pelo Antropologia, é possível perceber os arranjos como uma construção social realizada cotidianamente pelos produtores/acumuladores e também pelos técnicos. Nos discursos da arquivística, comumente aciona-se categorias como

“objetividade”, “neutralidade”, “organicidade” que partem na concepção que o trabalho em arquivo é organizado naturalmente pela lógica da acumulação dos documentos. Disto resulta uma essencialização do tratamento dado aos arquivos, como se essas categorias emanassem da realidade. Após a conclusão dos trabalhos, essas categorias serão, então, “cristalizadas” nos instrumentos de pesquisa, como o Inventário do Arquivo Arthur Ramos.

3.2.2 A descrição dos documentos

O quadro de arranjo se pauta, como tudo mais na Arquivologia, no respeito aos fundos. É uma forma de objetivar o tratamento e estabelecer relações lógicas entre os documentos, destacando o contexto. Contudo, a discussão sobre proveniência é complexificada por Adrian Cunningham (2007) de forma que o fundo como Duchein descreve seria, na verdade, um “desrespeito aos fundos”, pois mascara as diversas relações da documentação e reduz suas origens a uma única entidade produtora/acumuladora.⁶⁶ Cunningham (2007, p. 83, 86-87), inclusive, mostra que há um certo redirecionamento do pensamento arquivístico rumo a uma concepção mais flexível de fundo através do desenvolvimento pelo Conselho Internacional de Arquivos de duas normas internacionais de descrição congêneres: ISAD(G) (CIA, 2001)⁶⁷ e ISAAR(CPF) (CIA, 2004). A primeira norma estabelece os parâmetros gerais para a descrição do conteúdo do documento e a segunda, a descrição da entidade produtora e do contexto de produção do documento. Com esses dois instrumentos pode-se estabelecer uma descrição de documentos “separados, porém relacionados pelas entidades”, o que faria mais jus à realidade

⁶⁶ Há algumas décadas Peter Scott, na Austrália, destacou que a relação entre documento, função, contexto e estrutura administrativa não era tão direta, fixa e única quanto estabeleceu a literatura tradicional arquivística do final do século XIX e início do XX (como o chamado *Manual dos Holandeses* e os trabalhos de Sir Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e T. R. Schellenberg), contudo suas ideias tiveram poucas adesões em outros países. Terry Cook (1998, p. 8-10) sublinha que atualmente há grande recepção da comunidade arquivística mundial ao sistema de séries australiano devido ao questionamento que as teorias tradicionais vêm sofrendo por conta da nova realidade tecnológica (informática e telecomunicações). Para a crítica ao “respeito aos fundos” e a explanação a respeito do sistema de séries australiano e a sua “descrição separada, porém relacionada”, ver CUNNINGHAM, 2007.

⁶⁷ Para uma apreciação crítica da norma, seus limites e benesses, ver LOPEZ, 2002, p. 14-19; HEREDIA HERRERA, 2004.

multifacetada de proveniência. Esta possibilidade é, inclusive, apontada explicitamente na norma (CIA, 2004, p. 1 §1.5).

Ainda que a ISAD(G), unida à ISAAR(CPF), possibilite essa flexibilização do conceito de fundo, ela é pautada nele – na verdade, pautada no princípio da proveniência. De fato, o que viabiliza essa flexibilização é a proposta de descrição multinível⁶⁸ contida na norma. Esse tipo de descrição estabelece que o modelo hierárquico de níveis de arranjo⁶⁹ deve, para cada nível, ter diferentes descrições com graus distintos de detalhamento (CIA, 2001, p. 2 §I.8, 7). Então, para um documento, detalha-se seu conteúdo, quantas páginas tem, o produtor, o acumulador, a data e o local de produção, etc.⁷⁰ Já a descrição do fundo, por exemplo, contém as datas-limite de todo o acervo, especificação de todos os gêneros documentais que o integram, quantificação do acervo por metro linear para documentos textuais, indexação dos assuntos mais gerais que aparecem no acervo, etc.⁷¹

As normas arquivísticas existam para tornar os documentos recuperáveis, porém é comum estudos em arquivo indicarem que os usuários acham difícil manusear os instrumentos de pesquisa e não compreendem as descrições em níveis. Muitas vezes o pesquisador procura apenas as descrições de nível 4 (dossiê) ou 5 (item documental), mas desconhecem as descrições de nível 0 (instituição de guarda) e 1 (fundo) podem ser muito úteis no início da pesquisa para delimitar quais instituições e fundos terão documentados levantados.

Foi apenas na década de 1990 que surgiram as primeiras edições dessas normas internacionais e tiveram uma segunda edição publicada pouco mais de cinco anos depois. Essas foram em muito impulsionadas pelo uso do computador em arquivos e a crescente facilidade de intercâmbio de informação entre instituições, pois se destacou a necessidade de se estabelecer os padrões gerais para a descrição – que antes eram definidos dentro de cada instituição e, portanto, variavam muito. As normas têm a proposta de serem nortes gerais e

⁶⁸ Descrição multinível é a “descrição que, levando em consideração a estrutura de organização de um acervo, permite a recuperação das informações dos documentos que o integram em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles” (AN, 2005, p. 67)

⁶⁹ Para o modelo hierárquico e multinível de arranjo de fundo, ver anexo A.

⁷⁰ Para um exemplo de descrição nível 4 (dossiê), ver anexo C.

⁷¹ Para exemplo de descrição de nível 1 (fundo), ver anexo D.

cada país, à luz destas, deve desenvolver suas próprias normas de acordo com as particularidades vivenciadas.⁷²

Como diz Michael Fox (2007, p. 26-27), a normalização das atividades arquivísticas é extremamente importante para melhor atender ao usuário, pois as disparidades nos tratamentos, descrições e indexações causam confusão para o pesquisador, principalmente aquele que necessita circular em diferentes instituições e os instrumentos de pesquisa tornam-se “torres de babel”. Mais, a inconsistência das descrições dificulta a pesquisa, na medida em que documentos muito similares têm descrições distintas e não há um controle de vocabulário minimamente homogêneo. Assim, uma mesma entidade (pessoa ou instituição) poderia receber diferentes nomes. Um caso bastante heterogêneo é o controle de autoridade do folclorista e musicólogo Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, que é conhecido pelo nome completo, por Luiz Heitor ou por L. H. Corrêa de Azevedo. Essas múltiplas possibilidades podem atrapalhar os levantamentos, e isso para citar o exemplo mais simples. Nessa perspectiva, quando são normalizadas as práticas, o controle de terminologia fica mais apurado. Ainda de acordo com Foz, isso levaria também a harmonizar os conceitos que os indexadores e consulentes utilizam, já que é comum abordarem um mesmo assunto com termos e mapas mentais distintos.

Assim, para teoria arquivística, as normas são importantes, pois colaboram para minimizar, ou pelo menos controlar, as idiossincrasias dos profissionais envolvidos no tratamento. Desta forma, os limites do que se faz durante o trabalho são mais evidentes. Ainda assim, porém, não se pode fugir da constatação clara de que descrições são sempre representações elaboradas pelos sujeitos que as empreendem. Por mais que se recorra ao contexto da produção no preparo de quadros de arranjo ou planos de classificação, as impressões subjetivas estarão lá mesmo que os profissionais reivindiquem a neutralidade e objetividade do processo.

Ao criar um título para o documento, como acontece quando não existe título formal, recorta-se, seleciona-se; algumas vezes essas representações podem omitir dados que talvez fossem relevantes. O título “Carta a Arthur Ramos acusando o recebimento do seu livro

⁷² Em 2006 foi aprovada a versão final da norma brasileira, ver Conarq, 2006.

Estudos de Psicanálise”⁷³ pode não suscitar grandes interesses no consulente, mas essa carta com tão curto “resumo” tem 11 (onze) páginas. Talvez as páginas contenham apenas impressões sobre o livro, talvez contenham outros assuntos que o técnico optou por não discriminar, isso apenas se saberá lendo-as. Contudo, se o nome do autor da carta ou o livro em questão não for importante para o pesquisador, é possível que esse documento passe em branco e nunca chegue a ser consultado. Descrever é também direcionar uma pesquisa com que o técnico, em tese, não tem contato. Em tese porque o *link* entre pesquisador e documento se dá justamente pela descrição que é feita pelo técnico. Por isso é interessante, para os fins deste trabalho, destacar tão precisamente os princípios teóricos e procedimentos práticos do fazer arquivístico. Para se ter uma leitura crítica das novas narrativas que essas representações escrevem no acervo, é necessário conhecer a fundo o vocabulário e a gramática que o arquivista utiliza para escrevê-las.

Descrever um arquivo é, segundo Heather MacNeill (2005; *apud* COOK, M., 2007, p. 129), uma forma de crítica textual. Assim como uma peça de teatro é a produção de seu autor somada à do grupo teatral, o arranjo e a descrição são produtos da pesquisa e interpretação do arquivista. Ambos – arquivista e dramaturgo – estão preocupados em estabelecer a autenticidade do seu material. Dessa forma, o *Arquivo Arthur Ramos* (FBN, 2004b) e todos os outros instrumentos de pesquisa são também textos culturais e por isso objetos de elucubrações.

Os instrumentos de pesquisa são desenvolvidos para facilitar o acesso do consulente ao documento e divulgar o acervo da instituição pela distribuição dos livros.⁷⁴ Presos à rigidez do papel, os instrumentos de pesquisa (catálogos, inventários, guias, etc) apresentam os verbetes ordenados por localização, por série e então localização ou ainda por ordem cronológica, enfim, variam de acordo com a opção do editor. Podem conter também importantes índices onomásticos, topográficos e temáticos. Os quadros de arranjo – que são baseados na estrutura administrativa para serem fiéis ao contexto – às vezes ficam aquém das expectativas do

⁷³ SILVA, Genésio. Carta a Arthur Ramos acusando o recebimento do seu livro *Estudos de Psicanálise*. Bahia, 3 fev. 1933. 11 p. Orig. FBN-MSS, AAR, p. I-36,4,2.410.

⁷⁴ Para comentários sobre os tipos de instrumentos de pesquisa (guia, catálogo, inventário analítico, inventário sistemático, etc) e procedimentos para suas elaborações, ver LOPEZ, 2002; PAES, 2004, p. 126-141; BELLOTTO, 2006, p. 179-218.

pesquisador, que talvez preferisse uma organização por tema, local, etc, contudo os instrumentos de pesquisa e seus índices deveriam preencher essa lacuna (BELLOTTO, 2006, p. 139).

Eles colaboram também para novas escrituras e atribuições de sentido. Quando se opta por elencar os documentos a partir da ordem cronológica, alfabética de autor ou por série, aproximam-se ou distanciam-se certos documentos. Se a publicação lista os itens separados em suas séries e dentro destas por ordem cronológica, associam-se ainda mais os documentos com as atividades que os originaram. Se os lista por ordem alfabética de autor, destacam-se as redes de relacionamento que a entidade possuía. Assim sublinham-se ou omitem-se relações que talvez passassem despercebidas pelo leitor. Esse jogo realizado na materialidade do texto acaba por influir o olhar do pesquisador, induzir uma certa abordagem e ecoar no resultado da investigação.

O computador, ao contrário, possibilita que o usuário defina uma grande quantidade de cruzamentos de dados de forma que as indexações fiquem cada vez mais detalhadas e livres da materialidade do texto e da influência do editor. Entretanto, o instrumento de pesquisa impresso obriga o pesquisador a tomar conhecimento do todo; ainda que não leia cada verbete, ele sabe que existem. As eleições dos técnicos aparecem mais suavizadas e não tão impostas ao olhar através da base de dados no computador – mesmo que ainda estejam lá –, porém se perde a noção de completude.

Só é possível entender as novas narrativas escritas pelos documentos e por sua organização se houver clareza dos princípios norteadores e procedimentos técnicos realizados sobre eles. Busquei, assim, devassar o trabalho arquivístico através do detalhamento das atividades dos técnicos, na medida em que elas colaboram para que se re-escreva o sentido dos documentos. Espero ter sistematizado parte da discussão arquivística para que se possa olhar os acervos de forma mais crítica. Acredito também que, a partir do que foi dito anteriormente sobre as formas de classificação na sociedade em geral e sobre a teoria arquivística a respeito da questão, seja possível evidenciar as opções dos técnicos que trataram o acervo de Arthur Ramos e como essas opções alteram a composição do fundo. Heloisa Bellotto (2006, p. 277-278) destaca, os documentos vão muito além de seus conteúdos, lançados para o futuro, funcionam como transmissão cultural e se constituem em memória.

3.3 As dimensões do arquivo Arthur Ramos

Com quase cinco mil unidades de arquivamento o fundo Arthur Ramos é um dos maiores conjuntos da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional (FAILLACE, 2004b, p. 7). Apesar disso (ou até mesmo por isso) permaneceu quase intocado por várias décadas. Uma vez na Biblioteca Nacional, o conjunto ficou armazenado em caixas por quase 30 anos – o que, como dito no primeiro capítulo, sem dúvida afeta a produção de memória sobre o titular e deve ter colaborado para a manutenção de seu esquecimento. Em conversas com arquivistas da Biblioteca Nacional, fui informada que era uma prática corriqueira receber os arquivos, armazená-los nos armários e arcazes e, então, aguardar a contratação de mais profissionais para organizar os documentos.

Assim, a demora na identificação e disponibilização para consulta do acervo não foi uma exclusividade do fundo de Ramos. Pode-se citar a “Coleção Afrânio de Melo Franco” que tem uma trajetória institucional deveras similar a de Arthur Ramos. Essa coleção foi doada pelos familiares à Biblioteca Nacional no ano de 1956 e deu entrada em Manuscritos também em 1957 e só começou a ser inventariada no ano de 1983, como se pode ler no relatório de atividades, junto com a de Ramos. As similaridades continuam e este fundo também só teve seu tratamento técnico concluído por volta dos anos 2000. Muitos motivos ocasionam essas demoras, o principal seria a falta de pessoal e o grande volume de documentos.

Os relatos de Luitgarde Barros e de funcionários da Biblioteca Nacional eram imprecisos quanto ao momento que o trabalho foi iniciado. É possível que tanto a nova doação de documentos em 1985 quanto também a efeméride do centenário da abolição da escravidão em 1988 tenham impulsionado o início da organização do arquivo Arthur Ramos. De acordo com o relatório da diretoria-geral da Biblioteca Nacional, elas foram iniciados em 1983. Sobre as atividades em Manuscritos o relatório informa que

[...] apesar das obras de restauração que obrigaram a redistribuição física dos servidores, nem o trabalho de tratamento das coleções nem o atendimento ao público sofreram solução de continuidade. Assim prosseguiu o tratamento da Coleção

Morgado de Mateus, com o fichamento de 3.328 documentos, e o da Coleção Documentos Biográficos, com o inventário de 15.088 documentos em 9.893 pastas.

A ampliação do programa de tratamento deu oportunidade para a inclusão de novos levantamentos de coleções até então não inventariadas, como a Coleção Afrânio de Melo Franco (correspondência), com 2.905 cartas inventariadas, e a Coleção Artur Ramos (correspondência), com 110 cartas inventariadas. (FBN, 1984, p. 313)

Em conversa com técnicos da instituição, soube que na década de 1980 chegaram alguns funcionários novos à Seção de Manuscritos, vindos de outros órgãos, que foram designados para tratar dos acervos relacionados à escravidão, entre eles o de Arthur Ramos. Possivelmente, foi essa a “ampliação do programa de tratamento” a que se refere o relatório de 1983.

Com base no relatório percebe-se que o trabalho de identificação do arquivo foi iniciado pelas cartas. Um funcionário da Biblioteca Nacional, em depoimento, me explicou que “em Manuscritos sempre se privilegiou a correspondência como sendo realmente a coleção e o arquivo de alguém”. O clássico teórico de arquivo T. R. Schellenberg (2006, p. 272) lista os tipos mais comuns de documentos em arquivos privados e constam correspondência, cartas, copiadore de cartas, copiadores de cartas prensadas, minuta e também protocolos, recibos, discursos, livros de contabilidade, diários, impressos, entre outros. Correspondências são partes importantes de arquivos privadas, mas são “partes” e não o todo. Nos depoimentos, os funcionários da FBN contam que a prática nessa época do tratamento era separar as correspondências entre passivas (recebidas). ativas (expedidas) e por ordem alfabética e começar a descrevê-las unidade a unidade de forma minuciosa. Os outros documentos eram guardados e ficavam a espera de algum tratamento futuro.

Assim, a ordem dos documentos no depósito reflete essa priorização das correspondências. Ainda de acordo com esse depoimento, o padrão utilizado na época era armazenar as correspondências nos arcazes e os demais documentos no armários. Não ficou claro o motivo dessa opção entre diferentes mobiliários. Suponho que os arcazes, por serem móveis mais antigos e robustos, fossem considerados também mais “nobres”, contudo são apenas inferências.

A distinção de determinados documentos dentro de um mesmo arquivo não é uma exclusividade do fundo Arthur Ramos e é percebida em outros acervos da Divisão de Manuscritos. Por exemplo, na coleção Casa dos Contos as correspondências ocupam, no

primeiro andar, o arcaz 10 enquanto o restante da coleção foi guardado no fim do depósito nos arcazes 25, 26 e 27. Essas indicações podem ser pequenas, mas ajudam a perceber algumas formas sutis de seleção feitas nos arquivos. Também não estou afirmando que era “descaso” por esses documentos que os faziam ficar preteridos em armários ou espaço no fim dos depósitos. Pode ter sido apenas falta de espaço, mas, na tentativa de “racionalizar” a ocupação dos armários, alguns documentos ganhavam locais considerados melhores (armários mais próximos da sala de consulta ou mais antigos) e outros ficavam para trás (localizações mais distantes e também para tratamento posterior).

A Divisão de Manuscritos fica em um grande salão, assim como as demais seções da Biblioteca Nacional. Logo após a entrada existem as mesas para a consulta e os armários de fichas. Hoje as informações das fichas já foram todas transferidas para as base de dados acessadas nos computadores próximos as mesas, entretanto, o fichário permanece no salão e imagino representar os “outros tempos”, quando os técnicos submergiam no acervo e estabeleciam outra relação com os documentos. Por isso, ainda existe fisicamente como memória do trabalho na Divisão. Talvez tenha permanecido também pelo vínculo afetivo que alguns técnicos mantêm com as fichinhas, quando iniciaram suas trajetórias profissionais em fins de 1970 e início de 1980. Afirmando isso, pois diversas vezes ouvi alguns técnicos da casa falarem com certo orgulho que Manuscritos era um dos poucos setores que ainda tinha as fichas e todas escritas com as letras dos “antigos”. Assim, a existência de dois regimes de classificação – que procurarei mapear adiante – não se restringe ao arquivo de Arthur Ramos, mas a muitos dos documentos que estão depositados no setor e também está representada espacial e simbolicamente no armários de fichas até hoje na Divisão de Manuscritos.

A separação da sala de consulta para área técnica é feita por um aparador de madeira e ficam todos juntos em um mesmo lugar. A presença e a interação dos pesquisadores e dos arquivistas não são apenas acionadas simbolicamente no arquivo; são vistas, vividas e colocadas fisicamente na Divisão de Manuscritos. Esse salão é um “palco” no qual todos atores sociais constroem uma imagem de si para o outro. É ainda o espaço social onde ocorrem as trocas entre os técnicos e os consulentes. Essas supõe a circulação dos documentos e, assim, as leituras feitas sobre os documentos serão afetadas por elas.

Gustavo Sorá (2009) afirma que os sujeitos nos arquivos interveem no acesso aos documentos, selecionando o que desejam que apareça de sua cultura, como nos “modelos

conscientes” de Lévi-Strauss. Nessa perspectiva, é significativo sublinhar que o depósito também não fica em uma área separada, longe das vistas e das vidas dos usuários e funcionários. Os arcazes e os armários onde guardam-se os documentos estão nesse salão, nas suas laterais, ao fundo e em um mezanino. Assim, colocar alguns documentos nos arcazes da frente não é apenas privilegiá-los dentro das gavetas, é trazê-los espacial e simbolicamente para próximo dos técnicos e dos pesquisadores.

Segundo depoimentos, é prática na Divisão de Manuscritos liberar o acesso aos documentos mesmo que ainda não estejam plenamente identificados, o que ocorreu no arquivo Arthur Ramos. Contudo, os pesquisadores devem se inibir quando têm que vasculhar caixas e mais caixas em busca de um documento que não se sabe ao certo se existe. Talvez Prochasson (1998, p. 5) tenha alguma razão quando diz que “é quase sempre o acaso que guia a pesquisa primária”. Talvez não seja o “acaso”, mas a interferências dos diversos atores no arquivo que orientam uma pesquisa. As informações dos funcionários apontam que, mesmo sem estar tratado, o trânsito por esse arquivo era possibilitado por um antigo técnico de Manuscritos que conhecia o acervo, olhava as gavetas e possuía um vínculo afetivo com os papéis, por ter sido aluno de Arthur Ramos na Universidade do Brasil.

Ele sabia onde estavam as coisas mesmo sem estar tratado. Porque ele tinha tempo. As coisas naquela época eram tranquilas, [ele] ficava vasculhando tudo. Coisa que a gente não tem tempo de fazer hoje em dia, de conhecer mais o acervo. Ele conhecia. Então ele sabia onde tinham as coisas mesmo sem estar tratado.

Essa relação distinta que os “antigos” mantinham os papéis está também fixada no inventário analítico do arquivo Arthur Ramos. A forma como os inventários são elaborados pode colaborar para a impressão de uma coerência e coesão do arquivo, a “ilusão da unidade” que Heymann advertiu. É a ilusão da totalidade do acervo, como se lá existissem todas as cartas que ele trocou, textos que escreveu e que tenha sido acumulado de forma orientada para constituir fonte histórica. A autora seguiu destacando que os arquivistas e documentalistas também se tornam vítimas dessa ilusão e veem “os documentos como sobre fragmentos de um todo que, privados de inelegibilidade por causa das vicissitudes do processo de acumulação, vão recuperá-la a partir de sua própria interferência” (HEYMANN, 1997, p. 45).

É comum encontrar instrumentos de pesquisa em que não há claramente as opções técnicas de tratamento, critérios para elaboração de quadro de arranjo, a proveniência e história arquivística do conjunto, etc. No *Arquivo Arthur Ramos: inventário analítico*, além de informar o tempo que levou para que a equipe desse cabo do trabalho e a forma de entrada do acervo na instituição, o detalhamento da metodologia se restringe a dizer que foi feita uma “referenciação bibliográfica” – que se leu meticulosamente documento a documento para escrever resumos das unidades documentos (FAILLACE In: FBN, 2004b, p. 8). Acontece que não era prática dos funcionários antigos elaborar quadro de arranjos ou um plano de classificação para a documentação.

Na verdade, não existe a cristalização do plano de organização por meio de arranjo, mas, na prática, a organização que foi feita através “séries artificiais” ao separarem as tipologias de documentos e organizarem as correspondências da forma como já aponteí.⁷⁵ É possível apreender a interferência dos técnicos na constituição deste fundo a partir da leitura atenta do inventário *Arquivo Arthur Ramos* (FBN, 2004b), que – como dito anteriormente – é também um texto cultural no qual se realizam construções de sentido e se escrevem novas narrativas a fim de dar autenticidade e coerência ao acervo fragmentado (MACNEIL, 2005).

A listagem dos verbetes no inventário foi elaborada com base na sequência do código de localização fixa⁷⁶ dos documentos, como é o costume da casa. No final do segundo capítulo, foi dito que a forma de agrupamento dos verbetes nos instrumentos de pesquisa induz o pesquisador a associar documentos que talvez não associasse. No caso do AAR, a listagem pela sequência do código de localização destacou as “séries artificiais” que os técnicos elaboraram para o acervo e também o quanto o reorganizaram e interferiram. Isto porque, como expliquei anteriormente, as interferências lógicas na organização dos papéis eram também transpostas para a localização física.

⁷⁵ Optamos por chamar de “série artificial”, pois essas subdivisões, ainda que correspondam a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, assunto, atividades ou tipo documental, aparentemente não foram construídas com base nos preceitos da Arquivologia.

⁷⁶ A localização fixa é uma representação numérica sequencial da posição exata da obra no depósito da instituição. Por exemplo, o processo de aquisição do acervo de Arthur Ramos tem o código “65,4,001 n° 011”, ou seja, se encontra no armário 65, prateleira 4, pasta 001 e é o 11° dossiê dentro da pasta. Já nota de Darci Damasceno recebe o código “65,4,002 n° 031”, significa que se encontra nos mesmos armário e prateleira que o processo, mas está na pasta 002 e é o 31° dossiê dentro dela.

A leitura do inventário em papel se inicia pela *correspondência ativa*, ou seja, aquela que Arthur Ramos escreveu (FBN, 2004b, p. 21-78).⁷⁷ A ordem dos documentos segue a ordem alfabética do nome invertido do destinatário (sobrenome, nome) e quando existem várias cartas enviadas para a mesma pessoa, são ordenados pela data (da mais antiga para a mais recente). Não consta nenhuma carta sem destinatário. São 503 dossiês⁷⁸ no total e, aproximadamente, 520 documentos.

A segunda “série artificial” identificada é a *correspondência passiva*, aquela que Arthur Ramos recebeu (p. 78-331). Essa também recebe uma organização onomástica, mas agora a partir do nome invertido do autor da carta. A pessoa que escreveu mais de uma tem seus documentos enfileirados pela cronologia crescente. As cartas com autoria ilegível são as duas primeiras e seguem a ordem cronológica. As cartas sem autoria se encontram no final da série e foram organizadas em ordem alfabética no título e quando o título inicia-se pelo mesmo nome, ficam em ordem cronológica. São 2.319 dossiês com, aproximadamente, 2.513 documentos. A correspondência passiva possui quase o quádruplo de documentos que a ativa, o que é de veras comum neste gênero porque, no caso das expedidas, só são acumuladas as *cópias* das cartas, que nem sempre foram feitas pelo titular.

A localização fixa até esse ponto foi feita de forma sequencial. O primeiro dossiê recebeu o número 1 e seguiram até o número 2.768 – mesmo quando mudou a gaveta, os dossiês continuaram na sequência. Com o início do que foi identificado por terceira “série artificial” (p. 331-348), os dossiês tem seu número zerado e inicia-se uma nova sequência.

Essa série se compõe de *cartas recebidas pela família de Arthur Ramos*. Aqui se encontram “subséries” por destinatário. As primeiras cartas foram remetidas à Luiza Ramos; depois vem a listagem de um conjunto de documentos de Luiza em ordem alfabética no título; depois uma carta endereçada à Marina Araújo e depois algumas cartas enviada aos Coelho Neto. Dentro das subséries, os documentos estão ordem alfabética na autoria principal e quando havia mais de uma carta do mesmo autor, ordem cronológica. São 176 dossiês com, aproximadamente, 182 documentos. Existe uma correspondência endereçada a Arthur Ramos que se encontra fora de lugar (p. 346, entrada 2.990). Essa série se compõe, em sua maioria, de

⁷⁷ Durante as páginas em que se analisa o *Arquivo Arthur Ramos: inventário analítico* (FBN, 2004b) indicaremos apenas a paginação sem referência à autoria e ao ano de publicação do livro.

⁷⁸ Ver nota 63.

carta de pêsames pelo falecimento de Ramos, contudo algumas correspondências enviadas à sua mulher, Luiza, referem-se a viagens, estadias, temporada nos EUA, etc. Aparentemente são cartas enviadas a ela, mas que tem forte vínculo com as relações sociais e profissionais de Ramos. As cartas à família Coelho Neto levam a crer que, de fato, Zoé Coelho Neto incorporou uma pequenina parte de suas correspondências pessoais ao acervo que sua irmã lhe legou.

A sequência na numeração dos dossiês continua na quarta “série artificial”, que é composta por *documentos colecionados por Manuel Ramos*, pai de Arthur Ramos (p. 348-362). Foram identificadas quatro subséries na seguinte ordem: correspondência ativa, correspondência passiva, documentos de outras tipologias documentais (ofício, requerimento, balancete, etc) e impressos ou recortes de jornais. A correspondência ativa está em ordem alfabética no destinatário pelo nome direito (nome sobrenome) e as sem destinatários estão no início. A correspondência passiva começa pelos documentos sem autoria ou com vários autores na ordem alfabética do título e as que possuem autor seguem sua ordem alfabética. Os documentos de outras tipologias têm ordem alfabética na autoria principal e os impressos ou recortes de jornal, ordem alfabética no título do impresso. O autor com mais de um documento tem seus documentos listados pela ordem cronológica. Possui 137 dossiês com, aproximadamente, 172 documentos. Existem também outros documentos colecionados por Manuel Ramos e que estão em outro lugar (p. 440). Estes últimos são avulsos, cadernos, recibos, listas, receiptuários, entre outros e parecem compor um conjunto de documentos de “tipologias” consideradas de menor valor e por isso ficaram “para trás”. São 40 dossiês que descrevem 119 documentos.

É comum em arquivos privados pessoais e familiares existirem documentos que pertenceram a diferentes pessoas de uma mesma família. Ducrot (1998, p. 154-155) expõe as duas concepções, a maximalista e a minimalista, para tratamento do acervo. A primeira tenderia a entender os diversos arquivos de membros de uma mesma família como um fundo único, enquanto a segunda os entenderia como fundos distintos e os organizariam separadamente. A posição de Ducrot a respeito dessa questão é de que fundos são conjuntos suficientes em si mesmo e para isso é preciso que seu produtor tenha existência jurídica e um nível de competência própria. A autoria acredita que todas as pessoas preenchem essas exigências. Assim, Ducrot defende que a classificação e o inventário de arquivos de família

respeitem a “individualidade” de cada um e, ao mesmo tempo, mantenham a hierarquia entre esses fundos. Então, existiria um fundo familiar com subfundos individuais e, quando possível, a instituição deveria re-estabelecer a “ordem primitiva” caso os fundos se misturassem.

No caso do arquivo Arthur Ramos, existem diversos documentos que parecem ter sido herança de família, como o de seu pai, e também alguns que foram agregados após a sua morte. O segundo, a meu ver, não seria exatamente um arquivo de família estritamente, pois os documentos que foram incorporados ao acervo têm um assunto que os especifica: eles se relacionam ao Arthur Ramos e por isso passaram a fazer parte do acervo. Ainda que os antigos não atuassem de acordo com as teorias arquivistas que discuti anteriormente, eles separaram os arquivos de Arthur Ramos do que identificaram ser de outros membros de sua família. Contudo, essa distinção não é explícita e nem indicada. Tendo em vista que os técnicos que primeiro organizaram o acervo de Arthur Ramos tinham por prática conceder uma localização física sequencial para os documentos, além de separar as correspondências, acredito que o trabalho realizado na década de 1980 tenha sido feito até esse ponto do arquivo.

Pelos relatórios de atividade da Biblioteca Nacional é possível acompanhar as atividades de tratamento do fundo Arthur Ramos até 1988 (FBN, 1987, p. 262; 1989, p. 166; 1991a, p. 248; 1991b, p. 175; 1992, p. 292-293). Os relatórios dos anos subsequentes – que coincidem com mudança na estrutura organizacional da FBN e na chefia – já não fazem nenhuma menção específica aos acervos em tratamento na Divisão de Manuscritos. Segundo depoimentos, a identificação do acervo foi paralisada quando os profissionais da Biblioteca que estavam encarregados desse acervo se transferiram ou se aposentaram.

Aproximadamente dez anos após essa interrupção, já no final da década de 1990, um funcionário retomou o tratamento do arquivo e conseguiu finalizá-lo em dois anos. A chefe de Manuscritos na época me disse que destacou uma funcionária recém-chegada à Divisão para se dedicar a esse acervo. Como era um acervo grande escolheu-se uma técnica do quadro efetivo da instituição para assim garantir a continuidade do trabalho e a conclusão definitiva do tratamento. No relatório das atividades da Biblioteca Nacional do ano de 1999, constam as

realizações do seminário *Diários de campo...*, da mostra de acervo *Do meu arquivo inútil...*⁷⁹ e das atividades de identificação (FBN, 2004a, p. 328-329, 322).⁸⁰

É possível mapear com alguma precisão até onde o trabalho na década de 1980 foi realizado através do código da localização topográfica dos documentos, já que atualmente, os documentos são numerados sequencialmente dentro das gavetas e em cada nova gaveta a numeração é reiniciada – como se faz costumeiramente em arquivos quando se utiliza localização física. Ao reiniciar o trabalho, em 1997, a orientação dada pela então responsável do setor era trabalhar a partir das fichas preenchidas na década de 1980 e não alterar a organização dada aos documentos.

Como explicitiei anteriormente, rotina de trabalho anterior consistia em uma intensa organização física dos documentos, separando as correspondências das outras tipologias documentais e as ordenando alfabética e cronologicamente. Então, os técnicos descreviam os documentos em fichinhas bibliográficas que era armazenadas dentro das pastas junto dos papéis. De acordo com os depoimentos, o trabalho na década de 1990 consistiu em transferir as informações das fichas para a base de dados informatizada da Divisão e a terminar de identificar os documentos que ainda não tinham sido tratados. A técnica que terminou de descrever o arquivo ressaltou diversas vezes que não refez o trabalho que tinha sido realizado e apenas seguiu com a proposta já estabelecida.

Retomo essas linhas sobre as práticas antigas para frisar as diferentes práticas e classificações utilizadas por essas duas equipes. Quando perguntei se havia algum arranjo, as informantes prontamente falaram que não, que o acervo não tinha sido organizado como se faz atualmente em que se reúne a equipe para planejar o tratamento e estabelecer uma forma de classificação. Desta forma, “o catálogo, quer dizer, ele cumpre a sua função de divulgar o acervo, mas ele não é um exemplo de forma de organização”. Após eu comentar que o inventário não deixava de ser interessante por refletir a organização feita na época, a técnica me alertou que “o problema dessa boa intenção dos antigos é que eles acabavam com a ordem

⁷⁹ Em referência ao documento: RAMOS, Arthur. *Do meu archivo inutil*. [s.l.], [s.d.]. 3 p. Orig. Ms. FBN-MSS, AAR, 38,4,083). Para a reprodução da primeira página do documento, ver FBN, 2004b, caderno Imagens do Arquivo.

⁸⁰ As atividades de editoração que envolveram o inventário e o livro de Maria José Campos (2004) aparecem nos relatórios até o ano de 2004 quando foram publicados.

original, então para você descobrir qual é a ordem original, como é que o Arthur Ramos organizava esse conjunto, se perdeu.” Assim quero ressaltar que a produção da memória através dos documentos comporta também a instância de organização do conjunto que o próprio titular, seus familiares e os técnicos envolvidos elaboraram e re-elaboraram. Se Arthur Ramos em algum momento organizou suas papeladas, talvez nunca se saberá, pois os técnicos que primeiro se envolveram no tratamento do acervo parecem ter interferido bastante no ordenamento – como tenho ressaltado.

É interessante também notar que é comum os documentalistas atuais se referirem a essa geração anterior como os “antigos”. Essa distância não me parece ser tanto temporal, já que diversos deles chegaram a trabalhar com os “antigos” no início de suas carreiras. Tomando essa expressão como uma categoria nativa que exprime a visão de mundo e os sentidos atribuídos pelos sujeitos, me parece descortinar uma distinção de práticas e posturas, que os atuais fazem questão também de estabelecer. A partir da década de 1990 as organizações de acervos na Divisão de Manuscritos começaram a se aproximar cada vez mais do estabelecido pela teoria arquivística que mencionei anteriormente. Assim, passam a ser elaborados quadros de arranjo, procuram manter a ordem original do acervo e descrevem os documentos muitas vezes em seus dossiês, sem desmembrar documento a documento e nem necessariamente separar por tipologia.

Ainda que o trabalho realizado, na década de 1990, no acervo Arthur Ramos não tenha alterado a organização física que os antigos haviam dado ao conjunto, a forma de descrever os documentos mudou. Enquanto antes era feito um detalhamento minucioso de cada item documental, agora as unidades de arquivamento são muitas vezes dossiês com diversos itens agrupados. Igualmente os técnicos novos adotam uma diferente postura em relação ao arquivo e procuram neutralizar suas intervenções, com isso não se reordena e arruma os documentos como antes se fazia. O resultado disso no texto do inventário é que a partir da unidade de 3.145 ainda é possível identificar algumas “séries artificiais”, porém fica cada vez mais heterogêneo o conjunto até que, por fim, os documentos ficam muito misturados. É um pouco difícil afirmar que são “séries” porque a quantidade total de documentos é bem menor e as exceções são muitas. As gavetas continuaram a ser organizadas em ordem alfabética e os documentos que ali se encontram parecem ter elementos em comum (tipologia ou assunto). Talvez esses itens tenham sido reunidos numa arrumação prévia que os antigos fizeram ou

talvez sejam resquícios da organização dada por Ramos e sua família antes da venda; é impossível saber. Pretende-se, aqui, destacar como a maneira de organizar o acervo afeta a análise sobre ele e por isso ainda serão assinaladas brevemente algumas características.

Da página 362 até a página 368 constam identificados *correspondências de terceiros sobre Arthur Ramos*. São os documentos escritos e recebidos por outras pessoas que não Ramos e sua família – apesar de poucas exceções. A maioria é carta, mas constam também convites, ofícios e circulares e também possuem organização onomástica. Dois documentos possuem, em anexo, uma nota que diz que o documento foi encaminhado a Arthur Ramos. É verossímil pensar que estes documentos chegaram à Ramos como anexo de outras cartas endereçadas a ele e, portanto, podem ter sido retirados de sua ordem original.

Os *avulsos de terceiros* encontram-se entre as páginas 368 a 373 e estão organizados em ordem alfabética pela autoria principal e quando há mais de um documento por instituição estão subdivididos pela ordem cronológica crescente. Os documentos são, em sua maioria, de autoria de instituições, como *The American Sociologist*, e são compostos por documentos impressos, como folhetos, boletins, convites, envelopes, referência bibliográfica, programa, manifestos, certificado de registro postal, bula, entre outros. Existem algumas exceções como o inquérito de Everaldo Backhauser, reprodução de tela, carta de Otávio Velho ao presidente da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, entre outros. São, no total, 50 unidades de arquivamento compostas por 81 documentos.

Na próxima gaveta encontram-se *avulsos de Arthur Ramos* arrumados em ordem alfabética de título, já que a autoria é do próprio. Nos avulsos (p. 373-375), com poucas exceções, a maioria é material de aula e alguns de pesquisa, como programa, lista de alunos, horários, prova, pedido de material, parecer, memorando, referência bibliográfica, etc. São *correspondências oficiais e documentos institucionais sobre ensino, Universidade do Brasil e a Faculdade Nacional de Filosofia*. Na outra parte (p. 375-379), constam documentos escritos por terceiro e depois retornam os documentos escritos por Ramos. A maioria é epístola, mas contém um tom mais formal e parecem ter sido agrupadas pelo assunto. O que chamou a atenção para as “subséries” foi a ordem alfabética que as divide Talvez a organização tenha sido dada pelo tema e tenha sido dividida em avulsos de Arthur Ramos, avulsos e correspondências de terceiros e então correspondências de Ramos. São 60 dossiês contendo 95 documentos.

Na gaveta seguinte (p. 379-386) estão os *documentos “psicopatológicos”*, como indicado no assunto na descrição. Talvez tenham chegado a Biblioteca Nacional dentro de algum maço com esse nome. Também com organização onomástica: os que não possuem autoria estão listados por ordem alfabética de título e os que documentos de terceiros estão listados pela ordem alfabética do título. A maioria é carta, possivelmente, da época em que ele trabalhava em hospital psiquiátrico da década de 1920 até o início de 1930. Parecem ser cartas de pacientes que ele acumulou. Entretanto, constam também recortes de jornais, discurso, desenhos, poesias, textos. Totalizam 117 documentos em 86 dossiês.

Depois vêm os documentos em que a maioria é de *impressos institucionais* (p. 386-394). São novamente documentos de autoria de instituição (várias delas estrangeiras) e produzidos durante a década de 1940, vários da época em que Arthur Ramos passou nos Estados Unidos. Constam vários cardápios de navio, recortes de jornal, prestação de contas, inquérito, manifesto, questionário, recibo, catálogo, convite, lista de publicação, prospecto de exposição. A minoria é de documento escrito por pessoas físicas e quando isto ocorre, é algum tipo de impresso: recorte de jornal, programa de peça teatral, artigo, memorial, catálogo, etc. Existem 11 documentos escritos por Ramos, mas são também impressos como cartão de membro, formulário de declaração de imposto de renda, contas. Existem alguns manuscritos de Ramos como uma introdução ao livro de Donald Pierson, um original e uma declaração sobre Hamilton Nogueira. São 182 documentos em 173 unidades de arquivamento. São materiais cada vez mais heterogêneos.

Entre as páginas 394 e 404, sem nenhuma organização aparente estão *documentos oficiais de Ramos e documentos probatórios*, como carteiras de identidade, contratos, convites ou papéis com agradecimentos por palestras, cursos, participações em comissão ou comitê, constam também ofícios e resolução do governo para nomeação para cargo, resultado de eleição para membro comissão, contrato para publicação, atestado de saúde e de idoneidade. A maioria dos documentos é estampilhada ou contém assinatura de terceiros. Muitas têm cópia fotostática em anexo. Como a maioria parte é anterior a 1946, é possível que sejam os documentos comprobatórios que Ramos apresentou no concurso para professor titular da FNF – consta, inclusive, a lista de títulos que ele apresentou no concurso. Existem também, na gaveta, separata de revista com artigo de Ramos, um programa cadeira de antropologia e etnologia da FNF de 1944, extrato de conta corrente do *City National Bank*, caricaturas de

Ramos, planos de curso, recorte de diário oficial e uma ata da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. São 94 dossiês compostos por 148 documentos.

A próxima gaveta, descrita da página 404 a 408, contém *publicações escritas por Arthur Ramos ou sobre ele*. Novamente há uma organização onomástica, mas a ordem alfabética na autoria principal não faz distinção entre passivo e ativo. A maioria é composta por resenhas das obras de Ramos; constam também alguns ofícios e cartas tratando de publicações de obras de/ sobre Ramos ou agradecendo o envio de livros. Algumas exceções são o convite de Francisco Gonçalves para assistir a uma conferência, carta comunicando o programa de uma sessão inaugural e um ofício de Afrânio Peixoto convidando Ramos para ser relator de um congresso. São apenas 44 documentos em 36 unidades de arquivamento.

A partir da página 408 fica ainda mais heterogêneo e as gavetas começam a intercalar recortes de jornais e outros tipos de documentos. Das páginas 408 a 411 existem *álbuns e pastas com recortes de jornais de artigos de/sobre Arthur Ramos*. Muitos recortes de jornais encontram-se em pastas. Não existe uma ordem aparente e a cronologia está organizada de forma bem frouxa. Entre os documentos constam ainda cadernetas com *anotações de pesquisa sobre o negro*, os “diários de campo” de Arthur Ramos. O que se vê já no final do inventário são os materiais de pesquisa, dados etnográficos⁸¹ e documentos mais diversos. Existem algumas exceções como ofício ao diretor do Serviço Médico-Legal. São 33 unidades de arquivamento contendo 1447 documentos.

Na próxima gaveta (p. 411-414), existem 30 dossiês contendo 70 documentos organizados por ordem alfabética na autoria principal, contudo não há distinção entre passivo e ativo. São documentos muito *diversos*, como convites, recibos, minutas de cartas e artigos.

Na página 414 constam apenas nove unidades de arquivamento em ordem alfabética de título, mas que descrevem 934 documentos. São, na maioria, inquéritos sobre alunos, fichas de observação comportamental separadas por escola e documentos relativos a um concurso de saúde que talvez tenham sido produzidos durante as atividades de Ramos no *Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria de Educação do Distrito Federal*.

⁸¹ Esse material, assim como outros no acervo, foram utilizados por Olívia Cunha (2004a) na sua análise das estratégias para coleta de dados etnográficos de Arthur Ramos.

Então, vêm vários documentos sobre o *negro, a escravidão e cultura popular* (p. 415-426) guardados em cinco gavetas. São *materiais de pesquisa*, dados e fontes. A entrada do dossiê se dá pelo assunto em ordem alfabética. Quando muda a gaveta, a entrada se dá pelo título também em ordem alfabética. São 113 dossiês para 580 documentos. Os documentos que entram pelo assunto possuem a anotação de que foram dados a Arthur Ramos por Bonifácio Silveira. A informação que me passaram nas conversas foi que ele teria se apropriado de documentos cartoriais sobre escravidão para as pesquisas de Ramos. São documentos de arquivos públicos que foram colecionados por Arthur Ramos e acabaram por integrar seu fundo. Na conversa com as técnicas atuais da FBN, elas haviam me indicado a existência de documentos cartoriais que os antigos comentaram existir entre os avulsos. Então, ainda que esses papéis só tenham recebido tratamento em fins dos anos de 1990, é seguro afirmar que eles muito manuseados anteriormente.

A partir da página 422 os documentos deixam de ser dos séculos XVIII e XIX. São dados etnográficos sobre religião, folclore, cantos, candomblé, folhetos de cartomantes, etc. Na página 424 aparecem novamente alguns documentos do século XIX, como partituras de canção, escrituras de compra e venda de escravos, assentamentos de batismo, cartas de alforria, etc. Também há algumas anotações de pesquisa sobre cultura popular e não somente religião. No final da última gaveta constam também alguns documentos sobre a Unesco e os Estados Unidos.

As próximas três gavetas (p. 426-427) são preenchidas por 1.091 documentos descritos em 12 unidades de arquivamento. São pastas com *recortes de artigos sobre diversos assuntos*: versam sobre Lampião e o cangaço, movimento terrorista japonês, cinquentenário da abolição, transcrição de documentos históricos, racismo, entre outros assuntos. Há ainda os que fazem referência a Ramos.

Entre as páginas 427 e 431 estão descritos 44 dossiês com 98 documentos organizados de forma onomástica e alfabética pelo título. São compostos por *textos de Ramos* como anotações de pesquisa, material para palestra, originais de artigos e ensaios, material de trabalho sobre hospital psiquiátrico, sobre o negro brasileiro, assimilação, samba, Zumbi e aculturação de imigrantes, entre outros.

Depois surgem cada vez mais recortes de jornal em pastas ou avulsos. Nas páginas 431 a 432 estão *pastas com recortes de jornais*. Compõem 15 dossiês com 454 documentos. Esses

recortes têm como assunto, em geral, Arthur Ramos ou foram escritos por ele. Existem também pastas com recortes de obituários de Arthur Ramos, possivelmente colecionado por sua esposa. Entre as páginas 433 e 436 estão descritos 41 dossiês, contemplando 72 documentos, em sua maioria, *recortes avulsos de jornais*.

Então, a próxima gaveta (p. 436-439) é composta por materiais de trabalho do *Hospital João de Deus* sem uma ordem cronológica ou alfabética fixa. São exames de sanidade mental, mapa de dieta dos doentes, questionários para serem respondidos no momento de admissão de internos, receitas médias, cartas, memorandos, cadernos de anotações sobre doentes, entre outros documentos. São 32 unidades de arquivamento com 57 documentos.

A documentação que se encontra nos armários (p. 439-499) é a mais *diversa e heterogênea*. Existem documentos sobre *educação infantil e higiene mental nas escolas* (p. 4399-440), como diários de crianças, inquérito com professores e pais em escola e até mesmo textos de Ramos sobre o assunto. Há ainda mais *documentos reunidos por Manuel Ramos* (p. 440-444), como mencionei anteriormente. Estão nos armários diversas *minutas e textos manuscritos e datilografados de Arthur Ramos*, as minutas para o seu *Curriculum Vitae*, anotações e traduções (p. 444-452). São 81 unidades de arquivamento com diversos anexos. Esses documentos dos armários estão entremeados por diversos *recortes avulsos de jornais* (p. 452-463). Novamente existem textos de Arthur Ramos (p. 463-474) manuscritos e datilografados, alguns materiais de pesquisa, discursos, trabalhos de alunos, entre outros. Muitos materiais da *Faculdade Nacional de Filosofia* (p. 474-481) como programas de diversos cursos, circulares, portarias, convocações, ofícios, etc. Constam ainda mais *documentos cartoriais do século XIX sobre escravidão colecionados por Bonifácio Silveira* (p. 482-490), como recibos, reintegração de posse de escravas, relação de escravas, entre outros. Por fim, existem outros *recortes de jornais avulsos* (p. 490-499). Nos armários estão 652 unidades de arquivamento. A partir da página 499 são identificados os materiais iconográficos.

Essa longa descrição do conteúdo do arquivo Arthur Ramos através do seu inventário analítico (FBN, 2004b) ajuda a realçar as opções, seleções e eleições de importância que foram feitas durante o tratamento e que afetam a apreciação do pesquisador. O fundo Arthur Ramos, de acordo com sua identificação,⁸² é constituído por “correspondência do titular e de

⁸² Ver anexo D.

terceiros, recortes de jornais, folhetos, fotografias, originais manuscritos de trabalho (editos e inéditos), pesquisas e estudos”. Contudo, como já mencionei, houve a valorização de uma tipologia documental em detrimento das outras. Mais da metade das páginas do inventário compõe-se de descrição correspondências feitas praticamente uma a uma enquanto que outras tipologias documentais foram descritas de forma sumário em grandes dossiês, como, por exemplo, os nove dossiês sobre o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental que descrevem mais de 900 itens. Outro caso é o número elevado de recortes de jornal agrupados; em doze dossiês são descritos 1.091 recortes (p. 426-427). É possível supor que os dossiês numerosos foram compostos, no fim de 1990, devido à grande quantidade de documentos a ser identificado em curto espaço de tempo.

Essa distinção se deve, em grande medida, às duas formas distintas de apreender o trabalho em arquivo, que destaquei anteriormente. A partir da descrição do conteúdo, pode-se perceber como essas formas de classificar os documentos. Seu arquivo está organizado com um “enfoque personalizante: a história-cronologia da vida pessoal-profissional do autor [que] dota de sentido” (CUNHA, 2004a, p. 82). A organização onomástica dada pelos antigos constrói a valorização do autor, do nome que dota de coerência aqueles discursos. Desta maneira, sublinhou-se um tipo de relação entre os documentos; no caso, os contatos pessoais e profissionais, das redes e relações de sociabilidade. Mas não deixa de ser significativo o fato de que boa parte dos manuscritos e cadernos de pesquisa de Arthur Ramos terem ficado para trás, nas últimas gavetas e armários para um tratamento posterior.

Heymann (1998, p. 51-52) destacou que as opções subjetivas dos técnicos influenciam a acessibilidade dos documentos, produzem a fonte histórica, fundamentam as memórias e também as exclusões. Diversas eleições são realizadas através de escolhas intelectuais que determinam quais documentos possuem “valor histórico” e conseqüentemente o cuidado descritivo que merecem. É plausível que o interesse por cartas e biografias demonstrado nos últimos anos pela população em geral existam também nas subjetividades dos técnicos que atuam nas instituições de guarda. Desta forma, a organização que se vê no *Arquivo Arthur Ramos* eleva as correspondências à fonte de valor histórico e relega os outros documentos a um segundo plano.

Ignorar a complexidade dessa “produção”, oriunda de motivações pessoais mas submetida a uma série de interferências de natureza social, é não perceber que estão em jogo, e muitas vezes em disputa, diferentes visões de mundo. Significa tomar como dado o que na realidade é resultado de um longo processo de negociação. (HEYMANN, 1998, p. 52)

Trazer à tona as sutis eleições de valor que se realizaram no fundo é importante para que as futuras pesquisas abordem criticamente não só o seu conteúdo, mas também a sua forma. Do patrimônio documental que Arthur Ramos legou se perderam os rastros dos livros – os objetos valorizados na compra. Seu arquivo é alvo de pesquisadores que buscam, eles também, indicar suas eleições e dar ênfases baseadas em suas idiossincrasias mas revestidas por processos sociais em que estão em disputa diferentes discursos.

3.4 Arquivos: o eu, o outro e os muitos autores

As correspondências – tipo de documento tão valorizado nos acervo Arthur Ramos –, assim como outros textos mais pessoais e biográficos, têm sido alvo de grande procura e valorização, em especial, no fim do século XX segundo Ângela de Castro Gomes (2004, p. 8-10). É um fenômeno que comporta dimensões qualitativas e quantitativas, inclusive com um interesse mercadológico dos setores editoriais. Cresceu muito o número de publicações que tratam dessa esfera mais autorreferencial e não são apenas trabalhos acadêmicos, mas, principalmente, livros de biografias e cartas para o grande público.

No ensaio *Escrita de si*, Michel Foucault (1992b) se propôs a realizar uma análise sobre a autopercepção dos sujeitos como uma reflexão do homem sobre si mesmo. Para isso, Foucault parte do estudo da escrita grega clássica através dos *hipomnematas* e das correspondências. Os primeiros são as anotações pessoais realizadas em livros de vida, guias de conduta e são compostos por citações, fragmentos de obras, testemunhos e reflexões. Eles servem de base para as atividades de autorreflexão e meditação, ainda que não sejam diários íntimos ou relatos autobiográficos. Já as correspondências, ainda que sejam similares, não são a extensão nos *hipomnematas*, uma vez que são meios de se manifestar a si mesmo e aos outros. No caso das correspondências, segundo Foucault, a análise que o autor da carta faz

sobre si mesmo implica, forçocamente, em uma relação entre autor e obra. Neste ponto reside a diferença entre os *hypomnematas* e as correspondências, pois apenas estas podem ser consideradas “escrita de si”. Assim, as cartas são o primeiro registro de uma narrativa do indivíduo sobre si mesmo; é a escrita da sociabilidade realizada pelo sujeito para o leitor, momento em que o sujeito constrói uma imagem sobre o eu para si e para o outro. Em contrapartida, os *hipomnematas* fazem parte de uma reflexão solitária.

Angela de Castro Gomes (2004) visita o conceito foucaultiano e a partir disso procura destacar as condições que envolvem a relação entre autor e texto. Para ela, o autor é também o editor, já que sua narrativa é elaborada e rearranjada para materializar as diversas identidades que o autor deseja exprimir para si e para o seu interlocutor. Somado a isso, seu escrito se transforma também em sua representação na construção das identidades que pretende expor. Gomes (2004, p. 16) pautada em Foucault, afirma ainda que o autor é uma invenção, um produto do texto e sua sinceridade/subjetividade é resultado da narrativa elaborada para dar forma a sua identidade. Assim, é uma relação de causa e efeito em que as duas afirmativas são verdadeiras e simultâneas através dessa forma de construção do eu.

O debate sobre a dimensão biográfica de textos e correspondências também repercute nos arquivos. Artières (1998) afirma que ao passar a vida inteira arrumando, desarrumando, rearranjando e descartando seus papéis, os sujeitos estão também construindo uma imagem do eu para si e para os outros. “O caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação” (ARTIÈRES, 1998, p. 11), em consonância com as “preocupações com o eu” de Foucault. Artières (1998, p. 28) segue sua análise sobre o arquivamento do eu afirmando que é comum o autor tomar distância de si próprio, neutralizando-se e assumindo o controle sobre essa escrita. Desta forma, conclui que se arquivar é uma forma de se testemunhar. É uma escrita de si, como Foucault descreve, que se desenrola na relação direta entre o escritor e o leitor e através da qual o sujeito se apresenta como se vê e como gostaria de ser visto.

Essas nuances se apresentam em diversos arquivos pessoais. A análise de Priscila Fraiz (1998) sobre o arquivo Gustavo Capanema, que abordei anteriormente, também assinala essas formas de escrita autobiográfica através dos arquivos. Segundo Fraiz (1998, p. 69), Capanema procurou estabelecer sua identidade e construir sua expressão individual na ação simultânea de organizar seu arquivo e de se dedicar a escrita de fragmentos autobiográficos. A intenção de

Capanema de escrever uma autobiografia nunca se concretizou e, em seu arquivo, encontram-se apenas diversos fragmentos e livros de vida, como os *hypomnematas*. Entretanto, Fraiz conclui que seu projeto autobiográfico se realizou através da constituição de seu arquivo, pela sua dedicação em reunir e classificar documentos que “testemunham” sobre quem ele era, produzindo um sentido sobre si.

Outra análise interessante sobre a escrita de si através de arquivos pessoais foi feita por Olívia Cunha (2004b, p. 299) sobre o acervo de Ruth Landes. Cunha ressalta que a partir de um convite para escrever um artigo memorialístico sobre sua experiência de campo, Landes teria se entregado à reflexão sobre si. Essa atividade de Landes em elaborar e re-elaborar uma narrativa sobre si mesma perdurou por bastante tempo e foi também intensificada com a solicitação para doação de seu arquivo por uma instituição de guarda. Cunha (2004b, p. 304-305) aponta ainda a intensa atuação de Ruth Landes sobre seus papéis. Ela inclui emendas em seus documentos, sublinhou palavras, acrescenta informações, procurou responder a possíveis dúvidas em relação a alguma passagem de um documento; atuando, assim, como uma leitora de seus próprios documentos. Entre os diversos materiais acumulados por Landes, alguns temas e assuntos específicos foram os principais alvos dessa atividade de tradução, o que aponta a intenção de uma escrita de si.

Através dos diversos deslocamentos dos objetos materiais, novos sentidos serão a eles atribuídos devido às diferentes categorias e lógicas de classificação cronológicas e qualitativas empregadas por quem deles se apropria. Olívia Cunha (2004b) ressalta, por exemplo, que as lógicas de acumulação que orientaram Arthur Ramos a guardar seus papéis, não foram as mesmas que motivaram seu pai e irmão – acervos que ele depois incorporou ao seu. Assim “houve uma transmutação de valores, expectativas e projetos de ordenamento, reordenação e classificação de diferentes conjunto de documentos agora subsumidos num único e autobiográfico conjunto” (CUNHA, 2004b, p. 86).

Artières (1998, p. 13), entre as suas argumentações sobre o arquivamento do eu, aponta que os sujeitos devem estar aptos a apresentarem um inventário de si através dos seus papéis como, por exemplo, em um *curriculum vitae*. Este é uma autobiografia, uma forma resumida, sumarizada e coerente que o indivíduo utiliza para se apresentar. Ainda que não tenha encontrado os “vestígios” das formas de classificação de Arthur Ramos sobre seus documentos, a própria existência de um arquivo tão extenso e, principalmente, da elaboração

do seu *Curriculum Vitae*, de 1945, já apontam suas intenções autobiográficas. Nas mais de cem páginas do memorial, Arthur Ramos comenta sua produção intelectual e trajetória profissional. Além do texto do memorial, existem também fichas com indicações de congressos, teses, discursos e alguns textos com dados autobiográficos que, possivelmente, Ramos organizou para auxiliá-lo na redação final.

É essa figura profissional e intelectual que emerge de seu arquivo. As informações de foro íntimo e pessoal são em número muito reduzido, quase irrisório. Até mesmo os documentos do pai de Arthur Ramos que se encontram no seu arquivo, são relacionados a uma vida profissional e pública. Tendo em vista, que esse arquivo só foi transferido para uma instituição de guarda alguns anos após a morte do titular, talvez quem tenha dado essa ênfase foi Luiza Ramos, sua esposa, ou talvez esse sempre foi o tipo de material que Ramos acumulou. Sobre isso posso apenas especular. O “fato” é que os documentos depositados na Biblioteca Nacional que permitem entrever esse sujeito informam quase exclusivamente sobre seus estudos, trabalhos e contatos profissionais.

Desta forma, ainda que sejam poucas as evidências sobre a ordem que Arthur Ramos teria dado aos seus documentos, sua construção de si está ali, em diálogo e em disputa com todos os outros sentidos em construção no seu arquivo. Assim, enquanto os técnicos da Biblioteca Nacional privilegiaram o homem e as pessoas por trás dos documentos a partir de uma classificação autoral e cronológica das correspondências, o conteúdo dos documentos oferecidos para venda aponta para uma imagem profissional, pública e quase distante.

A Biblioteca Nacional estabeleceu, historicamente, uma tendência a guardar documentos manuscritos de foro privado e íntimo. Foi construído, assim, um perfil para a instituição. Como comentei anteriormente, os trabalhos na Divisão de Manuscritos privilegiavam as cartas e imagino tenha sido porque elas são os documentos em que aparece de forma mais “encarnada” a pessoa que o produziu. Esse perfil institucional foi transposto para o arquivo Arthur Ramos e com isso elaborou-se também um perfil para o acervo.

O nome do homem que coleciona, que acumula e produz os objetos materiais reina “absoluto” na apreensão que se faz desses objetos como se o centro lógico e organizador daquele conjunto. Assim, as explicações sobre os documentos se remeteriam a sua personalidade, sua trajetória profissional, suas predileções de pesquisa e pessoais. Essa enorme

valorização do indivíduo e da sua narrativa autobiográfica, que procurei apontar, está em sintonia com os valores da sociedade moderna ocidental.

Segundo Louis Dumont (1985), os valores dominantes mudam para cada sociedade específica. A ideologia individualista moderna – que estabelece o indivíduo enquanto o grande valor da sociedade – é uma exceção em relação às sociedades tradicionais holistas nas quais o valor residia nas relações sociais, na própria sociedade. Essa inversão é o grande paradoxo da nossa sociedade, pois coloca o “indivíduo fora do mundo”. É esse indivíduo moderno que aparece através das narrativas do eu – sejam elas feitas por cartas, arquivos ou textos descritivos – e nas quais ele busca fixar um sentido pleno e coerente para sua existência fugaz.

Como diversos intelectuais têm sublinhado (CHARTIER, 1998; VELHO, 2006; FOUCAULT, 1992a), o desenvolvimento da concepção de indivíduo e de individualidade – que floresceu, na Europa, durante a transição do período medieval para o moderno e que se intensificou, em especial, a partir do século XVIII – levou também a consolidação de uma noção de autoria, que aparece na lógica de organização do arquivo Arthur Ramos. Michel Foucault, em *O que é um autor?* (1992a), analisou a “função autor” para determinar qual a relação específica que se estabelece, em diferentes discursos, entre o texto e o autor e como o próprio texto pode indicar essa figura (FOUCAULT, 1992a, p. 33-34).

Foucault parte da ideia de que existem dois elementos que procuram substituir o privilégio do autor, mas acabam por enfatizá-lo. Um dos elementos seria a própria “escrita” que impede o desaparecimento do autor e preserva sua existência. O outro seria a “obra”, que alguns estudiosos, como os formalistas russos, acreditam que possa ser entendida em si mesma, em suas relações internas descoladas do contexto de produção e do autor. Contudo, o que é uma obra? Se um indivíduo não fosse também um autor, então como nomear aquilo que ele deixou escrito? Usando exemplo de Sade e Nietzsche, o filósofo francês se pergunta como separar os textos que seriam a “obra” destes autores daqueles que não o são: textos éditos, rascunhos inéditos, notas, nota de lavanderia, recadinho, etc. Esse pequeno exemplo de Foucault não deixa de ser interessante para o presente estudo, pois ajuda a refletir se o arquivo de Arthur Ramos seria parte de sua obra. Para os “antigos” funcionários da Biblioteca Nacional, as correspondências com os autógrafos eram o arquivo dele, enquanto recibos e cadernetas foram relegados a documentos menores e, portanto, não possuíam o mesmo valor.

Essa discussão me leva a refletir se essa valorização distinta não seria oriunda da ideia de que o gênio do autor não está por trás desses papéis desimportantes.

O filósofo parte, então, para um debate sobre o “nome do autor”, o nome próprio de quem escreve, aquele que está impresso ou assinado (FOUCAULT, 1992a, p. 42-46). Foucault afirma que o nome do autor tanto descreve quanto designa algo. É, portanto, uma ligação muito específica que vai além do mero nome próprio. De onde se segue que o nome do autor não é mero elemento do discurso que pode ser substituído, mas exerce um *papel*. O ponto aqui é que o nome do autor é uma *função classificativa* do discurso e que o caracteriza. O nome do autor estabelece um conjunto de discursos por agrupamento e também se refere ao estatuto do discurso no interior de uma determinada sociedade. O nome do autor pode fazer com que o discurso não seja visto como cotidiano, fugaz, mas contendo um estatuto de forma a interferir na sua circulação. Assim, talvez seja relevante o fato de que em diversos termos de doação ou compra de coleções e arquivos a parte interessada exija que se mantenha o conjunto documental coeso e que seja designado pelo nome do colecionador/acumulador. O nome do autor da coleção talvez exerça uma função classificativa similar ao nome do autor de uma obra.

A análise da *função autor* de Foucault (1992a, p. 47-57) ressaltou quatro características presentes nos discursos que a possuem. A primeira seria a de que são objetos de apropriação. Esses discursos seriam também uma forma de propriedade que remete à apropriação penal, pois textos passam efetivamente a ter autores na medida em que os próprios autores se tornam passíveis de serem punidos pelo que escrevem, pelos discursos transgressores. Outra característica é de que a função autor não ocorre sobre todos os discursos de maneira constante e universal. Desta forma, a necessidade de autoria em determinados textos varia de acordo com o contexto histórico específico. O terceiro ponto que Foucault levanta é que a função autor não é meramente um nome sobre a capa que envolve o discurso, mas uma operação complexa na qual se constrói o autor como um ser racional. Nesse sentido, para conferir realidade ao ser racional, se afirmaria a localização no indivíduo de um poder criador que originaria a escrita. O nome não seria suficiente como uma marca individual, assim outros elementos engendrariam a função autor, tais quais: constância no valor dado a narrativa, se situar em determinado campo de coerência conceitual, possuir unidade estilística e se localizar em um momento histórico definido. A quarta e última característica diz respeito aos signos,

como pronome pessoal, advérbio de tempo e lugar, que remetem ao autor. Acredito que os discursos existentes nos arquivos pessoais, em geral, possuem as características necessárias para constituir uma função autor e podem, assim, ser apreendidos como a obra de um sujeito.

Foram os privilégios do sujeito que Foucault (1992a, p. 68-70) quis rever ao recolocar a sua pergunta principal. Contudo, não mais no rastro da forma com que o sujeito se insere na ordem do discurso, mas como e em quais condições o sujeito pode aparecer na ordem do discurso. Com isso, o sujeito não seria mais entendido como o fundamente originário do discurso, mas uma função variável e complexa. Sendo a função autor uma possível especificação da função sujeito.

A discussão sobre autoria e texto é ainda problematizada pelo semiólogo Roland Barthes (1984) que creditaria a movimentos literários, como só engendrado por Marcel Proust e Stéphane Mallarmé, a morte do autor. Para Barthes, esta não seria apenas um fato histórico nem ato de escrita, pois altera a relação tempo x produção. Antes, autor e texto se situavam em uma mesma linha temporal em que o autor precedia o texto; agora, o “scriptor” moderno surge juntamente com o texto. Assim, escrever não seria mais uma operação em que se registra uma realidade como um desenho; escrever seria sim um ato performativo em que a informação não tem outro conteúdo que não seja o ato em que foi proferida. A linguagem é a própria escrita. A proposta de Barthes é que o scriptor moderno executaria um gesto de *inscrição* em que a origem do texto é a própria linguagem, em oposição ao gesto em que o autor faria uma *expressão* do seu pensamento ou paixão.

A proposta acima talvez seja um tanto radical para o presente objeto de pesquisa, mas, ao colocar em questão as formas de significação, do texto, Barthes aponta também para os variados sentidos que são dados também pelos cruzamentos narrativos e pela leitura, e, neste ponto, aproxima-se mais do debate que procuro estabelecer.

Barthes vê o texto não como uma sequência de palavras que possuem um único sentido, pois o texto é um espaço que possui uma multiplicidade de dimensões onde se unem e se contrapõem escritas variadas como as citações e referências. Para o Barthes, com a morte do autor se desfaz a necessidade de se decifrar o texto, pois não é mais o autor quem confere o significado último ao texto. A origem da frase no texto não é uma pessoa, seja ela personagem ou autor, mas a prática da leitura. As múltiplas leituras comporiam a narrativa e o lugar que daria coesão e coerência ao texto seria o leitor – e não o autor como se pensava. Assim, a

unidade do texto não está em sua origem, mas em seu destino. Barthes, ainda assim, não vê pessoalidade na questão, já que para ele o leitor não possuiria história, nem biografia, o leitor seria apenas alguém que teria reunido no mesmo campo todos os traços do escrito.

Procuro com isso lançar a questão e acrescentar os debates sobre autoria às discussões já levantadas sobre arquivo, deslocamentos e classificações. Problematizar a “unidade da obra”, o “sujeito autor” e a “coerência na leitura” e transpô-los para os arquivos pode auxiliar a perceber os muitos autores das obras de Arthur Ramos: o próprio Ramos, seus parentes, os avaliadores do acervo, os documentalistas e os pesquisadores – eu incluída – que interferem, re-escrevem novas narrativas sobre esses papéis, apreendem e conferem novos sentidos as palavras escritas nos papéis. Como em um caleidoscópio em que dependendo do chacoalhar novos discursos são estabelecidos. É através desse mosaico que se restaura a imagem de Arthur Ramos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação procurei compreender o processo sociológico e antropológico de formação de um patrimônio documental. A trajetória profissional de Arthur Ramos é o primeiro momento desse conjunto documental. Foi por causa dela que se produziram cadernos de campo, fichas de pacientes, recortou-se jornais, trocou cartas. Mas é importante reforçar que essa não é a única camada de sentido que reveste os documentos. Assim, procurei destacar que os documentos, assim como outros objetos materiais, ao circularem por diferentes espaços também têm seus significados transformados. Esses deslocamentos contaminam com novos sentidos os papéis.

Da passagem dos papéis do gabinete de estudos de Arthur Ramos para o depósito da Divisão de Manuscritos acredito ter havido um processo de monumentalização do acervo. Entendo arquivos como patrimônios, já que não são apenas provas documentos ou fontes de pesquisa. São legados. São instrumentos de mediação entre os diversos tempos, entre passado, presente e futuro. Funcionam assim como meios para a construção de identidades.

Não é possível precisar os motivos que levaram a viúva Luiza Ramos a oferecer para venda o acervo: se eram motivos financeiros, um projeto de consagração de seu marido, ambos ou ainda uma terceira opção. Os deslocamentos de acervos para arquivos são dos que possuem o maior impacto nos sentidos dos documentos. Assim, se era ou não um projeto intencional de consagração, a entrada do conjunto em uma instituição com a Biblioteca Nacional produziria esse efeito. Contudo, após entrar na Divisão de Manuscritos o acervo se manteve guardado nos arcazes e armários. As datas referentes aos trabalhos no arquivo de Ramos impressionam: da sua entrada na Biblioteca Nacional até o início das atividades decorreram 27 anos e do início das atividades até seu término, 16 anos. Ao todo o acervo teve seu acesso dificultado por 43 anos. É plausível imaginar que pesquisadores não soubessem da existência desse acervo nem para se aventurarem nessas “caixinhas de surpresa” empoeiradas. Assim, a possibilidade do acervo de produzir ressonância (GONÇALVES, 2007b), de evocar forças culturais complexas junto aos pesquisadores foi obstruída. Como resultado, não se realizou a consagração de Arthur Ramos.

Nesse sentido, também é possível perceber que cada apropriação e deslocamento realizado pelo processo de compra, pela inserção do acervo na instituição de guarda, pela organização dada pelos técnicos são meios pelos quais os documentos serão contaminados por novos sentidos. Práticas que talvez induzam os pesquisadores a entreverem no conjunto de documentos uma totalidade que os conduziria rumo à subjetividade do autor da coleção ou do arquivo. Todavia, como procurei demonstrar, existem muitas subjetividades impressas nos papéis e os documentos que ali se encontram são apenas partes de um todo que nunca existiu, pois o próprio processo de acumulação dos documentos é feito através de muitos descartes e seleções.

Os grandes marcos teóricos da Arquivologia acionam categorias como “neutralidade”, “objetividade”, “organicidade” para distanciar e controlar a subjetividades dos técnicos sobre o trabalho de organização dos papéis. Contudo, até mesmo essas categorias informam sobre a visão de mundo da sociedade moderna ocidental, que acumula esses arquivos e os disponibiliza para consulta pública. Procuram, assim, garantir a “asepsia” do trabalho com os arquivos e transformam em “ciência” as práticas de organização do documento. Produzem “quadros de arranjo” que visam a cristalizar as operações lógicas do tratamento dos arquivos, dando clareza às opções que orientaram o trabalho.

No arquivo Arthur Ramos, em particular, a primeira pergunta que fiz para os técnicos atuais da Biblioteca Nacional foi sobre a existência de um quadro de arranjo. Prontamente, fui informada que não havia porque essa não era uma preocupação dos “antigos” como é para os de agora. O que isso me desvelava era a existência de dois regimes de classificação, em certa medida, conflitantes operando nesse acervo. Enquanto os “antigos” deliberadamente reorganizavam o conjunto, dando novos lugares aos documentos, elencando um determinado tipo de documento (as correspondências) como o acervo de um autor e relegando outros como tipos “menores”, descrevendo minuciosamente item a item; os novos tratavam os documentos na ordem que encontravam, sem distinção muito aparentes entre os documentos e descrevendo grandes dossiês. Como resultado, foram estabelecidas diversas camadas de mediação nos documentos que informam não somente sobre Arthur Ramos, mas também sobre os técnicos que ali trabalharam e, principalmente, sobre a instituição que o guarda. Procurei demonstrar como o perfil da instituição estabelece *a priori* um perfil para os acervos que lá estão.

Somado a isso, encontra-se ainda as possibilidade autobiográficas e biográficas dos conjuntos documentais e possibilita perceber a constituição de arquivos como um exercício que informa também o indivíduo moderno. Ainda, os arquivos são obras autorais e que, em última instância, só é possível “se encerrar” a partir dos sentidos dados pelos leitores, sejam eles os técnicos, os pesquisadores ou os próprios titulares.

FONTES

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) / DIVISÃO DE MANUSCRITOS, Rio de Janeiro. *Fundo Arthur Ramos*.

_____. *Fundo Biblioteca Nacional*.

_____/ DIVISÃO DE MÚSICA E ARQUIVO SONORO, Rio de Janeiro. *Fundo Pascoal Segreto*.

_____. Relatório da diretoria-geral, 1983. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 103, 1983, p. 305-334. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 1984

_____. Relatório da diretora-geral, 1984. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 104, 1984, p. 253-284. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 1987.

_____. Relatório da diretora-geral, 1985. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 105, 1985, p. 155-179. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 1989.

_____. Relatório da diretoria-geral, 1986. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 106, 1986, p. 235-251. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 1991a.

_____. Relatório da diretoria-geral, 1987. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 107, 1987, p. 161-191. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 1991b.

_____. Relatório da diretoria-geral, 1988. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 108, 1988, p. 275-316. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 1992.

_____. Relatório da presidência, 1998. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 118, 1998, p. 327-364. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 2002.

_____. Relatório da presidência, 1999. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, p. 231-367. Rio de Janeiro: A Biblioteca. Relatório, 2004a.

_____. Biblioteca Nacional Digital. *Passado Musical*. Disponível em:
<<http://www.bn.br/site/pages/bibliotecaDigital/passadomusical/script/index.asp>>. Acesso em:
5 nov. 2011.

_____. *Catálogo de manuscritos*. Disponível em:
<http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=manuscritos_pr:manuscritos>.
Acesso em: 5 nov. 2011.

_____. *Guia de coleções de manuscritos*. Disponível em:

<http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=manuscritos_guia_pr:manuscritos_guia>. Acesso em: 5 nov. 2011.

_____. *Histórico*. Disponível em: < http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11 >. Acesso em: 5 nov. 2011.

MUSEU DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. *Coleção Professor Alcyr Pinheiro Rangel*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Museu de Arte. Exposições. *Exposição de Rendas de Bilro e Peças da Coleção Arthur e Luiza Ramos*. Disponível em: <<http://www.mauc.ufc.br/expo/1974/04/>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

_____. A universidade. *História e missão da UFC*. Disponível em: < http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=category§ionid=14&id=45&Itemid=77 >. Acesso em: 5 nov. 2011.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.
- _____. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, Funarte, 1998.
- _____; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- ALMEIDA, Cícero Antonio Fonseca de. O “coleccionismo ilustrado” na gênese dos museus contemporâneos. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 123-140, 2001.
- ANTUNES, Jaime. *Procedimentos técnicos e recomendações básicas para a organização e descrição de documentos em arquivos permanentes*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. 16 p. Mimeografado.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Identificação de documentos em arquivos públicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.
- _____. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 9-34.
- AZEREDO, Paulo Roberto. *Antropólogos e pioneiros: a história da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1986.
- AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. v. 2.
- BARROS, Luitgarde O. C. *Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo*. 2. ed. Alagoas: Ed. UFAL, 2005.

_____. Intelectuais em rede construindo as ciências sociais: o arquivo Arthur Ramos e o Projeto Unesco no Brasil. In: PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Lívio (Org.). *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

_____; VALVERDE, Orlando; CUNHA, Waldir da. Mesa-redonda [do Seminário Diários de Campo: Arthur Ramos, os antropólogos e as antropologias]. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, p. 125-155. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Ed. 70, 1984, p. 49-53.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BENEDICT, Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BOAS, Franz. Linguistic and ethnology. In: _____. *Introduction to Handbook of American Indian Languages*. Washington: Government Print Office, 1911.

_____. As limitações do método comparativo da antropologia. In: *Antropologia cultural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006a [1896].

_____. Os métodos da etnologia. In: _____. *Antropologia cultural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, 2006b [1920].

BOSCHI, Caio Cesar; FIGUEIREDO, Luciano R. A.; MORENO, C. T. C. (Org.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: FAPEMIG/ PUCMinas, 2006

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da História oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

_____. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. In: MATTAR, Eliana (Org.). 2003. *Acesso à informação e políticas de arquivo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 99-103.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivo pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, FAPESP, 1999.

_____. Centos de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/ CPDOC, 2003.

CAMPOS, Maria José. *Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional, 2004.

CANDIDO, Antonio. Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, Publifolha, 2000.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. Biblioteca Nacional de Brasil. *Boletín ANABAD*, Madrid, v. 42, n. 3/4, 1992, p. 37-75.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005, p. 33-41.

_____; CUNHA, Olívia. Quando o campo é o arquivo (Apresentação). *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005, p. 3-5.

CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, p. 33-65, 1998.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. GONÇALVES, José Reginaldo (Org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. *ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. *NOBRADE*: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, 2007, p.125-132.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p.129-149.

CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Ed. USF, 1998.

_____. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final dos anos 1930. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, p. 35-58. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004.

COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p.189-199.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Olívia. Minha adorável lavadeira: uma etnografia mínima em torno do Edifício Tupi. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, p. 59-107. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004.

_____. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2004b, p. 287-322.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, 2007, p. 77-92.

DIANOVSKY, D.; CARVALHO, E. S.; SARMENTO, F. M.; MEIRELLES, M. G. L. V.; FREITAS, R. R. Coleção Mário Barreto: inventário analítico. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 125, 2005, p. 107-282. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2008.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Arthur Ramos, antropologia e psicanálise no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, p. 11-28. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10/14, n. 1, 1982/1986, p. 14-33.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 151-167.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981 [1903].

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. O PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: origens e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa (Org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Fórum de Ciências e Cultura/ Sistema de Biblioteca e Informação, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 2005.

FONSECA, Paulo Miguel. *João Rodrigues de Macedo: ações e transações*. Rio de Janeiro. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____. "De vmce amigo, servo, venerador...": comentários sobre o sujeito histórico e a escrita epistolar nas Minas setecentistas. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, 2009, p. 197-212.

FOUCAULT, Michel. *A palavra e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. O que é um autor? In: _____. *O que é um autor?*. Lisboa: Veja, 1992a.

_____. Escrita de si. In: _____. *O que é um autor?*. Lisboa: Veja, 1992b.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, 2007, p. 23-30.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 58-87.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Arquivo Arthur Ramos: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004b.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIRÃO, Valdelice. Arthur Ramos – o antropólogo. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 103, 1989, p. 231-235.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 121-127.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007a.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007b.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC, 2002.

_____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Org.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Africanism and Racial Democracy: The Correspondence between Herskovits and Arthur Ramos (1935–1949). *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 19, 2000, p. 1-22. Disponível em: <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=237&Itemid=164>. Acesso em: 5 nov. 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La normalización de la norma ISAD(G). In: XV JORNADAS DE ARCHIVOS MUNICIPALES. Mósteles, 27-28 maio de 2004. Madrid: Consejería de Cultura y Deportes de la Comunidad de Madrid; Mósteles: Ayuntamiento de Mósteles, 2004, p. 211-235.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 41-67.

_____. *De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”*: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2005. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: *História e memória*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude.. A ciência do concreto. In: _____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 [1962].

_____. História e etnologia. In: _____. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967 [1949].

LATOUR, Bruno. *Nunca fomos modernos: estudo de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LOPEZ, André Porto Ancona. 2002. *Como descrever documentos em arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado.

MACNEIL, Heater. 2005. Picking our text: archival description, authenticity and the archivist as editor. *The American Archivist*, Chicago, v. 68, p. 264-278.

MAIO, Marcos Chor. 1997. *A História do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

_____. 2004. Arthur Ramos e a militância na Unesco. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, p. 29-34. Rio de Janeiro: A Biblioteca.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1987 [1921]. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural.

MATTAR, Eliana (Org.). 2003. *Acesso à informação e políticas de arquivo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MAUSS, Marcel. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e Antropologia*. v. 2. São Paulo: Edusp.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-101.

- MOREIRA, Regina da Luz. 1990. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74.
- NORA, Pierre. 1993. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- PEREIRA, Cláudio Luiz; SANSONE, Lívio (Org.). *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. v. 1 (Memória-História).
- PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!": arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p.105-119.
- RUBINO, Silvana. A memória de Mário. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 139-154.
- SAHLINS, Marshall. *Como pensam os "nativos"*. São Paulo: Ed. USP, 2001.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- SINDER, Valter. *Paradigmas e Paradoxos na História do Pensamentos Social Brasileiro*. Brazil Center Speakers Series, University of Texas at Austin, 1997.
- SORÁ, Gustavo. *Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para uma história social da edição no Brasil*. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2009, 17 p. Cópia cedida pelo autor.
- STOCKING JR., George W. Introdução. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana, 1883-1911: antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2004.
- STOLKE, Verena. Brasil: uma nação vista através da vidraça da raça. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 119, 1999, 2004, p. 109-123. Rio de Janeiro: A Biblioteca.
- TESSITORE, Viviane. *Como implementar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

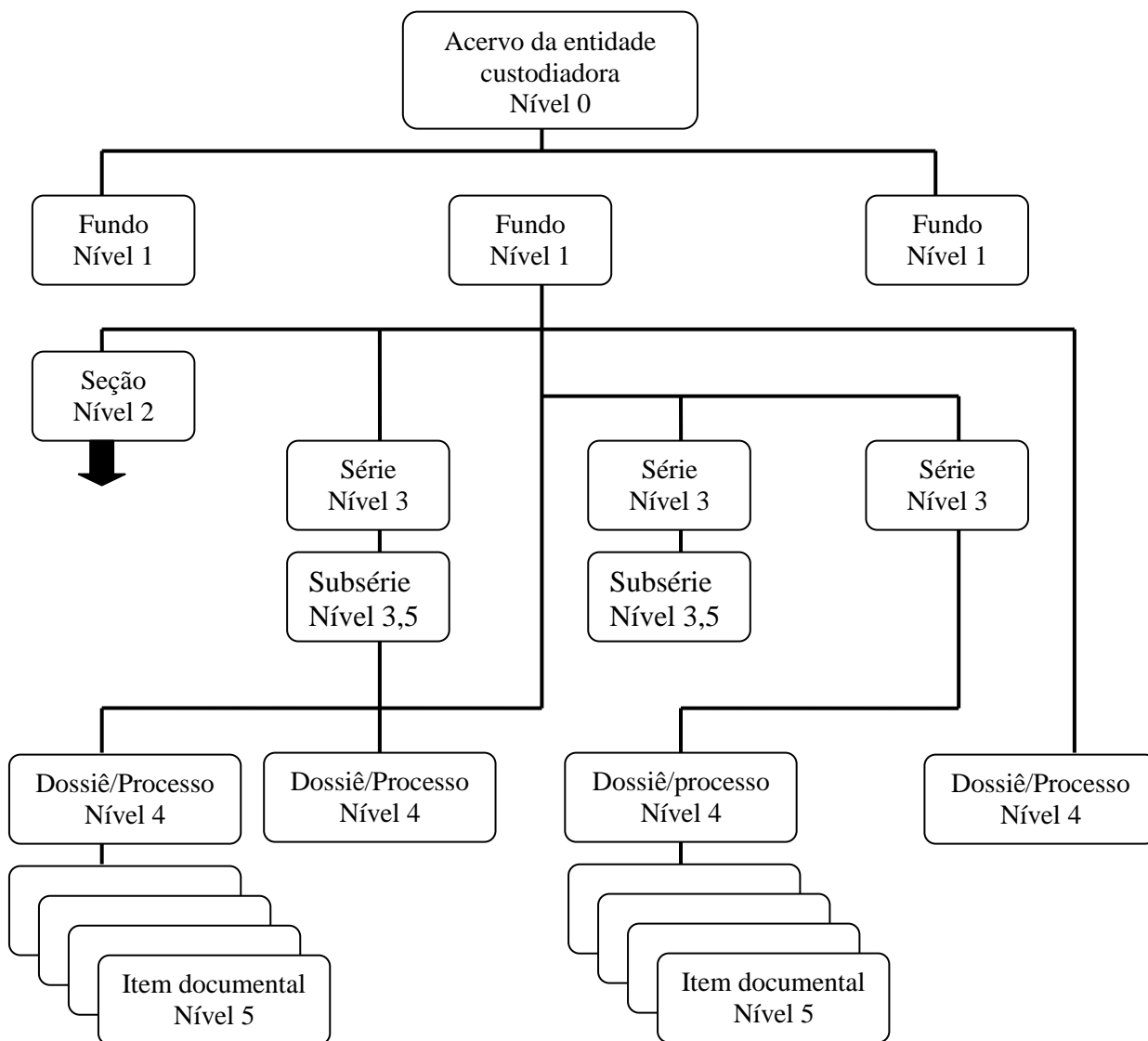
VELHO, Gilberto. Autoria e criação artística. In: SANTOS, Gilda; _____ (org.). *Artifícios e artefatos: entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 135-141.

VENÂNCIO, Ana Teresa. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005, p. 59-73.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2002, pp. 113-148.

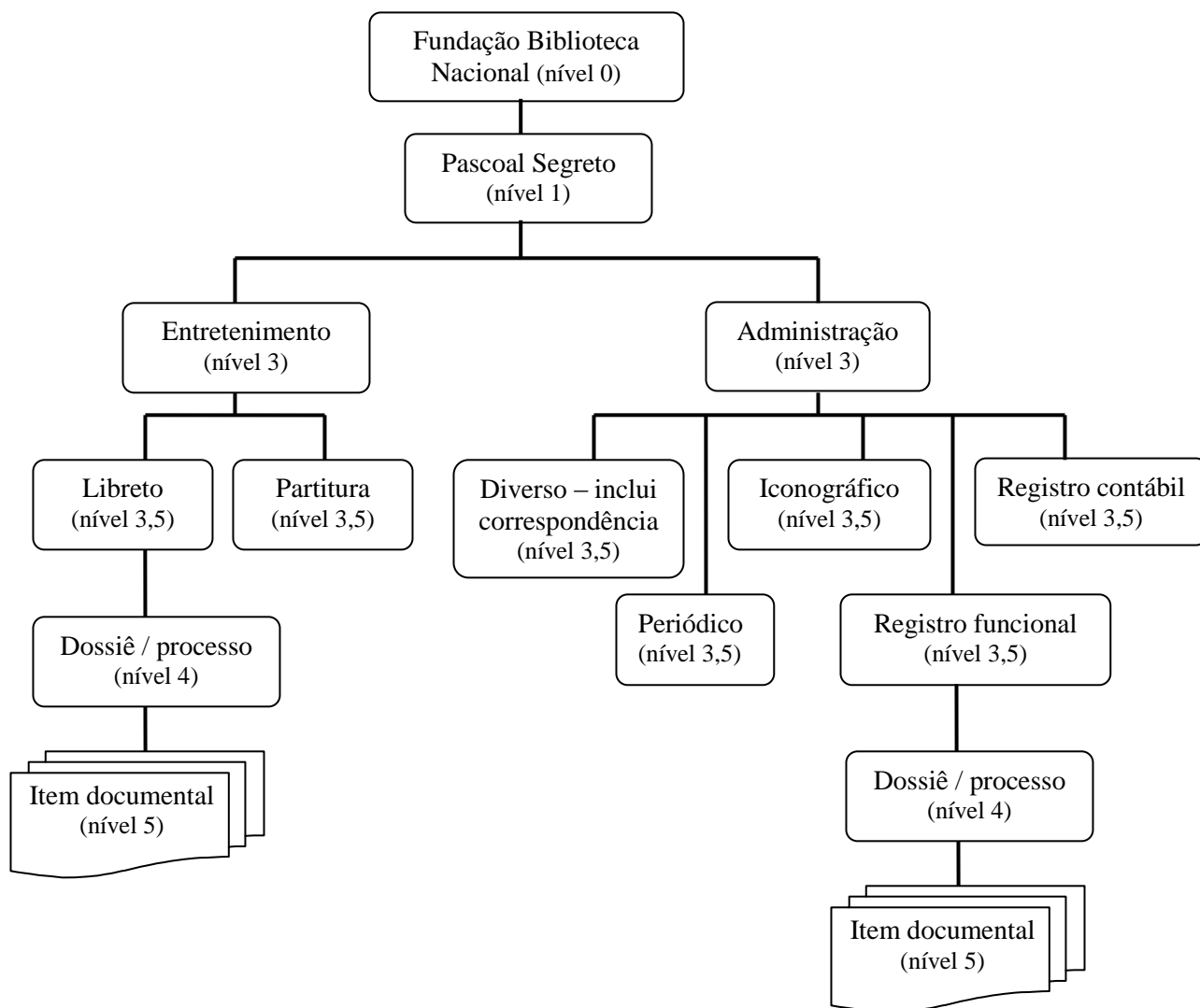
WAGNER, Roy. *The invention of culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ANEXO A- Modelo dos níveis de arranjo*



* “O modelo hierárquico [...] mostra um caso típico, e não inclui todas as combinações possíveis de níveis de descrição. São possíveis quaisquer níveis intermediários entre quaisquer dos níveis apresentados”. Fonte: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *NOBRADE*, 2006, p. 62, Apêndice A.

ANEXO B - Exemplo de quadro de arranjo funcional**



** Fonte: Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

ANEXO C - Exemplo de descrição nível 4 (dossiê)*****Autoria:** RAMOS, Arthur**Título:** Carta a Ari de Alencar informando ter lido o programa de antropologia e etnografia.**Datas:** [S.l.], 1942.**Dimensão e suporte:** 2 doc. (13 p.)**Fundo/ Coleção:** Arthur Ramos**Notas:** Anexo: "Projeto de Introduções para o Concurso de Naturalista - 1942".

Orig. Cóp. Ms.

Assuntos: Antropologia – Brasil – Estudo e ensino; Concurso de Naturalista, 1942.**Localização:** FBN-MSS: I-35,13,003

*** Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catálogo de manuscritos*. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=manuscritos_pr:manuscritos>. Acesso em: 5 nov. 2011.

ANEXO D- Exemplo de descrição nível 1 (fundo) ****

Fundo/ coleção: Arthur Ramos

Data: 1740-1955

Status: organizado

Procedência:

Origem: Luiza de Araújo Ramos e Universidade do Brasil

Entrada: compra

Data: 1956

História administrativa / biográfica: Arthur Ramos de Araújo Pereira, médico, professor, antropólogo, sociólogo, nasceu em Pilar de Manguaba (AL), em 1903, e faleceu em Paris em 1949. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926, dedicou-se à psicanálise e à higiene mental, além de pesquisar religiões e folclore negro com o que ampliou os trabalhos de Nina Rodrigues. Foi professor de antropologia e etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, e ocupou, até a morte, o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. É autor de 458 trabalhos originais, livros, ensaios e artigos dentro os quais *O folclore negro no Brasil* (1935), *As culturas negras no Novo Mundo* (1937), *A aculturação negra no Brasil* (Brasiliana, nº 24, 1942), *Introdução à antropologia brasileira* (v. 1: *As culturais europeias e os contatos raciais e culturais*, 1947), *A renda de bilros e a sua aculturação no Brasil*, em colaboração com Luiza de Araújo Ramos (1948), e *Estudos de folclore* (1952).

Âmbito e conteúdo: correspondência do titular e de terceiros, recortes de jornais, folhetos, fotografias, originais manuscritos de trabalho (editos e inéditos), pesquisas e estudos sobre educação, medicina legal, psiquiatria, psicologia, sociologia, antropologia, folclore e etnografia.

Quantificação: 7,20M (c. de 4.860 documentos).

Condição para reprodução: reprodução condicionada aos termos da Lei nº 9.610, de 19 de dezembro de 1998 (“Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências”).

**** Fontes: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Guia de coleções de manuscritos*. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=manuscritos_guia_pr:manuscritos_guia>. Acesso em: 5 nov. 2011; _____. *Arquivo Arthur Ramos: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004, p. 19.

ANEXO E - Levantamento dos possíveis livros da Biblioteca Arthur Ramos

Os livros do acervo de Arthur Ramos, que foram encontrados no Livro de registro de entrada de obras, estão relacionados abaixo pelo número de registro patrimonial. Foram identificados porque havia, no campo Observações, a indicação de que eram da “Coleção Arthur Ramos”. Contudo, há alguns documentos sem essa indicação, mas que pelo seu conteúdo, data de publicação das obras e procedência (compra) é possível supor que faziam parte do acervo de Ramos – são abaixo os registros sublinhados.

No livro de registro consta, para cada item, o número de registro patrimonial, o autor, o título, a editora, o ano de publicação da obra e a procedência.

Livro de registro (1956-1957) – localização: FBN-Mss, 41,3,001:

- ▲ Reg. 267.551 até 267.750, de abril de 1957.
- ▲ Reg. 269.101 até 2.69.300, de maio de 1957.
- ▲ Reg. 270.301 até 270.500, de julho de 1957.
- ▲ Reg. 272.701 até 272.800, de setembro de 1957.
- ▲ Reg. 273.051 até 273.100, de outubro de 1957.
- ▲ Reg. 273.101 até 273.150, de outubro de 1957. (Apesar da folha não ter escrito “Coleção Arthur Ramos”, está entre duas listagens do acervo).
- ▲ Reg. 273.151 até 273.[200], de outubro de 1957. *(Um pouco mais da metade são de gravuras sem indicação de proveniência e o final da folha é de livros de A. Ramos)*
- ▲ Reg. 274.001 até 274.100.

Livro de registro (1957-1959) – localização: FBN-Mss, 41,3,002

- Reg. 285.851 até 2.85.900, de agosto de 1958.
- Reg. 286.301 até 286.350, de setembro de 1958.
- Reg. 286.901 até 286.950, de setembro de 1958.
- Reg. 287.951 até 288.000, de setembro de 1958.

Reg. 288.101 até 288.200.
Reg. 288.301 até 288.350, de outubro 1958.
Reg. 288.401 até 288.450, de outubro de 1958.
Reg. 288.601 até 288.650, de outubro de 1958.
Reg. 288.751 até 288.800, de outubro de 1958.
Reg. 289.051 até 289.100.
Reg. 289.201 até 289.250.
Reg. 289.401 até 289.450, de novembro de 1958.
Reg. 292.051 até 292.100, de março de 1959.
Reg. 292.351 até 292.450, de março de 1959.
Reg. 292.601 até 292.650, de abril de 1959.
Reg. 295.501 até 295.550, de dezembro de 1958.
Reg. 296.251 até 296.300, de dezembro de 1958.
Reg. 296.451 até 296.500.
Reg. 297.801 até 297.950, de janeiro de 1959.
Reg. 298.101 até 298.150.
Reg. 298.251 até 298.350.
Reg. 298.401 até 298.450.
Reg. 298.601 até 298.650.
Reg. 298.701 até 298.750.
Reg. 298.901 até 298.950.
Reg. 299.051 até 299.200.
Reg. 299.451 até 299.500.
Reg. 299.651 até 299.[900].